

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Janeiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1155 • Director: Carlos Brito

**Nogueira
demite-se**
*Jerónimo de Sousa
comenta*

Pág. 32

Clara derrota da direita nas Presidenciais

VITÓRIA DEMOCRÁTICA

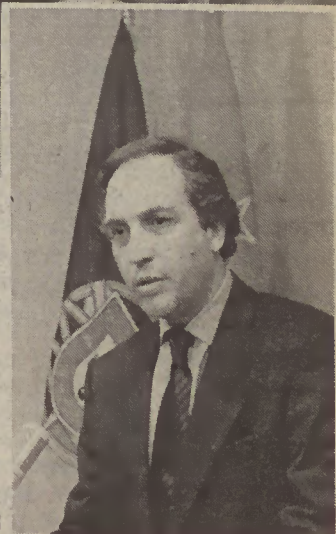


Sampaio - 53,83%
Cavaco - 46,17%

**Carvalhas manifestou
satisfação
e regozijo do PCP**

Resultados nas págs. 4 e 5

Centrais



Editorial Avante por uma nova política!



Jorge Sampaio vence as eleições para a Presidência da República

RESUMO

10
Quarta-feira

Na reunião da Concertação Social o Governo propõe o aumento de 4,5 por cento para o sector privado e 4,25 por cento para a Função Pública ■ A Comissão executiva da CGTP anuncia o apoio à candidatura de Jorge Sampaio ■ Alberto Matos, candidato da UDP às eleições Presidenciais, anuncia a desistência da sua candidatura, apelando ao voto em Jorge Sampaio ■ O Secretário de Estado da Cultura, Manuel Maria Carrilho, anuncia a nova equipa dirigente da Fundação das Descobertas, que ficará a ser presidida por Fraústo da Silva ■ O rei Hussein da Jordânia efectua a sua primeira visita oficial a Israel ■ O presidente da Rússia, Boris Ieltsin, comunica que irá fazer uma grande remodelação no governo.

11
Quinta-feira

Realiza-se um comício do PCP no Pavilhão Carlos Lopes em Lisboa, onde Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, apela à concentração de votos no candidato Jorge Sampaio, logo na primeira volta das eleições presidenciais ■ O PCP declara pretender discutir na Assembleia da República a Política Comum das Pescas e o acordo com Marrocos, alegando que este está a ser aplicado irregularmente ■ O Governo e as organizações sindicais afectas à UGT assinam um acordo sobre os aumentos salariais da Função Pública ■ É divulgado publicamente que, na política de privatizações, o Governo tem como prioridade o Banco Nacional Ultramarino ■ Tem lugar a última sessão do colóquio sobre "Património Judaico Português", nas instalações da Fundação-Gulbenkian ■ Em Jarnac, sua terra natal, realiza-se o funeral de François Mitterrand, Na Catedral de Nôtre-Dame, em Paris, chefes de Estado e do Governo de todo o mundo, assistem a uma cerimónia religiosa em homenagem ao ex-presidente francês ■ O primeiro-ministro de Itália, Lamberto Dini, apresenta a sua demissão ■ Ryutaro Hashimoto é eleito primeiro-ministro do Japão pela câmara baixa do Parlamento.

12
Sexta-feira

Termina a campanha eleitoral para as eleições Presidenciais, com os comícios dos dois principais candidatos a realizarem-se em Lisboa ■ O ministro do Equipamento Social, Murteira Nabo, demite-se do seu cargo na sequência de uma notícia divulgada no "O Independente", segundo a qual o ministro teria incorrido em fuga fiscal na aquisição de um apartamento em Lisboa, em 1992 ■ O presidente da UDT, João Carrascalão, pede firmeza ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, na reunião com o seu homólogo indonésio, Ali Alatas ■ Os separatistas tchetchenos libertam um grupo de mulheres e crianças que se encontravam seus reféns há 3 dias ■ Cinco timorenses refugiam-se na Embaixada da Nova Zelândia, em Jacarta ■ O ministro da Economia grego, afirma que a substituição do primeiro-ministro Andreas Papandreu tem de ser feita rapidamente para evitar uma crise no sector.

13
Sábado

O Primeiro-Ministro António Guterres anuncia publicamente que o ministro João Cravinho será o substituto de Murteira Nabo no Ministério do Equipamento Social e do Planeamento ■ Chegam a Lisboa duas timorenses que pediram asilo político na Embaixada da Austrália, em Jacarta ■ Decorre na Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, o IV Encontro Nacional da Associação de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior ■ O Presidente dos EUA, Bill Clinton, visita o quartel-general das tropas norte-americanas estacionadas em Tuzla, na Bósnia ■ As autoridades russas exigem ao comando tchetcheno para se render sem quaisquer condições, mas este mantém 173 reféns, no Daguestão.

14
Domingo

Jorge Sampaio vence as eleições Presidenciais com 53,83% dos votos contra 46,17% de Cavaco Silva ■ Sete localidades boicotam o acto eleitoral ■ Um jornalista morre e outro fica ferido num atentado atribuído aos fundamentalistas muçulmanos ■ Os sérvios libertam 3 prisioneiros que trabalhavam para a administração de Sarajevo ■ O presidente israelita, Ezer Weizman, inicia uma visita de 4 dias à Alemanha ■ O jovem israelita que assassinou o ex-primeiro-ministro Yitzhak Rabin e dois outros extremistas judeus são formalmente acusados de terem conspirado para a sua morte.

15
Segunda-feira

João Cravinho toma posse da pasta do Equipamento Social e do Planeamento, pasta que acumula com a da Administração do Território ■ O ministro da Administração Interna atribui aos Governos Cívicos dos distritos afectados pelos fogos do Verão indemnizações pelos prejuízos sofridos ■ No auditório do Instituto Alemão, em Lisboa, realiza-se o Fórum internacional sobre "Crianças e adolescentes de rua: Políticas e Estratégias de Intervenção" ■ Cientistas israelitas anunciam ter descoberto uma vacina contra o cancro da pele.

16
Terça-feira

O Presidente do PSD, Fernando Nogueira, anuncia em conferência de imprensa a sua renúncia ao cargo que ocupava e a sua intenção de não se recandidatar em próximo Congresso Extraordinário ■ A CGTP considera inaceitáveis ou muito limitativas algumas das propostas apresentadas pelo Governo em sede de concertação social ■ As organizações sindicais dos professores (Fenprof, FNE e Sindep) chegaram a acordo na exigência a apresentar ao Governo de que o adicional de dois por cento, como paridade entre as carreiras gerais e as especiais, deve ser integrado nos salários dos professores ■ Chegam ao território da ex-Jugoslávia os primeiros militares do batalhão português destacado para a missão da NATO na Bósnia ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, considera que a sétima ronda de negociações com Ali Alatas «não foi um êxito, mas também não foi um fracasso» ■ Mantém-se o impasse na crise dos reféns na localidade de Pervomaiskaia, no Daguestão.

Avante por uma nova política!

A eleição de Jorge Sampaio é uma clara vitória democrática, que atirou por terra os golpes e manobras de natureza provocatória e discriminatória de que a direita fez uso

para tentar condicionar e enganar o eleitorado.

Mas é também, como logo salientou Carlos Carvalhas, na noite de Domingo, «uma importante manifestação do eleitorado no sentido da mudança e da necessidade de uma nova política».

A derrota de Cavaco Silva representa o fracasso de uma candidatura de carácter desforrista, que fez apelo a baixos preconceitos políticos e religiosos, ao anticomunismo e ao obscurantismo e que procurou produzir artificialmente situações de confrontação e de conflito no país para se beneficiar do clima emocional assim criado.

A derrota de Cavaco Silva é, no entanto, acima de tudo, a derrota da política de direita, seguida nos últimos dez anos, com o seu cortejo de desgraçadas consequências nos planos económico, social e cultural; é a derrota infligida a quem pessoalmente simbolizou essa política e a sua imposição autoritária ao País, com a sistemática desfiguração do próprio regime democrático.

O antigo primeiro-ministro do PSD estava provavelmente convencido que retirando-se da chefia do seu partido, não comparecendo nas eleições legislativas e candidatando-se a um cargo diferente conseguiria furtar-se à punição do eleitorado pela situação desastrosa em que deixou o país e realizar, apesar desta nódoa, a sua grande ambição de chegar à suprema magistratura do Estado.

A maioria dos portugueses fez a demonstração de que não tem tão pouca memória e para muitos deles fazer pagar a Cavaco Silva as consequências da política de direita e da sua negativa repercussão na situação de Portugal e dos portugueses foi a mais profunda motivação de voto.

Esta vontade da maioria do eleitorado, duas vezes patenteada de forma tão clara e firme, em pouco mais de três meses, não pode deixar de ser atendida e respeitada na futura política do País.

É preciso que fique claro que é puro farisaísmo invocar a mudança e continuar a realizar uma política semelhante à que foi seguida pelo PSD, seja em relação à integração europeia e aos critérios de Maastricht, seja em relação às

privatizações e à concentração capitalista, seja em matéria de salários e direitos dos trabalhadores, seja em relação às obrigações do estado nos domínios da saúde e da segurança social.

Para uma grande parte dos portugueses os resultados desta política de direita são conhecidos: estão aí na destruição do aparelho produtivo, na indústria, na agricultura, nas pescas; estão aí na massa crescente dos desempregados, dos precarizados, dos excluídos da sociedade; estão aí no caos do ensino, na degradação da saúde, nas ameaças que pairam sobre a segurança social.

As actuações até agora mais concretas da política do Governo nestes diferentes domínios indiciam que a mudança está só nas palavras e às vezes no estilo, mas a essência da política continua a ser semelhante à que vinha de trás.

Com a apresentação do Orçamento

A derrota de Cavaco Silva é, no entanto, acima de tudo, a derrota da política de direita, seguida nos últimos dez anos, com o seu cortejo de desgraçadas consequências nos planos económico, social e cultural; é a derrota infligida a quem pessoalmente simbolizou essa política e a sua imposição autoritária ao País, com a sistemática desfiguração do próprio regime democrático.

do Estado, que o Governo não pode retardar muito mais tempo, todo o leque das suas opções será desvendado.

Há, infelizmente, muitas razões para recear que essas opções venham defraudar a vontade de mudança e a verdadeira esperança, com que o eleitorado votou nas duas últimas eleições nacionais e com que festejou a vitória democrática do passado domingo.

Esta vitória democrática, em que os trabalhadores e as massas populares tiveram um papel decisivo, constitui, por outro lado, um grande reforço e encorajamento à sua luta pelos objectivos da mudança.

Pesa sobre o Governo do PS a grande responsabilidade de rever e corrigir a

tempo orientações e linhas da sua política que a levem a corresponder o mais possível a esta vontade tão inequivocamente demonstrada.

A derrota de Cavaco Silva mostra muito claramente que o povo não perdoa aos que se furtam às promessas e compromissos com ele assumidos e aos que defraudam as esperanças que enganosamente semearam.

Para o PCP, como precisamente salientou o seu Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, «urge agora concentrar todas as atenções e esforços na exigência e na luta por uma nova política, que rompendo efectivamente com as orientações impostas durante 10 anos pelo PSD, permita enfrentar com eficácia os grandes problemas da sociedade portuguesa, do desenvolvimento do País e da resposta às mais prementes aspirações dos trabalhadores e do povo».

Os comunistas saem das presidenciais reforçados pela clara e justa orientação que seguiram, com a candidatura de Jerónimo de Sousa e a sua intensa e eficaz campanha de esclarecimento, com a oportuna retirada da candidatura e o apelo ao voto em Jorge Sampaio, com a efectiva mobilização do seu eleitorado que contribuiu de forma muito evidente para a vitória democrática.

Esta posição reforçada do PCP é ainda mais significativa por contrastar com as dificuldades e a desorientação com se debate a generalidade dos outros partidos, a começar pelos da direita - o PSD e o PP/CDS - a braços não só com a desmoralização provocada pela derrota de Cavaco Silva, mas também pelas lutas intestinas suscitadas pelas responsabilidades nesta derrota e as futuras batalhas pela liderança.

Esta é pois uma ocasião privilegiada para uma grande arrancada com vista ao reforço do PCP e da sua influência entre os trabalhadores e na sociedade, assegurando o maior sucesso às iniciativas que estão a ser preparadas para uma exigentíssima agenda de trabalhos que compreende, entre outros marcos, na sua cronologia, o 65º aniversário do «Avante!», o 75º aniversário do PCP, o Congresso da JCP, a XX Festa do «Avante!» e o XV Congresso do PCP.

Neste quadro, uma atenção muito especial e cuidada importa dar, desde já, à campanha de recrutamento do para o Partido, decidida no âmbito das comemorações do aniversário, e à intensificação da difusão do «Avante!», forma condigna de celebrar os 65 anos do nosso jornal, que se perfazem no próximo dia 15 de Fevereiro.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 690 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roxa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa

— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa

— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA

R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPANHA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nada valeu à direita

A vontade de mudar de política voltou a manifestar-se com muita força na decisão do eleitorado. Jorge Sampaio ganhou folgadoamente. Cavaco Silva foi derrotado de forma clara.

Nada valeu à direita, mas esta recorreu a tudo, sem escrúpulos, de faca nos dentes, para evitar a derrota do seu candidato.

É bom não esquecer como Cavaco e os seus destacados apoiantes não hesitaram em deitar mão do anticomunismo mais reles, da questão religiosa de tão má memória entre nós e da alegada ameaça da concentração de poderes para condicionar a vontade dos eleitores e como tentaram impressioná-los com uma artificial dramatização à volta de incidentes pouco importantes, parecendo que, pelo menos alguns, foram fabricados pela própria candidatura.

A cultura política da direita portuguesa, provou-se mais uma vez, não dispensa a violação da legalidade, a contra-informação, a acção provocatória, a criação de factos políticos e até as «acções especiais».

É a sua difícil conversão à democracia.

Esta dificuldade manifesta-se mesmo entre aqueles que, na direita, mais democratas se reclamam. Veja-se em que consistiu a inter-

venção na campanha presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa, de Pacheco Pereira ou de Vasco Graça Moura, para só falar de alguns omnipresentes na comunicação social.

Foram eles que se prestaram, especialmente, ao papel ridículo de pintar o «quadro da intolerância» da esquerda que fez rir o bom senso nacional, como atestaram diferentes inquiridos de opinião.

O «Expresso», por sua vez, voltou a fazer a «graça» de sair no sábado com data de sexta-feira, para, violando a lei, tentar influenciar o eleitorado em dia de reflexão, quando mais ninguém faz propaganda política.

E esta situação de monopólio propagandístico, fruto do abuso e da ilegalidade, insiste-se, que o esforçado director do semanário de Balsemão escolhe para tecer a laboriosa argumentação dos seus apelos ao voto.

Desta vez excedeu-se, talvez impressionado pelo «regresso de expressões» «como a palavra reaccionário», que ele regista como quem enfia a carapuça, vá de dizer que «uma vitória de Sampaio» podia fazer «voltar o país a um clima de radicalismo e perseguição política que fará lembrar o que se viveu nos anos seguintes ao 25 de Abril».

Vê-se de quem é o radicalismo... e o que seria se Cavaco tivesse ganho!

Houve outro episódio significativo dos métodos da direita mesmo nos ajustes de contas em família. Foi a carta de Champalimaud, trazida a público pelo D.N., onde o velho «tubarão» dos tempos do fascismo (de novo engordado pelas privatizações cavaquistas) puxou as orelhas e cortou a mesada a Manuel Monteiro por este, na barafunda em que se meteu nestas presidenciais, não ter apelado explicitamente ao voto em Cavaco, ao mesmo tempo que felicitou o «perjuro» Paulo Portas por tê-lo feito.

Como, no dizer do povo, quem faz um cesto faz um cento, calcula-se o que não terão sido as pressões e as chantagens deste e de outros grandes senhores do dinheiro, do grande capital como poder, para forçar e impor alinhamentos a favor da candidatura de Cavaco.

No entanto, nada valeu à direita. O voto popular, como estas chuvas de Janeiro, varreu o que restava do cavaquismo. O país está mais despoluído e os comunistas deram uma grande ajuda.

■ Carlos Brito

«E as armas não lavram terra»

Partiu para a Bósnia o primeiro destacamento de militares portugueses, no cumprimento de uma decisão do Governo de António Guterres, tomada em 30 de Novembro.

Aos sessenta militares que, agora, partiram juntar-se-ão, até finais de Janeiro, mais 857.

Esta participação de militares portugueses na operação da Bósnia é oficialmente «justificada» como tratando-se do cumprimento de compromissos do nosso país com a NATO. E com a ONU, visto que todo este envolvimento é classificado como uma «operação de implementação da paz conduzida pela NATO sob a égide da ONU».

Decifrando esta linguagem da nova ordem internacional, quer tudo isto dizer o seguinte: os Estados Unidos da América decidiram; a ONU e a NATO, suas servas fiéis, cumprem a decisão; e o Governo português... vai na onda. Pergunto: estão em jogo na Bósnia interesses (superiores ou não) de Portugal? De forma nenhuma. Pergunto ainda: é ou não a operação Bósnia um acto que visa servir essencialmente interesses específicos do imperialismo norte-americano? Sem dúvida que é. Aliás, o Presidente dos Estados Unidos da América, na sua habitual franqueza arrogante, foi claro quando disse ter esta operação como objectivo «a manutenção da liderança activa» do seu país no Mundo e corresponder plenamente «aos inte-

resses estratégicos dos Estados Unidos». Assim, cerca de um milhar de portugueses, militares, vão intervir num conflito armado de alto risco, longe, muito longe das nossas fronteiras, numa acção que constitui a primeira missão militar portuguesa na Europa desde a Primeira Guerra Mundial, que custará a Portugal cerca de 12 milhões de contos e não se sabe se (e quantas) vidas humanas.

«Não quero esconder as dificuldades e os perigos», disse o Chefe do Estado Maior do Exército. Claro: dificuldades e perigos muitos e muito grandes são os que se deparam aos militares portugueses. É claro que há momentos em que, por maior que sejam as dificuldades e os perigos, o único caminho é enfrentá-los. Por exemplo: quando a Pátria, a independência nacional, a democracia, a liberdade estão em jogo. Não é este o caso, como se sabe. Repito: os militares portugueses vão intervir num conflito armado ao serviço de interesses e objectivos que nada, rigorosamente nada, têm a ver com os interesses de Portugal e dos portugueses.

Os militares portugueses vão arriscar as suas vidas ao serviço de interesses e de objectivos estratégicos dos Estados Unidos da América.

Militares portugueses vão, possivelmente, morrer ao serviço de coisas como: o reforço da influência dos Estados Unidos no Adriático e

da manutenção da sua liderança no Mundo; o reforço financeiro do complexo militar-industrial norte-americano; o êxito da recandidatura presidencial de Clinton.

Não é aos portugueses que compete lutar e arriscar a vida por tais «objectivos» e «interesses». Por razões várias das quais destaco apenas uma: os «objectivos» e «interesses» do imperialismo norte-americano são frontalmente opostos aos verdadeiros interesses de Portugal e dos portugueses. Pelo que, não só não considero, como disse Mário Soares, que a presença de militares portugueses na Bósnia, «é altamente prestigiante para Portugal», como pelo contrário. Muito pelo contrário.

Espero e desejo fortemente que a ligeireza, leia-se irresponsabilidade, com que o Governo de Guterres tomou esta tão grave decisão não venha a redundar numa tragédia. E que a disponibilidade dos portugueses para lutar seja posta ao serviço dos interesses, do bem-estar e da felicidade do nosso povo e do nosso país. Não isolados do resto do Mundo mas sempre numa postura solidária e de mútuo respeito com os outros povos.

Mas nunca a mando e a comando de interesses escuros como os que estão por detrás desta «implementação da paz na Bósnia».

■ José Casanova

O crime imperfeito

O grandiloquente apelo ao voto em Cavaco Silva feito na Assembleia da República pelo deputado Paulo Portas, a poucos dias do acto eleitoral para a Presidência da República, é matéria cujo registo não deve ser perdido.

Comece-se por anotar a postura do deputado - que ocupa o hemiciclo na qualidade de independente eleito pelo CDS/PP - ao sublinhar, na primeira pessoa, que intervinha «autorizado pelo presidente do meu partido».

Um independente que afinal assume que tem partido e que proclama alto e bom som que pediu autorização ao respectivo presidente para intervir na Assembleia, é algo que os corredores de S. Bento não espelham todos os dias e que encerra um enigma que importa decifrar...

Dê-se de barato que o deputado Paulo Portas é a mesma pessoa que dois meses e meio antes declarara que «apoiar Cavaco seria um

erro grave e um sinal de masoquismo" (*Público*, 16/10/95).

Para adensar o mistério, lembre-se ainda que o presidente do disciplinado "independente" afirmara em Outubro que "estaria silencioso até que novas circunstâncias exijam uma atitude diferente (e que) até lá - 2ª volta - o PP não é muleta de ninguém" (*DN* de 24/10/95); e que depois de inumeráveis e oscilantes declarações acabou por se fixar na afirmação de que "o mais provável é que o seu voto seria em branco" (*Canal 1* - 9/1/96).

Não é necessário nenhum Sherlock Holmes para destrinçar o enredo.

Primeiro passo: não apresentando candidato próprio, o CDS/PP assumiu, de facto e desde a primeira hora, o objectivo da concentração dos apoios de toda a direita, logo à primeira volta, num único candidato, Cavaco Silva.

Segundo passo: levado a admitir como

provável a derrota do candidato Cavaco Silva, as luminárias "populares" imaginaram uma saída bifacial: enquanto os principais quadros do CDS/PP apelavam ao voto em Cavaco Silva de modo a que o partido não pudesse ser responsabilizado pelo eleitorado da direita pela sua derrota, Manuel Monteiro preparava uma retirada pós-eleitoral que não dificultasse um entendimento privilegiado com o partido do governo.

O facto do número de votos brancos nas eleições do passado domingo ter-se mantido numa cifra inexpressiva e dele representar cerca de metade do verificado nas eleições presidenciais anteriores; e da análise dos resultados evidenciar a deslocação massiva da votação do CDS/PP para Cavaco Silva; - não confirma, uma vez mais, que o crime não compensa?

■ Edgar Correia

EUA

Problemas e Sinais

O bloqueio orçamental nos EUA, arrastando-se desde 1 de Outubro, traduz dificuldades acrescidas com que o gigante americano se depara para o próximo futuro. Os chefes da maioria republicana no Congresso insistem na redução do défice do orçamento federal através de cortes drásticos nos programas sociais. Clinton mostra-se disposto a ceder, mas não tanto quanto os republicanos pretendem. Daí a crise, que já lançou centenas de milhares de funcionários públicos na inactividade e o Estado na confusão.

É curioso recordar que, se os EUA são hoje a nação com a maior dívida pública do mundo (5 biliões de dólares), isso se deve em grande medida à política dos próprios republicanos: a dívida pública cresceu 5 vezes durante a época de Reagan e Bush! O endividamento é, aliás, muito mais generalizado, pois a dívida federal se somam as dívidas estaduais, municipais, das empresas e, sobretudo, das famílias americanas, o que trava impiedosamente as possibilidades de crescimento económico e corrói toda a situação social. Entre 1975 e 1995, o poder de compra dos operários americanos caiu 25%, apesar de no mesmo período a produtividade ter crescido mais de 30%. Desde 1989 até finais de 1995 foram despedidos 3 milhões de trabalhadores, incluindo na área dos serviços e até quadros técnicos altamente qualificados em áreas de ponta. E os empregos criados foram maioritariamente precários e de menores remunerações. Por isso, mal ultrapassada a ainda recente crise cíclica, a tímida retoma já se está desacelerando a tal ponto que de novo se perfila nos EUA o espectro da recessão.

A onda de fusões da era Reagan sucede agora uma onda de megafusões, de que são apenas alguns exemplos recentes as da Time Warner/Turner e da Walt Disney/ABC, ou a do Banco Chemical com o Chase Manhattan Bank. Para se ter uma ideia concreta da dimensão desta última, diga-se que envolveu 10 mil milhões de dólares, com activos de 300 mil milhões. Só em 1995, as megafusões envolveram mais de 270 mil milhões de dólares. Capital não falta aos megatubarões da Corporate America. Tão enorme acumulação de capitais nas mãos de uma cada vez mais ínfima oligarquia contrasta brutalmente com o alastrar da pobreza e está na raiz do crescimento da criminalidade, a que o sistema responde com o agravamento da repressão policial. As várias polícias, federal, estaduais e, cada vez mais, privadas, não conhecem a penúria. O universo carcerário cresce como um cancro: nos últimos 10 anos multiplicou-se por 3 o número de presos, atingindo o recorde de 1,5 milhões. Gasta-se mais com as prisões que com a educação. Mais de 3000 presos estão condenados à morte e em 1995 bateu-se o recorde das execuções: 56 pessoas foram eliminadas por gás, electricidade, veneno ou balas.

As eleições presidenciais a realizar nos finais deste ano é o que está no centro das preocupações dos comparsas da disputa orçamental, não os claros índices de degradação económica, social e moral que a sociedade americana exhibe. Mas novidades poderão emergir. Apesar da esquerda americana estar ainda muito fragmentada, há sinais de convergência e viragem a vários níveis. Cerca de 62% da população diz-se decepcionada tanto pelos republicanos como pelos democratas, o que augura novo impulso ao aparecimento de um terceiro partido. De particular importância foi a 21ª Convenção da central sindical AFL-CIO, há décadas dominada por "bosses" ligados ao grande capital, ao FBI e à CIA. Em Outubro passado, esses chefes amarelos foram varridos da direcção por uma vaga de fundo de militantes vindos das lutas da base, greves, movimentos de contestação. Pela 1ª vez em 100 anos de história, a eleição não teve uma lista única. A vitória da lista de classe "Nova Voz para os Trabalhadores Americanos", encabeçada por John Sweeney, derrotou os velhos bonzos e traçou uma clara linha de divisão entre a América das Corporações e a América dos Trabalhadores. "Mudámos o movimento dos trabalhadores. Agora vamos mudar a América" - proclamou Sweeney no final da convenção.

A viragem na situação global dos EUA nunca será fácil, linear nem imediata. Mas o emaranhado de contradições em que estão mergulhados exigem-na com cada vez mais insistência. Estejamos atentos aos sinais por vir durante todo este ano de 1996.

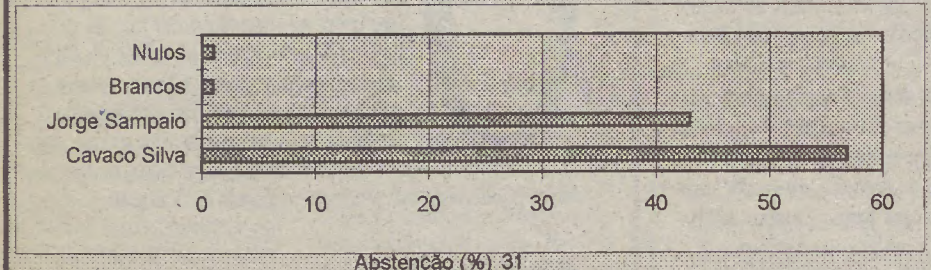
■ Carlos Aboim Inglez

Eleições
Presidenciais

Resultados dis

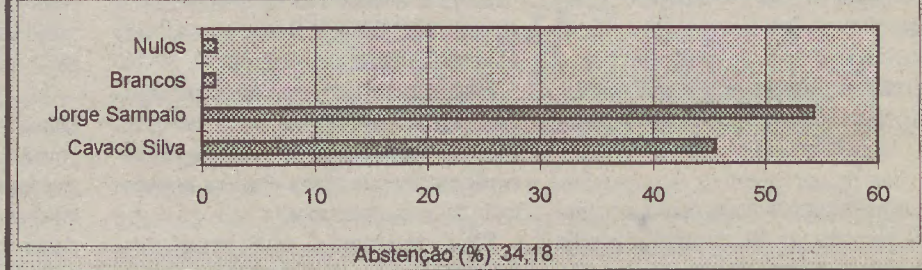
Aveiro

	Votos	%
Cavaco Silva	215046	56,96
Jorge Sampaio	162495	43,04
Branco	4057	1,05
Nulos	4188	1,09



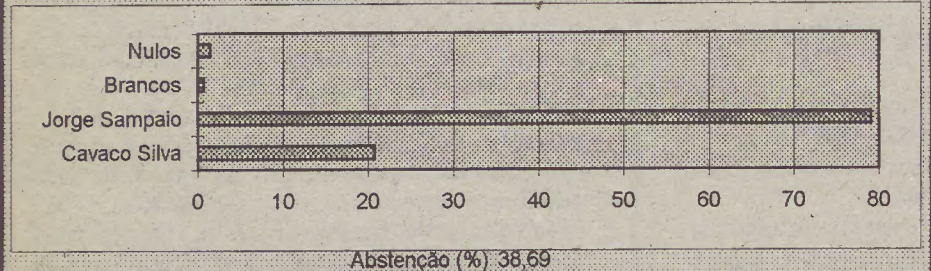
Coimbra

	Votos	%
Cavaco Silva	112181	45,63
Jorge Sampaio	133644	54,37
Branco	3003	1,19
Nulos	3162	1,25



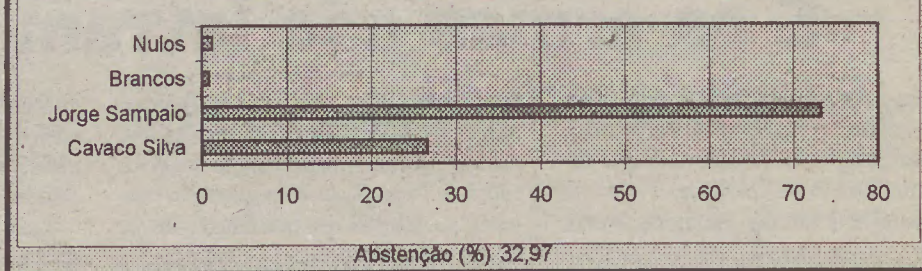
Beja

	Votos	%
Cavaco Silva	18926	20,85
Jorge Sampaio	71833	79,15
Branco	700	0,75
Nulos	1435	1,54



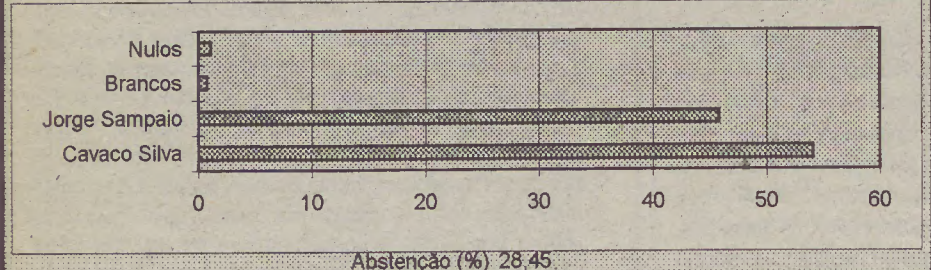
Évora

	Votos	%
Cavaco Silva	26398	26,68
Jorge Sampaio	72539	73,32
Branco	949	0,94
Nulos	1296	1,28



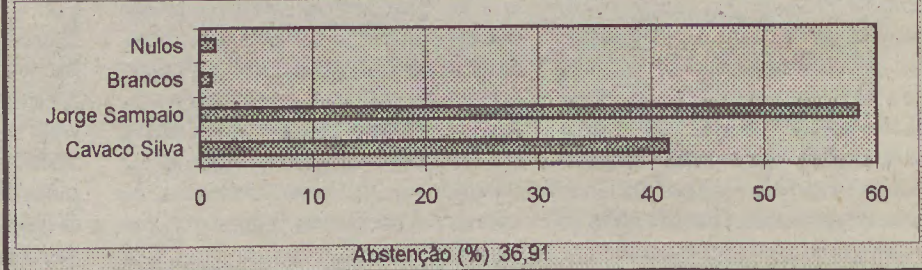
Braga

	Votos	%
Cavaco Silva	241272	54,14
Jorge Sampaio	204377	45,86
Branco	3537	0,78
Nulos	5221	1,15



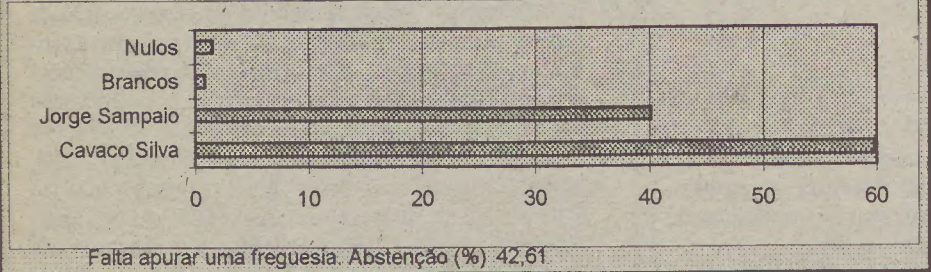
Faro

	Votos	%
Cavaco Silva	78736	41,55
Jorge Sampaio	110748	58,45
Branco	2158	1,11
Nulos	2838	1,46



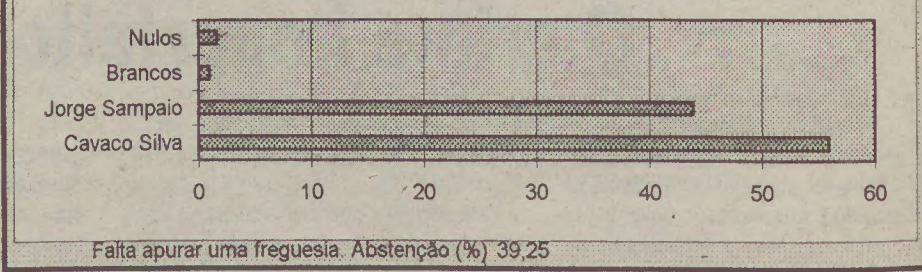
Bragança

	Votos	%
Cavaco Silva	51031	59,81
Jorge Sampaio	34294	40,19
Branco	824	0,94
Nulos	1428	1,63



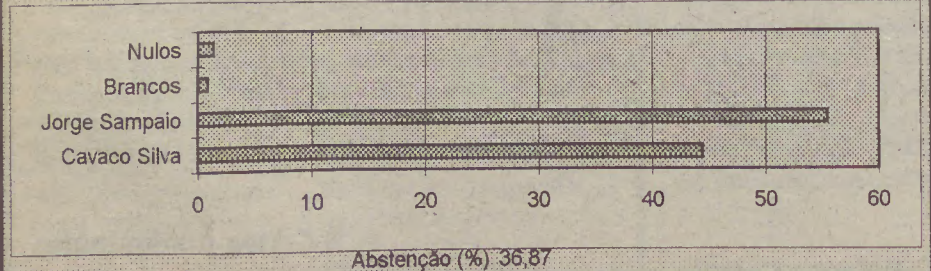
Guarda

	Votos	%
Cavaco Silva	58306	56
Jorge Sampaio	45820	44
Branco	1131	1,06
Nulos	1854	1,73



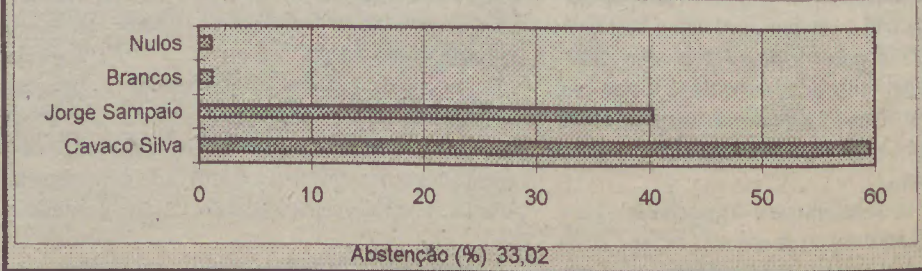
Castelo Branco

	Votos	%
Cavaco Silva	55428	44,5
Jorge Sampaio	69136	55,5
Branco	1151	0,9
Nulos	1867	1,46



Leiria

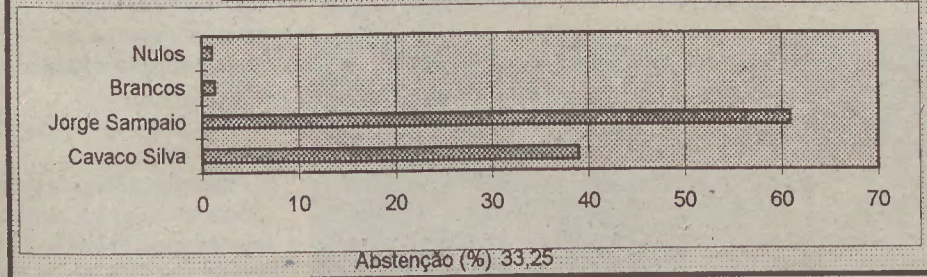
	Votos	%
Cavaco Silva	145352	59,59
Jorge Sampaio	98577	40,41
Branco	3145	1,26
Nulos	3017	1,21



trito a distrito

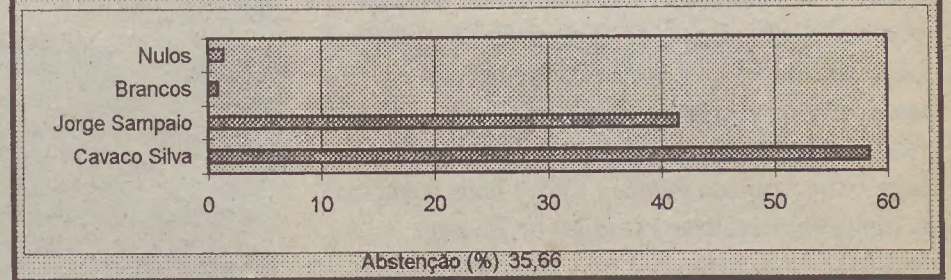
Lisboa

	Votos	%
Cavaco Silva	474193	39,03
Jorge Sampaio	740854	60,97
Branços	17563	1,41
Nulos	13932	1,12



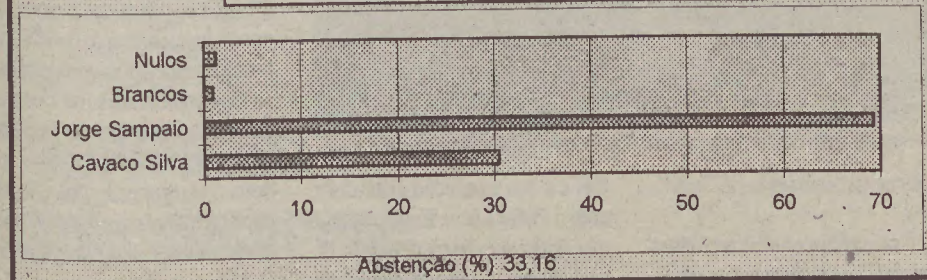
Viana do Castelo

	Votos	%
Cavaco Silva	82411	58,43
Jorge Sampaio	58621	41,57
Branços	1336	0,93
Nulos	2029	1,41



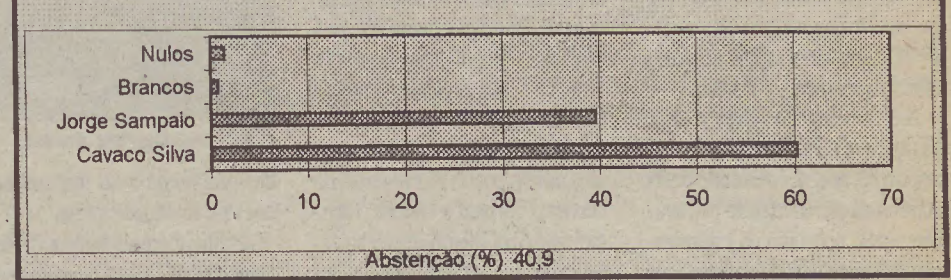
Portalegre

	Votos	%
Cavaco Silva	23231	30,62
Jorge Sampaio	52647	69,38
Branços	803	1,03
Nulos	1034	1,33



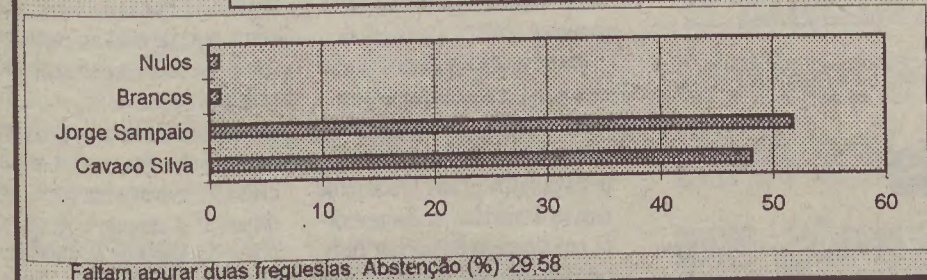
Vila Real

	Votos	%
Cavaco Silva	77779	60,36
Jorge Sampaio	51087	39,64
Branços	1044	0,79
Nulos	1929	1,46



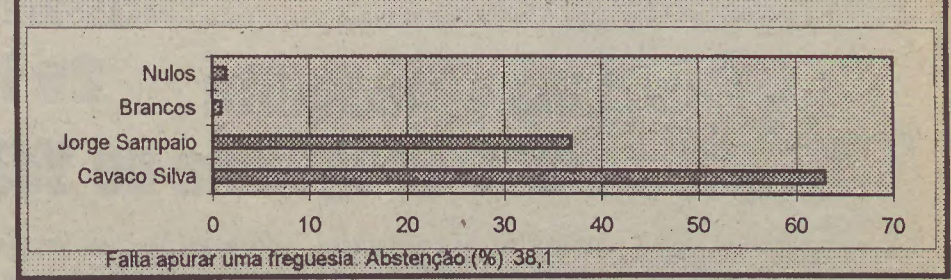
Porto

	Votos	%
Cavaco Silva	465632	48,18
Jorge Sampaio	500764	51,82
Branços	10352	1,05
Nulos	9786	0,99



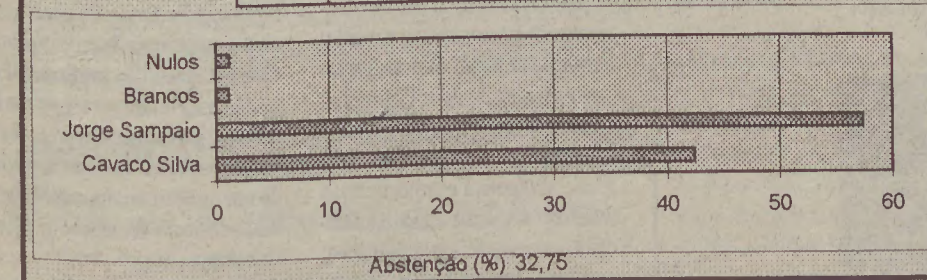
Viseu

	Votos	%
Cavaco Silva	134992	63,06
Jorge Sampaio	79080	36,94
Branços	2029	0,92
Nulos	3288	1,5



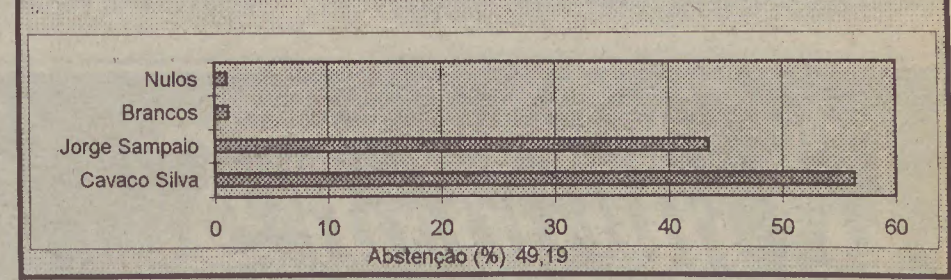
Santarém

	Votos	%
Cavaco Silva	110202	42,5
Jorge Sampaio	149119	57,5
Branços	3124	1,18
Nulos	3373	1,27



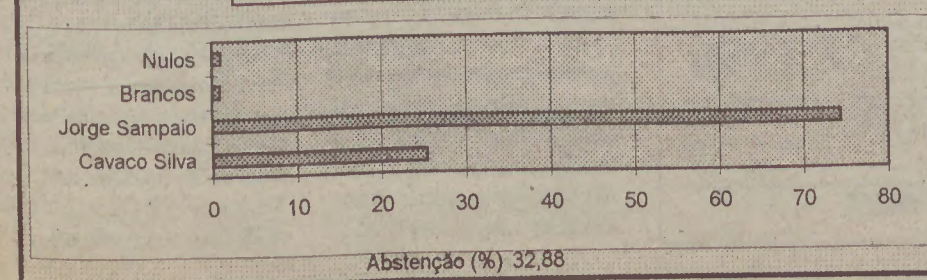
Açores

	Votos	%
Cavaco Silva	52715	56,4
Jorge Sampaio	40746	43,6
Branços	1212	1,27
Nulos	1073	1,12



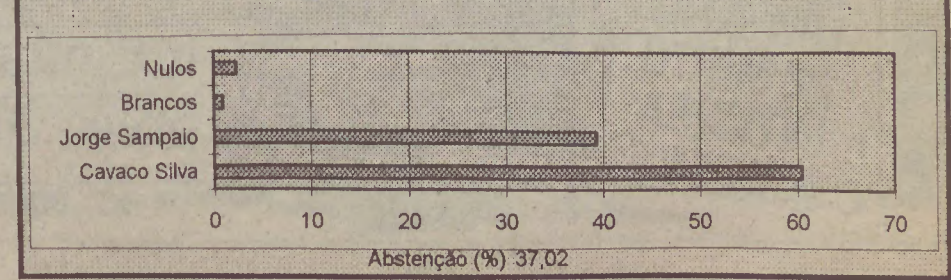
Setúbal

	Votos	%
Cavaco Silva	107080	25,49
Jorge Sampaio	313083	74,51
Branços	4339	1,01
Nulos	4749	1,11



Madeira

	Votos	%
Cavaco Silva	75359	60,58
Jorge Sampaio	49041	39,42
Branços	1325	1,03
Nulos	3068	2,38



PCP defende a redução do IVA turístico na restauração

Em conferência realizada ontem em Lisboa, o PCP apresentou um conjunto de propostas sobre a actividade turística, salientando que 1996 foi escolhido como Ano Nacional de Turismo. Na iniciativa, que coincidiu com a inauguração, na capital, da Feira Internacional de Turismo, participaram Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP, Vítor Costa, vereador responsável pelo pelouro do Turismo da CM de Lisboa, João Andrade Santos e Francisco Felgueiras, presidentes das regiões de Turismo de Évora e da Planície Dourada, respectivamente, assim como Armindo Pinhão e Carlos Boto, membros das comissões executivas das regiões de Turismo do Ribatejo e do Algarve.

Os propósitos que nos movem com a realização desta Conferência de Imprensa têm a ver com a reconhecida importância que a actividade turística tem vindo a assumir no contexto da economia do país, expressa no valor das receitas que realiza (cerca de 700 milhões de contos/ano) e no número de trabalhadores que emprega (aproximadamente 400.000).

Nesse sentido, para o PCP assume relevante e particular importância a necessidade desta actividade ser dotada de políticas coerentes, no plano da organização da ocupação do território, do crescimento e reordenamento da oferta turística existente, no plano legislativo, fiscal e financeiro, na formação profissional, na promoção dos nossos recursos e produtos turísticos e designadamente de uma nova organização e valorização das estruturas regionaliza-

das de turismo - as Regiões de Turismo.

A oportunidade do tratamento por nós, neste momento, de tais questões, advém do facto de estarmos a iniciar um novo ciclo da vida política do País, decorrente dos resultados das eleições legislativas de Outubro último, da apresentação, nos próximos dias, pelo novo Governo do Orçamento do Estado para o próximo ano e sobretudo porque não vislumbramos nas propostas de Programa do Governo PS para a área do Turismo, nem nas medidas que entretanto foram tomadas na estrutura do aparelho de Estado correspondente, sinais e propósitos que respondam à extrema necessidade de mudança que, nos vários campos que esta actividade integra, na nossa opinião, se impõem.

A desvalorização que, na nossa opinião, teve a actividade turística

na estrutura orgânica do actual Governo é por si só motivo de apreensões acrescidas.

Mais, esta oportunidade é justificada ainda pelo facto deste Governo ter declarado o corrente ano como o Ano Nacional do Turismo, sendo nossa convicção que tal decisão deve estar fundamentalmente associada à resolução



O PCP apresentou, ontem, um conjunto de propostas para dinamizar a actividade turística

dos problemas mais importantes que esta actividade revela.

Assim, é para nós de extrema urgência que na área da actividade turística se promova, com carácter de urgência, um conjunto de medidas das quais, no plano estrutural, sublinhamos:

- um rigoroso levantamento da oferta turística existente de forma a se definir com clareza quais as linhas de apoio ao crescimento

futuro das várias formas de alojamento;

- se regulamente e qualifique o alojamento paralelo destinado à actividade turística regular, de forma a integrá-lo num quadro de legalidade;

- se proceda a uma avaliação pública dos efeitos da aplicação dos vários PROT's (Planos Regio-

- se avance com um Plano de infra-estruturação e regulamentação das zonas balneares, no sentido de dotar com saneamento, acessos, electrificação, apoios de praia, toda a extensa faixa do nosso litoral, com a correspondente qualificação das praias. Plano cujos instrumentos financeiros devem ser disponibilizados pelo Poder Cen-

tratada a promoção dos nossos recursos e produtos turísticos, onde, apesar de algumas melhorias pontuais, imperou a desarticulação entre as várias estruturas, sem a consideração devida pelas realidades e estruturas regionais em que assenta a nossa actividade turística. A promoção tem de ser vista fundamentalmente como um investimento e a essa luz tem de ser avaliada por todos os que nela intervêm.

Nesse sentido é para nós essencial:

- que todas as linhas de promoção dos nossos produtos turísticos sejam coordenadas através de uma articulação efectiva entre as estruturas de Poder Central e regional, assegurando a Administração Central bases, estruturas sólidas e campanhas no estrangeiro, para que os diversos órgãos ligados à actividade turística possam, com redobrada eficácia, promover os seus produtos e especificidades;

- que se ultrapasse o centralismo do funcionamento do ICEP de forma a respeitar as competências e responsabilidades das diversas estruturas (Regiões de Turismo, Associações Empresariais e outras) assegurando uma efectiva participação destas na definição das políticas e programas promocionais;

- que passe a ser obrigatória a avaliação dos seus resultados em função do balanço de cada ano turístico, sendo o local próprio o Conselho Nacional de Turismo, estrutura que deve ser reactivada, não como instrumento de amortecimento de reivindicações ou de legitimação de decisões, mas como sede de efectiva participação do sector na definição das políticas.

A actividade turística pelas particularidades que encerra tem no elemento humano um papel fundamental. A procura crescente de níveis de oferta de qualidade em todos os seus segmentos, pressupõe o respeito e a defesa dos direitos dos trabalhadores e a valorização da sua qualificação profissional.

Para que tal se transforme numa realidade é indispensável que se reponha a legalidade nas relações de trabalho, se diminuam os intoleráveis níveis de contratação a prazo, se fomente uma efectiva formação profissional e se dê prioridade no emprego à mão-de-obra qualificada, tornando obrigatória a existência de um quadro mínimo de trabalhadores com formação profissional adequada.

Finalmente, reivindicamos para a actividade turística ajudas financeiras acrescidas provenientes das várias linhas de financiamento comunitário. Deixamos entretanto expresso e bem claro que não acompanhamos qualquer iniciativa política que conduza, no plano da União Europeia, à adopção de uma Política Comum para o Turismo, processo que a ser implementado o seria seguramente contra os nossos interesses e realidades, como são disso exemplo as recomendações inscritas no Livro Verde sobre o Turismo Comunitário de Maio do passado ano.

Luísa Mesquita visita Freguesia de Valada

A deputada comunista Luísa Mesquita esteve, na passada segunda-feira, na Freguesia de Valada, no concelho do Cartaxo, fortemente atingida pelas cheias que assolaram a região.

Esta visita surge na sequência de um vasto conjunto de acções relacionadas com as cheias no Ribatejo, onde se destaca um encontro com os Serviços de Pro-

tecção Civil, uma deslocação com o Primeiro-Ministro ao Reguengo do Alviela e à Ribeira de Santarém, para além de várias intervenções na Assembleia da República.

Luísa Mesquita, acompanhada por dirigentes regionais e concelhios do PCP, pelo vereador da CDU Helder Travado e por Emília Soares, eleita da CDU na

Assembleia Municipal, reuniu-se com o executivo da Junta de Freguesia, presidido por Orlando Santos, para fazer o ponto da situação e auscultar as propostas deste órgão autárquico para minimizar as consequências de futuras inundações.

Da troca de opiniões efectuada, definiram-se como prioridades a elevação da EN 3-2; a reconver-

são da Ponte D. Amélia em ponte rodoviária, a construção do dique de protecção a Porto de Muge (entre a vala real e a EN 3-3), limpeza da vala real e a instalação de um sistema de rádio.

Face à importância destas medidas para as populações, o PCP disponibilizou-se a enviar todos os esforços para a sua concretização.

Proletários de todos os países: UNÍVOS!

O Militante

1996
UM ANO
DE MUITO
INTENSA
ACTIVIDADE

À venda
o 1º número de 1996
preço 200\$00

DOREV analisa resultados das presidenciais

A DOREV do PCP considera que os resultados eleitorais de 14 de Janeiro «expressam de forma clara a determinação do povo português na luta contra a direita, por uma nova política que rompa definitivamente com as orientações impostas durante 10 anos pelo PSD e permita enfrentar com eficácia os grandes problemas da sociedade portuguesa, do desenvolvimento do País e dar resposta às mais prementes aspirações dos trabalhadores e do povo».

Na sua declaração, divulgada na passada segunda-feira, a estrutura regional de Évora sublinha que «o eleitorado do PCP e da CDU deu uma importante contribuição para a derrota do candidato da direita - Cavaco Silva, que é também a derrota da sua política, a derrota do anticomunismo, a derrota do desforrismo e dos que quiseram dividir os portugueses através da religião».

Por outro lado, a DOREV realça que os resultados obtidos por Jorge Sampaio no Alentejo, e em



O eleitorado do distrito de Évora deu um grande contributo para a derrota de Cavaco Silva

particular no distrito de Évora, mostram de forma inequívoca «o contributo do eleitorado do PCP e da CDU para a derrota de Cavaco Silva» e traduzem a «necessidade de uma nova política que concretize os grandes projectos para a região», favorecendo o seu «desenvolvimento e a criação de emprego estável e com direitos».

Saudando os militantes e elei-

tores do PCP, a DOREV apela à «mobilização e vigilância dos trabalhadores e à sua contribuição para a necessária mudança de política».

Barreiro

Também a concelhia do Barreiro do PCP divulgou uma nota à imprensa, congratulando-se com derrota de Cavaco Silva e a eleição de Jorge Sampaio, para a qual a população do Barreiro deu «uma forte contribuição» ao atribuir 42.162 (81,2%) votos a Sampaio contra 9.750 (18,8%) recolhidos por Cavaco Silva.

A concelhia afirma que a escolha de Jorge Sampaio para Presidente da República representa «a

eleição de um democrata que frustrara os desígnios revanchistas e a tentativa da direita de recuperar parte do poder perdido nas eleições legislativas». Saudando os militantes e todos os que contribuíram para a derrota de Cavaco Silva, a concelhia realça ainda o importante papel da candidatura de Jerónimo de Sousa no «debate dos problemas nacionais, no esclarecimento e mobilização para o voto».

Por último, a nota salienta que «os resultados das presidenciais são um elemento positivo na situação nacional» exprimindo a «exigência do povo português de uma nova política que responda aos seus problemas e anseios. É necessário que esse desejo não seja defraudado».

Fábrica em Palmela pode encerrar

A HR, fábrica de frigoríficos e arcas congeladoras, sediada no concelho de Palmela, corre o risco de encerrar, lançando no desemprego algumas centenas de trabalhadores - alerta em comunicado a comissão concelhia do PCP, que reuniu no passado dia 8 para analisar a situação política e social.

Os comunistas consideram indispensável que a administração da HR desenvolva todos os esforços para viabilizar a empre-

sa e manifestam a sua total solidariedade com a justa luta dos trabalhadores na defesa dos seus postos de trabalho.

Por outro lado, o PCP exige do Governo a aplicação de medidas que «anulem as consequências desastrosas da política teimosamente prosseguida pelos anteriores governos do PSD, a qual conduziu as empresas e a indústria portuguesa a uma situação de enormes dificuldades».

Sintra CT de Algueirão aberto todo o dia

O centro de trabalho do PCP em Algueirão-Mem Martins, cujas instalações foram recentemente adquiridas pelo Partido, passou a estar aberto todos os dias, das 10.30 às 22 horas.

Este espaço foi remodelado, tendo sido criada uma área de convívio, onde funciona agora permanentemente um serviço de cafetaria, com mini-pratos às refeições.

CAMARADAS FALECIDOS

Arminda Rodrigues de Lemos

Faleceu, com 59 anos de idade, Arminda Rodrigues de Lemos, que estava organizada na Célula do Cinema do sector Intelectual de Lisboa.

Militante comunista desde 1975, era activista do Cineclub ABC e trabalhava na AIL - Associação de Inquilinos Lisboenses.

Deolinda dos Anjos Simões

Faleceu Deolinda dos Santos Simões, que contava 81 anos de idade. Apesar da doença que a afectava há alguns anos, desempenhou sempre várias tarefas na organização de freguesia de Alcântara, nomeadamente na recolha de quotizações e na distribuição do «Avante!».

Paulo José Rodrigues

Faleceu, com 65 anos de idade, Paulo José Rodrigues, organizado na Freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, onde foi autarca. Este camarada foi anteriormente responsável pela Célula dos Agentes de Navegação e Transitários.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Castelo Branco Tribunal condena trabalhadores com salários em atraso

Inusitada é, no mínimo, o que se pode chamar à decisão do Tribunal Judicial de Castelo Branco de condenar os trabalhadores arguidos, num processo levantado pelo Ministério Público, por estes se manifestarem junto do Governo Civil exigindo o pagamento de salários em atraso há vários meses.

Durante o julgamento, que a Comissão Concelhia do PCP qualifica como «eminente político», o único fundamento da acusação baseou-se na falta de pré-aviso para a realização da referida acção e de nada serviu o facto de ter ficado provado que a deslocação se fez de forma cívica e ordeira, sem prejudicar inclusive o trânsito automóvel, e que a ausência de pré-aviso se deveu à espontaneidade do protesto.

Entretanto, a defesa já recorreu da sentença condenatória, apresentando um acórdão do Tribunal de Lisboa que absolveu os trabalhadores num caso idêntico.

Os trabalhadores visados, mulheres na sua maioria, pertencem à SICOFATO e desde Agosto de 1994 que são afectados pelo sucessivos atrasos no pagamento dos salários.

O PCP nota que «neste julgamento político o que ficou provado é que a Lei nem sempre é justa, pois acaba de condenar quem, sem outras soluções, recorreu ao protesto para fazer valer os seus direitos».

«Esta decisão», prossegue o comunicado da concelhia de Castelo Branco, «acaba por ter efeitos inibitórios e restritivos ao exercício do mais elementar direito constitucional de quem trabalha: protestar, neste caso, por não recebimento dos salários; e mais grave ainda - acaba por dar força aos patrões, permitindo que esta e outras situações idênticas continuem a existir, pois aí a Lei não funciona, deixando-os impunes».

A Concelhia de Castelo Branco recorda que o processo foi instaurado em Fevereiro do ano passado, durante o «consuldo cavaquista», tendo como principal objectivo «uma clara intimidação dos trabalhadores que lutavam contra a política do então Governo de Cavaco Silva».

Manifestando a sua solidariedade aos trabalhadores condenados, o PCP sublinha que «só a absolvição no Tribunal de Coimbra reporá a justiça neste caso».

Com Álvaro Cunhal JCP de Setúbal realiza encontro distrital

A Organização Regional de Setúbal da JCP realiza no próximo domingo, no Clube Desportivo da Cruz de Pau (Seixal), o 4º Encontro Distrital, que se efectua anualmente, sob o lema «Romper a Indiferença, Lutar por Ideais».

A iniciativa, que conta com a participação de Álvaro Cunhal, decorre num importante momento político, resultante da derrota da direita e do candidato presidencial Cavaco Silva que durante dez anos governou o País de forma prepotente e arrogante.

Os jovens comunistas notam, por outro lado, que com a vitória do PS em Outubro passado, foram criadas justas expectativas aos portugueses, que até ao momento não viram resolvidos os principais problemas deixados pelo cavaquismo.

O Encontro Distrital tem assim como grandes objectivos contribuir para o reforço orgânico da JCP, designadamente no seio da juventude trabalhadora e no ensino superior; aprovar uma carta reivindicativa; reforçar a formação político ideológica; e reafirmar a necessidade de uma nova política.

Os documentos do Encontro foram colocados já à discussão nas organizações concelhias, de freguesia e nos colectivos de escola, contendo as grandes linhas de orientação para o trabalho no distrito, nas diversas áreas:

- Ensino Superior, onde se pretende o reforço da intervenção e afirmação dos estudantes comunistas;

- Ensino Secundário, defendendo a criação de um sistema justo, participativo, democrático, gratuito;

- Juventude Trabalhadora, visando o reforço dos colectivos de jovens trabalhadores nos concelhos e freguesias, bem como a sua afirmação nos locais de trabalho e nas organizações unitárias.

Em debate está ainda um outro documento que apresenta uma proposta de carta reivindicativa, abrangendo outras áreas de intervenção juvenil como são exemplos o ambiente, o lazer, a toxic dependência, entre outros.

Os trabalhos do Encontro decorrem em três sessões durante a tarde dedicadas, ao Ensino Secundário, ao Ensino Superior e ao Trabalho Local.

A parte da manhã será preenchida com um debate sobre o 75º aniversário do PCP e a formação político ideológica dos jovens comunistas.



Montemor-o-Velho Terrenos e estradas submersos

As recentes inundações vieram pôr a nu as deficiências da obra do Baixo Mondego, considera a Comissão Concelhia de Montemor-o-Velho do PCP, que decidiu na sua reunião da passada sexta-feira, denunciar publicamente esta situação e apresentá-la nas autarquias locais e Assembleia da República.

Os comunistas reconhecem que se vivem condições climáticas anormais, mas apontam «erros na execução da obra que agravam os

efeitos das chuvas ocorridas». Nomeadamente, notam que «independentemente da quantidade de precipitação, a desconexão entre os cursos de água periféricos e o leito principal leva a que com facilidade os terrenos e diversas estradas fiquem e estejam submersas».

O PCP exige que as entidades responsáveis «estudem os factos, reconheçam os erros e determinem as medidas que possam evitar a repetição de ocorrências semelhantes».

CGTP SAÚDA

A vitória de Jorge Sampaio nas eleições presidenciais foi saudada pela CGTP-IN, que igualmente saudou «os portugueses, em geral, e os trabalhadores, em particular, que, com o seu voto, construíram esta vitória democrática, reforçando assim o sentido da mudança política que havia já sido expresso nas eleições legislativas». Para a central, a eleição de Jorge Sampaio (a quem a CGTP expressou o seu apoio oficial na semana passada) significou «a vitória dos que querem uma sociedade mais democrática, mais solidária, mais justa e socialmente mais coesa», «a vitória dos que defendem a Constituição da República e o respeito pelos direitos individuais e colectivos dos cidadãos, nomeadamente no plano laboral» e «a vitória dos que combatem a exclusão social e anseiam por um país de progresso e desenvolvimento, onde sejam dadas oportunidades iguais a todos os cidadãos».

Na nota divulgada segunda-feira pelo seu departamento de informação, a *Inter* afirma esperar que o novo PR «promova condições para que se cumpram as justas expectativas dos portugueses e se concretize o sentido de mudança expresso nas últimas eleições».

CONSTRUÇÃO NÃO CEDE

A reabertura das negociações directas para a revisão do contrato colectivo da construção civil e obras públicas foi exigida no plenário de sindicatos do sector, realizado dia 9, e que condenou o rompimento unilateral como «atitude precipitada e extemporânea das associações patronais». Um comunicado do Sindicato da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Lisboa recorda que a «miserável proposta» patronal prevê a flexibilização do horário de trabalho até 50 horas semanais (apresentada como condição prévia para a continuação das negociações) e um aumento salarial de 2 por cento, recusadas com firmeza pela federação sindical no dia 4.

Um novo plenário de sindicatos está marcado para a próxima terça-feira, «para analisar o evoluir da situação e, caso necessário, decidir-se pela realização de protestos e formas de luta de âmbito nacional».

EDP NÃO RESPONDE

O prazo legal estabelecido (máximo de 30 dias) voltou a ser desrespeitado pelo Conselho de Administração da Electricidade de Portugal, que ainda não respondeu à proposta de revisão salarial entregue em Novembro pela comissão negociadora sindical liderada pela FSTIEP/CGTP. «Para protestar contra o facto da mudança esperada com os resultados das eleições de 1 de Outubro ainda não ter chegado à EDP e para reclamar uma resposta», os representantes dos trabalhadores deslocaram-se anteontem à sede do CA, em Lisboa.

TDP NÃO RESPEITA

Em defesa de direitos consagrados no Acordo de Empresa que, segundo o decreto-lei de fusão que criou a Portugal Telecom, continua a vigorar para o pessoal da rede de emissão, estão em luta os trabalhadores da ex-TDP, que entraram em greve na segunda-feira da semana passada. Numa informação divulgada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual depois um plenário nacional, que teve lugar em Coimbra no dia 9, salienta-se que a resistência aos ataques da administração de Todo Bom, que pretende ignorar o AE, intensificou-se desde Setembro. O STT chama a atenção para o facto de que as quebras de emissão de televisão, verificadas por todo o País, resultam da luta desencadeada e poderão agravar-se se os problemas não tiverem uma resolução rápida, cabendo a responsabilidade à administração da PT.

CNA NO CES

A Confederação Nacional da Agricultura deve participar no Conselho Económico e Social, defendeu a CGTP na semana passada, num encontro com uma delegação da CNA. Joaquim Casimiro, da direcção da CNA, afirmou à agência Lusa que a CGTP-IN «está de acordo que em que a CNA participe no CES e que tudo fará para que isso seja possível». Referiu ainda que os partidos com assento na Assembleia da República foram unânimes em concordar que a confederação deve estar representada no CES.

SEGURANÇA NAS PESCAS

Muitas situações poderiam ser evitadas se os constantes apelos dos pescadores fossem ouvidos - afirma o Sindicato dos Pescadores do Norte num comentário a propósito do desaparecimento de dois pescadores na Ria de Aveiro. Reconhecendo as causas naturais dos acidentes, o sindicato apela a que, de uma vez por todas, sejam tomadas medidas urgentes no que se refere a segurança, nomeadamente a melhoria das condições e dos acessos às barras e a construção de estruturas de apoio e defesa dos pescadores e das embarcações. Entre os projectos que se arrastam nas gavetas há muitos anos, um comunicado da semana passada cita a Torreira, Costa Nova, Aguda, Matosinhos, Vila Praia de Âncora e Castelo de Neiva.

ÉVORA

Tomou posse dia 12 a direcção da União dos Sindicatos do Distrito de Évora, eleita a 15 de Dezembro, dia da 2ª Conferência e do plenário da USDE. De seguida, na sua primeira reunião, a direcção reelegeram José Figueira como coordenador e escolheu ainda outros seis sindicalistas para integrarem a comissão executiva.

Pedida reunião com Daniel Bessa

CT da Renault quer saber o que se negoceia com França

A Comissão de Trabalhadores da Renault Portuguesa analisou a situação que se vive nas fábricas de Setúbal e Cacia e nas instalações de Lisboa, salientando a falta de informações acerca do processo negocial entre o Estado e a Renault francesa. A gravidade dos problemas (sublinhada pela greve do pessoal dos serviços, no final da semana passada) e a continuação das preocupações quanto ao futuro da empresa e dos postos de trabalho, a par da expectativa com que é aguardado o desfecho das negociações com França, levaram a CT a solicitar uma reunião com o ministro da Economia.

As preocupações e propostas dos trabalhadores deverão ser dadas a conhecer também à administração da Renault, numa reunião pedida em Novembro e agendada para 16 de Fevereiro. A CT decidiu ainda prosseguir a preparação de um encontro nacional de trabalhadores da Renault, «para aprofundamento

da análise da situação da empresa e respectivas soluções» - adianta-se no comunicado que saiu da reunião de dia 12 da Comissão de Trabalhadores.

Este documento reafirma que «as alternativas existem» para a fábrica de Setúbal, «nomeadamente a produção para nichos de mercado». Em particular, é apontada como «altamente rentável» para o grupo Renault a produção do Megane Break naquela unidade.

A CT destaca «o bom nível de qualidade» de Setúbal face a outras fábricas de montagem, os baixos índices de absentismo e sinistralidade ali verificados e o custo de transformação por carro (que seria ainda mais baixo se fosse utilizada a capacidade instalada, e não os actuais 30 por cento). A previsão de se manter esta utilização em 1996, e apenas para produzir o modelo Clio, «não oferece perspectivas de futuro».

A produção de órgãos menores e peças, defendida para a

fábrica de Cacia pelo respectivo director, vai acabar com a produção de motores, provoca a perda do *know-how* e não garante os postos de trabalho, enquanto torna aquela unidade mais vulnerável. A CT defende, pelo contrário, que a fábrica de Cacia é «altamente rentável» e que existem soluções para garantir o futuro, como avançar com a produção de um motor *diesel* de baixa cilindrada, «fundamental» para a Renault e que Cacia «tem todas as condições» para fazer.

«Nova» preocupação

A instabilidade vivida nas fábricas continua a ser, para a CT, o factor de maior insegurança para os trabalhadores dos serviços. Nesta área, também há falta de informação sobre a falada «nova organização comercial», tanto mais preocupante quanto surgem «indícios de evolução negativa», apontados no comunicado da CT.

É o caso da «tentativa de filialização das sucursais, correndo até o boato da venda da sucursal do Areiro», o que provoca um «clima de prepotência e arrogância da Direcção, aparentemente interessada na desvalorização da sucursal». A CT salienta que a gravidade da situação levou os trabalhadores a cumprir um dia de greve de protesto.

Com apreensão vê ainda a Comissão de Trabalhadores a criação de uma nova sucursal em Benfica, «já que os concessionários e sucursais da zona de Lisboa têm capacidade de venda e assistência suficiente». «Quando muito, por razões de melhoria do serviço aos clientes, poder-se-iam criar pontos de venda (*stands*) e assistência rápida, ligados às actuais concessões e sucursais», contrapõe a CT, que acusa o administrador-delegado de continuar a furta-se ao diálogo sobre a situação da área comercial.

Sumolis em Faro fecha com cinismo

Para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas, o encerramento da fábrica da Sumolis em Faro, anunciado pela administração juntamente com a «possibilidade» de os trabalhadores da capital algarvia poderem transferir-se para o estabelecimento fabril do Pombal dentro de um mês, «demonstra um atroz cinismo e total falta de respeito pelas pessoas, pois a empresa sabe que para quem tem a sua vida organizada na zona de Faro é impraticável efectuar uma mudança para 400 km de distância».

O fecho da fábrica, concretizado a 2 de Janeiro, afecta cerca de 80 trabalhadores, que ficam dispensados de comparecer na unidade fabril de Faro até 5 de Fevereiro, precisamente para poderem, no entender da administração da Sumolis, tratar da mudança para o distrito de Leiria.

Os responsáveis da empresa informaram ainda que os trabalhado-

do Emprego, através da Inspecção-Geral de Trabalho de Faro, esperando que a IGT «cumpra a sua função e ponha cobro a esta actuação ilícita». «Se tal não se verificar, não abdicaremos de, junto do Governo, exigir a solução que a justiça social impõe» - conclui o sindicato.

Solidariedade

Reunido na semana passada em Lisboa, o plenário da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos analisou a situação laboral e social no sector e aprovou dois documentos de solidariedade e apoio a lutas em curso.

Os trabalhadores da Centralcer/Belas confrontam-se com a ameaça de desemprego, uma vez que foi anunciado o objectivo de encerramento da unidade fabril. A moção de solidariedade recorda que,

depois da privatização da Centralcer, foram eliminados cerca de mil postos de trabalho e foram retirados direitos, com a não actualização dos complementos de reforma.

Citando ainda o encerramento da Sumolis/Faro, que se segue ao fecho da unidade da Póvoa de Varzim, os sindicatos da FSTIABT afirmam que, para o significativo aumento do desemprego no sector «contribuiu a política de direita que o governo de Cavaco Silva conduziu ao longo de mais de 10 anos e que os critérios de convergência nominal deter-

minados por Maastricht agravaram».

Uma saudação calorosa foi dirigida ao pessoal da Regina, onde na altura se preparava o recomeço da laboração, realçando que «numa profunda demonstração de firmeza e unidade, os trabalhadores da Regina, sob a direcção do seu sindicato e das suas organizações representativas, foram capazes, com a sua luta, de mobilizar vontades e criar condições para o reinício da laboração da empresa e para o pagamento dos salários em atraso».

A concluir, o documento previne que «nem todos os perigos estão afastados, mas a primeira batalha está prestes a ser vencida», pelo que «há agora que manter a vigilância e não desarmar, com a convicção de que os trabalhadores da Regina podem contar com a solidariedade activa dos restantes trabalhadores do sector».



Na Regina, onde a luta começa a dar frutos, os trabalhadores mantêm-se vigilantes (foto da acção de 15 de Dezembro, no Largo do Calvário)

res que entendessem não proceder à mudança deveriam comunicar até 17 de Janeiro «a sua decisão de rescindir o contrato de trabalho», após o que lhes seria paga a indemnização prevista na lei.

O sindicato - na nota que divulgou na semana passada à comunicação social - alega tratar-se de uma ordem de transferência ilícita, já que não se verifica uma mudança total ou parcial do estabelecimento, «mas pura e simplesmente de um caso de encerramento definitivo do estabelecimento». Acusa ainda a Sumolis de pretender «empurrar os trabalhadores para a rescisão de contrato por sua iniciativa, furtando-se assim a assumir um despedimento colectivo, com total desrespeito pelos trabalhadores enquanto pessoas, com direito a uma vida familiar e social estável».

O SNTIB solicitou a intervenção do Ministério da Qualificação e

Administração pública analisa proposta do Governo

Os professores dizem-se discriminados e, com os restantes sindicatos da Frente Comum, preparam a cimeira de dia 23

Satisfeito com as assinaturas apostas ao princípio da madrugada de dia 11, em nome das estruturas da UGT, o Governo pretendia dar por encerradas as negociações do acordo sobre a revisão salarial deste ano e compromissos de médio e longo prazo para a administração pública. Contudo, a posição das 31 organizações sindicais reunidas na Frente Comum só deverá ser definida na próxima terça-feira, depois de alguns dias de análise da proposta governamental.

No documento apresentado como final pelo executivo, segundo as notícias vindas a lume no final da maratona de reuniões, são contemplados aumentos salariais de 4,25 por cento, passando o subsídio de refeição para 550 escudos (aumento de 5,8 por cento). O Governo terá ainda assumido o compromisso de integrar nos salários do regime geral o adicional de 2 por cento; reduzir

uma hora na semana de trabalho dos funcionários que ainda não são abrangidos pelas 40 horas; aumentar os dias de férias dos trabalhadores com mais de 40 anos. O «acordo global» prevê medidas a curto prazo (desde a revogação da lei dos disponíveis, ao apuramento dos efectivos da administração pública, passando pela simplificação dos actos de posse ou a institucionalização de relatórios anuais sobre as actividades dos serviços), a constituição de mesas negociais sobre 13 áreas (a discutir ao longo de 1996 e parte de 1997) e medidas de legislatura.

Reagindo logo na quinta-feira, a Federação Nacional dos Professores afirmou que as negociações «frustram as expectativas» dos docentes, posição também defendida por organizações sindicais que não estão na Frente Comum (o que levou à realização de uma reunião, anteontem, entre a Fenprof, a FNE e o Sindep).

Em comunicado que divulgou dia 11, a Fenprof esclarece que acompanha a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, pelo que não assinou qualquer acordo, aguardando a cimeira marcada para dia 23. Nessa nota, a federação defendia que a integração do adicional de dois por cento em todas as carreiras - e não apenas nas do regime geral -, a tomada de medidas financeiras que reduzam (ou anulem) a diferença entre o valor do índice 100 e o salário mínimo nacional e a manutenção de paridade entre a carreira técnica superior e a carreira docente são «reivindicações essenciais dos professores, que as negociações da semana passada frustraram de modo iníquo».

Na mesma data, o Sindicato da Função Pública do Norte manifestou-se favorável à assinatura do acordo salarial com o Governo e anunciou que vai defender que idêntica posição seja assumida pela Frente Comum. «Consideramos que, em termos salariais, o Governo não foi tão longe quanto seria

desejável, mas, no que se refere ao emprego e às carreiras, a proposta apresentada é muito positiva», afirma-se num comunicado daquele sindicato enviado à Agência Lusa.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, tentando «sensibilizar para o necessário diálogo» o novo ministro do Planeamento e Administração do Território, anunciou dia 10 que faria deslocar ao Terreiro do Paço a sua Direcção Nacional. Esta decisão foi tomada porque o STAL, que desde 30 de Outubro tem procurado um contacto com o Governo para colocar de viva voz preocupações que afligem os trabalhadores das autarquias, foi mandado do primeiro-ministro para o Planeamento, e aqui para a Secretaria de Estado da Administração Local, que disse não poder receber o sindicato por problemas de agenda. O protesto do STAL foi desconvocado dia 12, depois de ter sido marcada uma audiência com o secretário de Estado da Administração Local, a qual deveria ter lugar anteontem à tarde.

Vote pelas 40 horas, senhor deputado!

Por parte dos trabalhadores há «uma expectativa justa» em que a redução da semana de trabalho seja consagrada na actual legislatura, salienta a CGTP-IN, numa carta aprovada terça-feira pela sua Comissão Executiva e endereçada a cada um dos deputados que, ontem, iam pronunciar-se (na presença de sindicalistas de todo o País) sobre o projecto-lei 2/VII, do PCP, propondo a instituição legal do máximo de 40 horas semanais.

A central - que ontem reuniu o Plenário Nacional de Sindicatos, o qual ia analisar também a proposta apresentada pelo Governo na Concertação Social (ver págs. 20 e 21) - recorda naquela missiva que um projecto de lei semelhante mereceu, na última legislatura, os votos favoráveis do actual partido do Governo, a juntar aos do proponente; quanto ao PSD, lembra a *Inter*, declarou que no início de 1996 votaria favoravelmente as 40 horas.

Além de promessa eleitoral, objectivo central das reivindicações do movimento sindical e medida já em vigor em todos os demais países da União Europeia, a carta sublinha que «a redução dos horários semanais não significa mesmo perdas de competitividade, já que há crescimentos contínuos da produtividade, e contribuirá para atenuar o flagelo do desemprego», notando que «não há país desenvolvido que não tenha reduzido o horário semanal de trabalho».

«O apelo que lhe fazemos é o de que aprove a lei da redução dos horários de trabalho. Senhor deputado, vote de acordo com a vontade da grande maioria dos seus eleitores, que esses, garantimos-lhe nós, desejam, querem (e merecem) o horário semanal reduzido. Vote a redução do horário para as 40 horas. Vote por um Portugal moderno e desenvolvido. Os trabalhadores agradecerão» - conclui a carta.

A CGTP e numerosas organizações sindicais, usufruindo o seu direito legal, pronunciaram-se favoravelmente quanto ao projecto do PCP, propondo que a redução vigorasse desde 1 de Janeiro ou, quando muito, desde a data de publicação legal.

Novos patrões da Siderurgia atacam membros da CT

Uma das primeiras medidas do Conselho de Administração da Siderurgia Nacional — Empresa de Produtos Longos consistiu na tentativa de afastamento de dois membros da Comissão de Trabalhadores, o que «configura uma clara e inadmissível interferência na organização, funcionamento e actividade da Cotra-L», denuncia esta estrutura representativa num comunicado da passada quinta-feira.

Nesse documento revela-se que a atitude da administração recentemente empossada foi já objecto de um pedido de intervenção da Inspeção de Trabalho.

À sustentação jurídica que a administração procura fornecer ao violento ataque contra a CT, esta contrapõe a prática dos anteriores responsáveis e o estabelecido no Acordo de Empresa em vigor, observando que o facto de um acto de tal gravidade ser consumado sem qualquer contacto ou informação prévia «denuncia de imediato o espírito com que é levado a cabo».

No comunicado recorda-se que o grupo Lusosider (constituído pelas firmas Riva e Megasa, italiana e espanhola) «tomou conta da SN-Longos com objectivos bem definidos e que se resumem à conquista de novas fatias do mercado internacional do aço». A Comissão de Trabalhadores admite que «procurarem obter lucros da sua actividade, perante a Constituição e a Lei, é normal, apesar das nossas fortes

preocupações relativamente à produção siderúrgica nacional (a desactivação do Trem Médio é um exemplo), assim como quanto ao futuro da SN e, consequentemente, de muitos postos de trabalho na Maia e no Seixal».

«Mas que cheguem a Portugal e ponham em causa direitos dos trabalhadores, a nossa própria organização e se comportem como autênticos colonizadores numa qualquer república das bananas é que não pode ser» - protesta a CT, que indica vários casos recentes de

desrespeito pelo Acordo de Empresa:

- afastamento de trabalhadores dos seus locais de trabalho e continuação das reduções de pessoal nas secções (quando já o anterior CA tinha declarado que não havia excedentários);

- alterações nos horários de trabalho, tanto no Seixal como na Maia, sem diálogo com os trabalhadores e sem consultarem as estruturas representativas;

- pressões sobre as chefias intermédias para que recusem dispensas e para que os tempos

de redução do horário de trabalho sejam gastos todos até ao fim de Janeiro.

«Apesar de tanta actividade, só ainda não vimos mexerem-se para a montagem do novo forno eléctrico, a que se comprometeram no processo de privatização» - comenta a CT, acusando os novos patrões de não se mostrarem muito interessados no diálogo «que nós estaríamos dispostos a privilegiar como forma de resolver conflitos que são naturais quando se perfilam interesses contraditórios».

INE revela inflação de 1995

Os preços no consumidor aumentaram 4,2 por cento em 1995, situando-se a inflação sem rendas nos 4,1 por cento, anunciou segunda-feira o Instituto Nacional de Estatística.

Segundo o INE, no ano de 1995, os preços do vestuário e calçado aumentaram apenas 1,9 por cento quando comparados com o custo médio de 1994, os do conforto da habitação subiram 3,3 por cento e os da alimentação e bebidas cresceram 4,0 por cento.

Acima da média aumentaram os preços do tabaco (6,3 por cento), saúde (6,2 por cento), ensino, cultura e recreação (6,2 por cento), outros bens e serviços, que inclui viagens, hotelaria e serviços pessoais (5,5 por cento) e transportes e comunicações (4,8 por cento). Os preços das rendas de casa subiram 5,3 por cento.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC), sem

habitação, manteve uma tendência de desaceleração ao longo do ano, com crescimentos homólogos de 4,6 por cento no primeiro trimestre, 4,2 por cento no segundo, 3,9 por cento no terceiro e 3,8 por cento no último.

No mês de Dezembro de 1995 os preços desceram 0,2 por cento em Portugal, quando comparados com os de Novembro, o que levou a inflação homóloga a reduzir-se para 3,4 por cento (menos 0,5 pontos percentuais do que no mês precedente) e a média anual a baixar para 4,1 por cento, depois de três meses em 4,2 por cento.

Sem rendas, a inflação em 1995 foi de 5,2 por cento nos Açores, 4,6 por cento no Alentejo, 4,4 por cento na Madeira, 4,2 por cento no Algarve e na região de Lisboa e Vale do Tejo e 4,0 por cento nas regiões Norte e Centro.

Hotelaria à frente na exploração

Ao mesmo tempo que denunciou a grave situação laboral e social do sector, o plenário de sindicatos da federação da Hotelaria, Restauração e Turismo exigiu do patronato «abertura séria para a resolução dos problemas» e reclamou a intervenção do Governo para satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores.

Reunido na semana passada, o plenário da FESHOT/CGTP-IN aprovou por unanimidade uma resolução em que são apontados alguns factos demonstrativos de que este é um sector onde a exploração da força de trabalho é mais acentuada.

Na Hotelaria, Restauração e Turismo - refere o documento - os horários de trabalho continuam a ser dos mais elevados (44 horas semanais) e os salários médios estão 22 por cento abaixo da média dos restantes sectores.

Há constantemente situações de salários em atraso (como na Torralta/Hotel Navegadores, no Hotel Espadarte, no Hotel Atlantis). Milhares de trabalhadores não têm os seus salários actualizados «há anos», devido ao boicote da entidades empregadoras e à desresponsabilização das entidades oficiais no plano da negociação. Há ainda inúmeros trabalhadores que não estão abrangidos por conven-

ções colectivas de trabalho negociadas, porque os serviços oficiais com competência na matéria não publicam as portarias de extensão (casos das abastecedoras, da hospitalização privada e dos hotéis do Centro e Sul).

O trabalho precário afecta milhares de trabalhadores, através de práticas como os recibos verdes, o trabalho à hora e ao dia; nomeadamente nos hotéis, cantinas e refeitórios, e restaurantes, é corrente o recurso abusivo ao trabalho temporário.

A falta de condições de higiene, saúde e segurança nos locais de trabalho reflecte-se no número de acidentes de trabalho e na degradação da qualidade dos serviços turísticos.

A resolução aprovada no plenário de dia 10 concluiu com um apelo «ao empenhamento dos trabalhadores na eleição do novo PR, votando Jorge Sampaio contra o candidato Cavaco Silva», depois de referir que o pessoal do sector, «vivendo um novo quadro político-governativo» saído das eleições de 1 de Outubro e que traduz a «vontade de mudança», exige «que as expectativas criadas na melhoria das condições de vida e sociais tenham a esperada correspondência na continuidade, com a eleição do candidato Jorge Sampaio».

Negociações entre UE e Marrocos

Acordo ilegal afecta conservas portuguesas

O deputado comunista Lino de Carvalho classificou de "ilegal e abusivo" o procedimento comunitário que admite a aplicação do Acordo de Associação Comercial da União Europeia com Marrocos sem que, previamente, tal Acordo seja submetido à ratificação por todos os Estados-membros e por Marrocos e à aprovação pelo Parlamento Europeu.

A questão veio a lume na passada semana na sequência de uma notícia publicada no "Bulletin Europe" nº 6607, de 17 de Novembro de 1995, onde se afirma a "possibilidade de encerrar medidas transitórias que antecipariam, por uma acção comunitária (sem passar pelas ratificações nacionais) a aplicação das disposições comerciais do Acordo".

Embora reconheça que a

entrada em vigor do referido Acordo "dependerá da ratificação parlamentar em todos os países da União Europeia e em Marrocos e da aprovação do Parlamento Europeu", a medida proposta resulta, segundo se lê no referido Boletim, da impossibilidade de "fazer previsões sobre o tempo que decorrerão estes procedimentos, sendo suficiente o atraso num País para bloquear todo o procedimento".

Ora a verdade é que, como assinalou Lino de Carvalho em encontro com os jornalistas no Parlamento, "nenhum expediente de ordem prática" pode substituir a integração do Acordo na ordem jurídica de todos os Estados-membros, de Marrocos e da União Europeia, sem que antes os respectivos parlamentos assumam o acordo através da sua ratificação.

Para o deputado comunista, que veio alertar para a gravidade deste procedimento, não é líquido, aliás, que o Acordo Comercial com Marrocos venha mesmo a ser ratificado por todos os Estados, dados os prejuízos dele resultantes para alguns países, designadamente para Portugal e para a nossa



indústria de conservas e pesca de cerco.

A este propósito, em requerimento dirigido ao Governo, Lino de Carvalho recorda que a indústria de conservas portuguesas "já está a sofrer os efeitos da

aplicação ilegal do Acordo", sublinhando o facto de a mesma estar desde o início do ano em curso a enfrentar "sérias dificuldades em colocar a sua produção no mercado externo" devido ao facto de os importadores "já

estarem a negociar com Marrocos as conservas deste país ao abrigo das condições negociadas no Acordo Comercial".

Verberado por Lino de Carvalho, que o considera "inaceitável" e atentatório dos interesses e da soberania nacionais, é ainda o facto de a Comissão Europeia, ao abrigo desse mesmo Acordo, ao que se julga saber, ter já pago a Marrocos verbas correspondentes ao diferencial entre a taxa de seis por cento previsto no Acordo para vigorar durante 1996 (e também nalguns meses de 1995) incidindo sobre as importações de conservas marroquinas e a taxa de 22,5 por cento que Marrocos estava a pagar na ausência do Acordo.

Tomando posição sobre o mesmo assunto, também o deputado comunista europeu Honório Novo, sob a forma de pergunta, indagou junto da Comissão sobre a sua intenção de antecipar a aplicação do Acordo de Associação entre a UE e Marrocos sem aguardar a conclusão plena do processo de ratificação, inquirindo-a concretamente sobre as medidas a adoptar e sobre as disposições que prevê antecipar.

Desburocratização na Função Pública

A Assembleia da República apreciou na semana passada um diploma que estabelece um novo regime de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública. Tratou-se, mais exactamente, de um pedido de ratificação do PS ao Decreto Lei (Nº 215/95) que visou no Verão passado suprir lacunas, actualizar e dar conteúdo formal, face ao Código de Procedimento Administrativo, um diploma anterior sobre a mesma matéria (D.L. 498/88).

Diversamente dos objectivos enunciados, porém, não foram dados todos os passos necessários ao tão desejado processo de desburocratização da função pública no que respeita ao regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública.

Factor de descontentamento, desde logo, como salientou o deputado comunista Rodeia Machado, está o não acolhimento de algumas opiniões e propostas das organizações representativas dos trabalhadores, emitidas em sede de elaboração do

diploma, a que acresce, por outro lado, a manutenção dos entraves burocráticos que se pretendiam eliminar.

Citado concretamente, a este respeito, pelo deputado comunista, foi o caso da publicitação da lista prevista no artigo 24º, nº 1 do D.L. nº 498/88 quando não haja candidatos excluídos. Em sua opinião, como medida prática de desburocratização, deveria ser dispensada esta publicitação da lista, na medida em que, explicou, não há motivo a qualquer recurso, dado que todos os candidatos estão admitidos.

Para o parlamentar comunista, que entende existirem artigos ou parte deles no diploma que violam princípios consagrados no Código do Processo Administrativo, importa agora que em sede de especialidade sejam produzidas as alterações que permitam não só eliminar estas violações como desburocratizar o processo de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública.

Conferências parlamentares sobre integração europeia

A Moeda Única e a Revisão do Tratado de Maastricht, duas matérias do processo de integração europeia, serão objecto de Conferências Parlamentares a realizar este ano pela Assembleia da República.

A decisão foi tomada na última reunião da Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus, no decorrer da qual foi rejeitada uma proposta do deputado Paulo Portas (CDS/PP) para que a Assembleia da República encomendasse um estudo técnico sobre o impacto da Moeda Única na Economia Portuguesa. Esta proposta foi rejeitada com os votos do PS e PSD e as abstenções do PCP e do Partido Ecologista "Os Verdes".

Luis Sá, em nome do Grupo comunista, apresentou, por sua vez, uma proposta para a realização de uma audição parlamentar sobre a adesão de Portugal à Moeda Única, proposta esta que

mereceu a aceitação consensual dos deputados da Comissão.

Além de membros do Governo, o PCP propõe a audição de dirigentes de pessoas colectivas públicas, instituições sociais e económicas representativas e de investigações.

Para a formação comunista importa que a audição dê uma "especial atenção" às questões das consequências da Moeda Única sobre o Emprego, o crescimento económico e as estruturas produtivas.

A par desta iniciativa, a Comissão dos Assuntos Europeus vai promover, durante o primeiro semestre do ano, uma Conferência Parlamentar destinada a analisar a Conferência Intergovernamental que vai proceder à Revisão do Tratado de Maastricht. No segundo semestre do ano, será realizada outra Conferência Parlamentar para debater a adesão de Portugal à Moeda Única.

Limpeza de ficheiros PCP propõe audição parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP defendeu a realização de uma audição parlamentar sobre o desaparecimento de 'dossiers' do Estado que alegadamente terá ocorrido na transição do Governo do PSD para o Executivo socialista. Esta proposta foi defendida pelo deputado comunista Ruben de Carvalho no debate parlamentar do projecto de lei do PS destinado a recuperar o património arquivístico nacional, iniciativa legislativa que o PSD considera uma "pura inutilidade".

Em causa está, concretamente, conforme refere a nota preambular do diploma subscrito pelos deputados socialistas, a limpeza de ficheiros e a destruição de dados que o Governo anterior terá levado a cabo, bem como a apropriação indevida de informações constantes daqueles suportes informáticos.

Embora considerando esta questão da maior gravidade e a necessitar de urgente estudo e legislação, a bancada comunista não deixou de manifestar reservas quanto à metodologia seguida, porquanto, como assinalou Ruben de Carvalho, a primeira coisa a fazer deveria ter sido averiguar com rigor tudo aquilo que efectivamente se passou.

Por outras palavras, dado que o próprio projecto de lei do PS não coloca a questão em termos concludentes, referindo apenas que o governo "terá procedido" às referidas limpezas, o que importa apurar, na perspectiva de

Ruben de Carvalho, são os factos que efectivamente ocorreram face aos indícios de desaparecimento de documentos - e é neste contexto que ganha pleno sentido a proposta de audição parlamentar formulada pelo PCP -, e só depois, em função dos resultados dessa investigação, "concluir se se impõe ou não colmatar insuficiências da legislação" e proceder em conformidade.

Deste modo, embora reconheça a existência de uma "insuficiência legal" - que não de um vazio legal, registre-se -, a bancada comunista considera que a forma como o assunto foi tratado pelo PS foi a todos os títulos lamentável, "ao ponto de poder seriamente prejudicar a bondade dos objectivos em vista", como sublinhou Ruben de Carvalho, que, numa tirada a propósito, com ironia, não resistiu em dizer que "o Partido Socialista acabou de deixar cair um giga Byte em cima de um pé..."

40 horas: o primeiro teste

A redução da jornada semanal de trabalho normal voltou ontem à ordem do dia da agenda parlamentar, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, constituindo-se no primeiro grande debate desta Legislatura após a tomada de posse do Governo.

De acordo com as informações que nos foi possível apurar na terça-feira, à hora do fecho da nossa edição (na véspera do debate), tudo indicava que o PS tinha o seu sentido de voto orientado para chumbar o projecto comunista, admitindo-se que a opção do PSD fosse pela abstenção.

Invocado pelo PS para justificar a sua posição, ainda segundo o que conseguimos saber, é o pretexto de que o Governo está a tratar deste assunto em sede de concertação social. Fraco argumento, diga-se, se atendermos a que a proposta governamental aponta para que em 1 de Janeiro de 1997 seja fixado o horário máximo de 42 horas e só em 1998 admite consagrar o limite de 40 horas semanais. De acordo com a proposta por si apresentada, o Governo faz ainda depender a redução do horário de trabalho da chamada flexibilidade e polivalência dos trabalhadores, o que, prosaicamente, significa que está de acordo com a ideia defendida pelo patronato mais retrógrado de que

os trabalhadores podem "servir de pau para toda a obra".

Na esteira da política de direita

A confirmar-se o sentido de votação já referida, nomeadamente do PS, resulta clara, pois, uma vez mais, a distância que pode separar as palavras e os actos, no caso vertente, o discurso oposicionista dos socialistas e a sua prática governativa.

Com efeito, com esta cambalhota - que estilhaça literalmente qualquer linha de coerência no seu discurso - confirmado fica, por outro lado, que em questões essenciais, como é o caso emergente, o PS não se diferencia e assume e cumpre com denodo os

desígnios da política de direita seguida pelo PSD.

Para que não fiquem dúvidas a este respeito importa recordar o que foram as promessas e compromissos anteriormente assumidos pela bancada socialista sobre esta matéria, posições estas que, desde 1988, embora com nuances no discurso (recorde-se que chegou a fixar este objectivo para 1 de Janeiro de 1993), sempre foram de apoio inequívoco aos objectivos de redução para 40 horas, passando, inclusivamente, pelo voto favorável aos projectos apresentados pelo PCP na V e VI Legislaturas.

Em 20 de Junho de 1995, por exemplo, no último debate em plenário em que o assunto veio a

lume, João Proença, deputado do PS e secretário-geral da UGT, dizia frontalmente "assumir que em 1995 os partidos tal como o Governo devem responsabilizar-se para que pelo menos em finais de 1995 tenhamos instituído por via legislativa o horário máximo semanal". E concluía: "em 1991 foi fixado por via legislativa o horário máximo de 44 horas. Em 1995 deve ser fixado por via legislativa o horário máximo de 40 horas".

Quanto ao PSD, não pode igualmente deixar de ser lembrado que no referido debate em 20 de Junho passado foi o próprio Arménio Santos, deputado e presidente dos TSD, que não teve dúvidas em afirmar que "se a solução das 40 horas de horário não for atingida ou concretizada até final do ano, em todos os sectores, deve ser resolvida em sede de concertação social e também aqui na AR". "É esta a disponibilidade, o interesse e o compromisso solene do PSD", garantiu.

"Partilha do emprego"

Refira-se entretanto que ao avançar com a proposta de redução para 40 horas semanais, sem qualquer diminuição dos salários, nos seus objectivos, o diploma subscrito pelos parlamentares comunistas visa cumprir dois objectivos por si considerados essenciais: garantir ao trabalhador, por um lado, um aumento do tempo disponível para repouso e lazer; e contribuir, por outro, com a chamada "partilha do emprego", para uma redução dos níveis de desemprego, face à necessidade de contratar mais pessoal para preencher as horas reduzidas.

Trata-se, aliás, convém lembrar, de uma antiga aspiração dos trabalhadores - já consagrada, de resto, em alguns ramos de actividade -, que ganhou renovada expressão no nosso país nos últimos anos, e que corresponde

não apenas a uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tornada pública em 1969, como também à realidade neste plano já existente em numerosos países industrializados com economia de mercado, como são os casos da nossa vizinha Espanha, da Bélgica, do Luxemburgo ou da França.

Nota de registo merece ainda o facto de o projecto comunista ter sido objecto de discussão pública durante um mês, período durante o qual a Comissão recebeu - como salienta o Relatório - 520 pareceres, entre os quais se incluem o da CGTP-IN, federações e uniões sindicais, sindicatos, comissões de trabalhadores e outras estruturas representativas, que se pronunciaram pela aprovação do projecto. Foram ainda recebidos vários abaixo-assinados com milhares de nomes defendendo igualmente a aprovação do diploma.

João Amaral e as presidenciais Uma derrota anunciada

No Parlamento, faz hoje oito dias, na véspera do encerramento da campanha eleitoral, foram ainda as presidenciais a dominar o período antes da ordem do dia da sessão plenária. Pela voz de João Amaral, em jeito de prenúncio ao juízo que viria a ser feito no domingo pelos portugueses nas urnas, foram elencadas uma por uma as razões que motivaram, por um lado, a pesada derrota de Cavaco Silva, e, por outro, o apelo do PCP à concentração de votos em Jorge Sampaio.

Pronunciando-se sobre o que considerou as características essenciais da campanha eleitoral do candidato da direita, João Amaral definiu-a como a "candidatura da revanche política", cujo propósito deliberado é "tentar a inversão do sentido de mudança que o eleitorado deu em um de Outubro passado", com o objectivo central, acentuou, de "recuperar para a direita e particularmente para o PSD uma importantíssima parcela do poder político para o usar como trincheira da mesma política que o PSD praticou no governo ao longo de dez anos".

Dez anos de consulado cavaquista que os portugueses conhecem bem, como assinalou o deputado comunista, ao recordar as "consequências desastrosas dessa política", sentidas muito particularmente pelos mais de quatrocentos mil desempregados, pelos trabalhadores de centenas e centenas de empresas que "foram levadas à falência e para a inactividade por uma política de desindustrialização", bem como pelos trabalhadores dos "sectores impiedosamente desmantelados" ao longo deste período, com especial relevo para os agricultores, os pescadores e os mineiros.

Dos jovens, "vítimas de grossos erros da política educativa, atirados depois para o mercado de desemprego", falou também João Amaral, lembrando que tal como os milhares de sem abrigo, os que esperam habitação ou os idosos que "precisam de especial atenção do Estado", todos eles testemunham bem o que foram

os resultados da política seguida pelo homem que, na campanha presidencial, chegou ao cúmulo de "introduzir como linha de

fractura política a opção religiosa", com isso pretendendo instrumentalizar, observou, "uma das zonas mais íntimas da pessoa

humana que é a sua relação com a fé e com os valores humanísticos e religiosos".

A atenção do parlamentar do PCP não escapou, igualmente, por outro lado, a tentativa de vitimização feita a todo o custo pela candidatura de Cavaco Silva, um papel que acabaria por não surtir os efeitos pretendidos, como os resultados de domingo vieram comprovar, facto que, aliás, João

Amaral previu ao sublinhar que "os portugueses não esqueceram que o agora autopromovido a coitadinho foi o carrasco das esperanças de progresso e bem-estar que os portugueses alimentaram" e o responsável por "uma política que causou a degradação dos valores humanos mais nobres como a solidariedade", incentivando o "salve-se quem puder, a luta desenfreada tendo

como critério único o êxito pessoal, o arrivismo, o negociismo".

Depois de criticar a governação de Cavaco Silva e a sua postura durante a campanha, João Amaral classificou Sampaio como "cidadão de convicções democráticas e provas dadas", que se comprometeu a "exercer as funções presidenciais com independência, isenção e respeito pela Constituição".

O património cultural popular e os riscos de instrumentalização

O que parecia ser um diploma com mera incidência regional, centrado numa questão de âmbito limitado - a criação de um "Fundo de Intercâmbio" destinado a apoiar na Região Autónoma dos Açores as deslocações de agrupamentos que corporizam as mais variadas formas de expressão da cultura popular -, acabou por trazer a lume, na semana transacta, no Parlamento, aspectos de fundo da política cultural que marcaram o consulado cavaquista, bem como alguns dos perigos que pendem sobre a cultura portuguesa no quadro do processo de integração europeia.

Pondo de parte as questões formais relacionadas com o facto de se tratar da reapreciação de uma proposta de lei das regiões autónomas que transitou automaticamente da anterior para a actual Legislatura - diversamente do que sucede com todas as outras iniciativas legislativas entradas na Mesa da Assembleia da República, as quais, finda a Legislatura, só serão reactivadas se houver lugar a reapresentação formal -, a questão substantiva em debate prendeu-se com o facto de o diploma se cingir a um pormenor - "um epifenómeno" que não ultrapassa a "dimensão de um problema menor", para utilizar a expressão de Ruben de Carvalho -, escamoteando completamente os verdadeiros problemas com que se confronta o património cultural popular.

Circunscrito à sua dimensão regional, como assinalou o deputado comunista, o diploma visa assegurar que "o apoio dado à vida e, essencialmente, às deslocações" dos agrupamentos que animam festividades locais "não ficasse exclusivamente entregue ao arbítrio das autoridades regionais dos Açores".

Subscrito pelos deputados do PS Açores, o diploma, dito de outra forma, "pretendia

garantir a criação de um fundo - as palavras são de Ruben de Carvalho - com vista a tentar obviar à arbitrária subjectividade dos apoios das autoridades insulares".

Só que, foi ainda o parlamentar comunista a lembrá-lo, "os problemas do património cultural popular de um país cujo povo construiu uma identidade ao longo de 800 anos de vida, de sacrifícios, lágrimas, alegrias, vitórias e derrotas é assunto sério de mais para se resolver aqui rapidamente com a criação de um "Fundo de Intercâmbio".

Estava colocado o dedo na ferida, com Ruben de Carvalho a pôr o enfoque naquela que, do ponto de vista da bancada comunista, é a questão fundamental na matéria em apreço, e que em suma se resume à circunstância de este património estar "puro e simplesmente em estado de abandono".

Precisando melhor o seu ponto de vista, lembrou que "estamos ainda muito longe de se nos colocar como solução criar um fundo para esses intercâmbios", e que o problema essencial é saber, sublinhou, "o que há que fazer no quadro das realidades que nos são colocadas por um lado pela integração europeia e, por outro, pela regionalização em relação ao nosso património cultural".

A este respeito, numa alusão aos riscos de instrumentalização do património popular, Ruben de Carvalho fez notar que "novos poderes tendem a criar os seus rituais", concluindo com a ideia de que "proteger a nossa cultura popular não é apenas para um Fundo de Intercâmbio", antes é ser capaz, sublinhou, de "harmonizar um estudo profundo, científico, académico, rigoroso, com uma prática aberta, elaborada e uma vivência no quotidiano popular".



CNA exige Pagamento de indemnizações

Na passada semana, a Confederação Nacional da Agricultura reclamou ao Ministério da Agricultura o pagamento das indemnizações em dívida aos agricultores e cooperativas afectados pelas geadas de 1995. Num comunicado à imprensa, a CNA, considerando as indemnizações insatisfatórias, defende que esta «situação não pode continuar num impasse».

A confederação reivindica igualmente o rápido levantamento dos prejuízos das cheias que se registaram em todo o país, bem como a criteriosa atribuição de indemnizações aos agricultores atingidos. «Apesar do balanço global ser positivo, as fortes chuvas estão a provocar prejuízos concentrados em várias regiões, afectando muitas explorações, pequenas obras hidráulicas e caminhos agrícolas», acrescenta.

Por fim, exige que todos os agricultores, independentemente da área das suas explorações, devem ser abrangidos pelas indemnizações compensatórias, como acontece em outros países. Para isso, o Ministério da Agricultura deve criar legislação e anular de imediato a portaria que aumentou a área mínima com direito às «compensatórias» de um para dois hectares.



Estragos em Grândola

À semelhança do que se tem registado por todo o país, nas últimas semanas o concelho de Grândola tem sido vítima de fortes chuvas e ventos. Segundo uma nota da Câmara Municipal, todas as situações têm sido prontamente acompanhadas tanto pela C.M. como pelos agentes da Protecção Civil. Foram tomadas várias medidas preventivas, como a constituição de uma equipa

municipal equipada com meios pesados, pronta a intervir a qualquer momento, e o reforço do dispositivo dos bombeiros.

Até à passada quinta-feira, registou-se a queda total ou parcial de nove habitações, o que implicou o realojamento provisório de 17 pessoas, inundações de várias casas, a derrocada de uma antiga fábrica e de duas escolas e o rebentamento de uma barragem

agrícola em Monte Novo que afectou várias propriedades. Muitas estradas tiveram o trânsito cortado ou condicionado devido a aluimentos de terras, submersão ou deterioração.

Apesar dos estragos e dos prejuízos, o Sexto Grande Prémio de Marcha Atlética não vai deixar de se realizar no próximo sábado.

Numa iniciativa conjunta da Câmara Municipal e do

Clube Recreativo «O Grandolense» e contando com o apoio de diversas instituições, organizações e empresas nacionais e locais, a prova situa-se em segundo lugar no «ranking» nacional quanto ao número de inscritos. De entre os participantes nesta iniciativa, tem-se destacado a presença dos principais atletas portugueses de nível internacional e olímpico.

CM apresenta Plano de Actividades Barreiro aposta na modernização

«O Barreiro vai-se consolidando, na Península de Setúbal, como grande núcleo urbano, em termos de potência e em termos da qualidade dos serviços que presta ao cidadão, junto com Almada, Seixal e Setúbal.»

Foi com estas palavras que a Câmara Municipal do Barreiro apresentou o seu concelho na conferência de imprensa realizada na passada semana, em que foram apresentadas as linhas estratégicas do Plano de Actividades e Orçamento para 1996.

Depois de reequilibrar a estrutura de custos e de receitas do município, a Câmara reduziu substancialmente o défice em termos relativos, não pondo em causa os fornecimentos, a credibilidade externa da autarquia ou os direitos dos empreiteiros. «A grande opção em termos de orçamento municipal é assim a de aumentar o investimento, recorrendo adicionalmente ao crédito e à venda de património.» Para a contenção das despesas correntes, o colectivo mu-

nicipal pretende «prosseguir uma política de valorização dos recursos humanos existentes, procurando ainda diminuir o total dos seus efectivos, embora sem escamotear a necessidade de admissões em sectores estratégicos da sua actuação».

A gerência correcta do crédito deve ser usada na aquisição de algumas infra-estruturas ainda não existentes e na modernização dos equipamentos administrativos e operacionais. A reconstrução do convento da Madre de Deus da Verderena e a recuperação do moinho de maré são apontadas como obras essenciais para o aumento do interesse patrimonial do Barreiro, bem como a construção do novo Parque dos Casquilhos e o início do tratamento da Zona Ribeirinha.

Com o objectivo de melhorar o nível de vida da população e de atrair o investimento privado, o colectivo municipal iniciou já negociações para a abertura do Teatro Municipal e vê a

habitação como uma preocupação com um grande peso do orçamento. A Câmara vai também alargar a rede de refeitórios escolares a mais duas escolas, continuando, ao mesmo tempo, a apostar no Plano de Desenvolvimento Desportivo em que estão envolvidos cerca de nove mil jovens.

Marçal Grilo mantém estilo Ferreira Leite

A JCP acusa o ministro da Educação, face à sua declaração do passado dia 9, de «esquecer as promessas eleitorais do PS e de manter um estilo de governação idêntico ao de Manuela Ferreira Leite».

«Marçal Grilo conduziu negativamente a sua primeira incursão no Ensino Secundário, ao não cumprir a promessa de iniciar um novo ciclo de diálogo no seu Ministério, tomando decisões que determinam a vida de milhares de estudantes sem os ouvir, o que aliás contraria o disposto no programa do Governo que anuncia a intenção de «envolver no processo estudantes e todos os demais protagonistas no processo educativo»», afirmam os jovens comunistas num comunicado à imprensa.

A possibilidade de ser exigida uma classificação mínima quer nos exames do Ensino Secundário, quer na nota de candidatura ao Ensino Superior foi encarada como «absolutamente inaceitável», ao contrariar a Lei de Bases do Sistema Educativo e «possibilitando a existência de provas eliminatórias e privilegiando a avaliação consecutiva em detrimento da avaliação contínua».

Devido às dúvidas provocadas pelas alterações anunciadas, a JCP, através do deputado Bernardino Soares, irá pedir a presença do ministro na Comissão de Juventude da Assembleia da República para proceder a esclarecimentos sobre o processo de candidatura ao Ensino Superior que vigorará este ano.

No fim do seu comunicado, a JCP apela a todos os estudantes que façam ouvir a sua opinião sobre este processo e que exijam a tão apreçoada mudança.

Deputado jovem do PCP visita a UAL

Bernardino Soares, o deputado jovem do PCP, desloca-se, na segunda-feira, à Universidade do Algarve (UAL), onde se encontrará com as associações de estudantes e com o presidente do Conselho Directivo da Unidade de Ciências e Tecnologias dos Recursos Aquáticos.

Em questão encontram-se os processos que têm vindo a decorrer nesta instituição do Ensino Superior que, segundo a Direcção da Organização Regional do Algarve da JCP, «contrariam não só os interesses e necessidades dos alunos, mas também as aspirações dos jovens algarvios em relação ao Ensino Superior».

Entre outros problemas, verificam-se insuficiências em alguns cursos, nomeada-

mente no de Biologia Marinha e Pescas, que, apesar de ser uma licenciatura, não permite uma saída profissional para o ensino. O possível encerramento do pólo de Vila Real de Santo António é visto pelos comunistas como a transformação da UAL em Universidade de Faro, passando a ter apenas uma delegação em Portimão.

Outra questão a levantar nos encontros que Bernardino Soares irá manter será a falta de residências universitárias «que coloca os alunos necessitados nas mãos da especulação imobiliária».

A nível nacional, «é também preocupante a não revogação da Lei das Propinas e a falta de uma política de desenvolvimento do Ensino Superior Público».

«África» na Moita

Depois do corta-mato regional, a Câmara Municipal da Moita continua a promover actividades de lazer. Desta vez trata-se da exposição «África» que está patente de 3 a 25 de Fevereiro no Pavilhão Municipal de Exposições. Esta mostra itinerante baseia-se no trabalho de José Capristano que aborda, numa visão antropológica, os usos e costumes das comunidades africanas a partir do artesanato, do património zoológico, da dança, dos objectos de magia ou das tradicionais tendas tuaregues.

Ainda no campo cultural, a Câmara de Loures entrega amanhã os prémios da JOV' ARTE 95, no Pavilhão Paz e Amizade. Esta é uma iniciativa que visa divulgar novos valores em diversos campos das artes plásticas: pintura, escultura, fotografia, desenho, cerâmica, design industrial e arquitectura.

Em paralelo, decorrerá um programa, a partir de sábado, que conta com espectáculos de dança, jazz e debates sobre arte.



Conselho de Madrid Poucas soluções muitos problemas

As conclusões do Conselho Europeu de Madrid em matéria de emprego são insuficientes, consideram os eurodeputados do grupo Confederal GUE/NGL em que se inserem os deputados do PCP ao Parlamento Europeu, numa proposta de resolução apresentada esta semana em Estrasburgo, em que se exige o firme combate ao desemprego, designadamente através da redução do horário de trabalho sem redução de salário.

Para o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, a crescente preocupação da opinião pública face à situação económica, a degradação social e o desemprego, exige a tomada de medidas que passem, para além da redução do tempo de trabalho, pela diminuição sensível das taxas de juro, de forma a estimular os investimentos produtivos. Embora considerando positiva a aprovação do relatório conjunto sobre o emprego, apresentado pelo Conselho e pela Comissão, os eurodeputados lamentam que a tónica seja posta essencialmente na luta contra os défices públicos, a baixa do custo do trabalho e a flexibilidade do emprego, sem que tenha sido encarada nenhuma medida para lutar contra os movimentos especulativos de capitais, como há muito vêm exigindo.

O documento apresentado em plenário lamenta igualmente que o cenário e o calendário para a passagem à moeda única tenham sido fixados de forma rígida, apesar das graves consequências da aplicação dos critérios de convergência nominal sobre o emprego, o poder de compra, a protecção social e os serviços públicos. Neste contexto, defende-se no documento a revisão dos critérios e do calendário, especialmente no respeitante ao défice e à divi-

da pública, de forma a que sejam compatíveis com a coesão social e o emprego. Aos Estados-membros solicita-se, por outro lado, a abertura de um amplo debate público e de um efectivo diálogo social sobre a União monetária e as suas consequências.

A proposta é tanto mais pertinente quanto em Madrid se decidiu convocar a Conferência Inter-Governamental (CIG) para 29 de Março, em Turim, e o Grupo Confederal considera que para «reencontrar a confiança dos cidadãos e fazer face a um verdadeiro desafio de civilização, a CIG deve dar respostas eficazes às grandes preocupações dos cidadãos: o emprego e o progresso social, a paz e a estabilidade no continente, os serviços públicos, a cidadania, a transparência e a legitimidade democrática tendo em vista o alargamento futuro da União».

Decepção

No domínio das políticas comunitárias, a proposta de resolução assinala as exortações para «avançar na luta contra a exclusão social», mas manifesta a sua decepção pela ausência de medidas concretas, nomeadamente no desbloqueamento do 4º programa de luta contra a pobreza, do programa a favor das pessoas

idosas e sobre o destacamento de trabalhadores.

Decepcionante é também a ausência de decisões em matéria de luta contra o racismo e a xenofobia, ao contrário do sucedido em anteriores Conselhos.

Por outro lado, o GUE/NGL considera preocupante o encorajamento dado à continuação do processo de liberalização em numerosos sectores em nome da competitividade, apesar das suas graves consequências económicas e sociais (despedimentos, reestruturações e deslocalizações).

Medidas concretas são igualmente pedidas para a implementação no plano comunitário das decisões da Conferência de Pequim sobre os direitos das mulheres, lamentando o documento que, neste âmbito, se tenha decidido reduzir a metade (de 60 para 30 Mécus) o montante do programa para a igualdade entre homens e mulheres.

Cooperação internacional

Já no respeitante à cooperação internacional, o Grupo manifesta a sua satisfação pela assinatura do acordo-quadro interregional entre a União Europeia e o Mercosul, apelando ao Conselho para reforçar a cooperação com os países da América Latina. Motivo de regozijo é também a continuação do diálogo e da cooperação com Cuba, defendendo a proposta de resolução que até à concretização de um acordo, o Conselho desenvolva todos os esforços para que seja levantado o embargo dos Estados Unidos contra aquele país.

Quanto à declaração de Barcelona sobre a nova associação global euromediterrânica, as preocu-

pações vão para a necessidade de medidas urgentes em prol da paz e do progresso económico e social na região.

Fonte de preocupações para o Grupo Confederal é a «Nova Agenda Transatlântica» entre a UE e os EUA, considerada ambígua e potenciadora de perigos acrescidos, na medida em que arrisca conduzir a prazo «à criação de uma zona de livre-mercado cujas consequências económicas e sociais seriam dramáticas», pelo que se defende que o Parlamento Europeu seja consultado sobre os seus desenvolvimentos antes da reunião do Conselho Europeu de Florença.

Ainda no domínio internacional, é depois de sublinhar a importância dos acordos de Dayton para pôr fim à guerra na ex-Jugoslávia, bem como dos passos dados para incrementar a cooperação com o Médio Oriente e a África, entre outros, o documento do GUE/NGL chama a atenção para as «insuficientes propostas respeitantes à ONU, nomeadamente no que se refere à urgência em resolver a crise financeira que impede uma resposta eficaz das Nações Unidas aos novos desafios mundiais».

A terminar, o documento refere-se à necessária reforma da ONU para democratizar o processo de decisão, pedindo ao Conselho e aos Estados-membros que intensifiquem a sua acção política e diplomática para atingir tais objectivos fundamentais, e lamenta ainda que o Conselho Europeu não tenha seguido o exemplo do Parlamento Europeu e da Assembleia Geral da ONU condenando os ensaios nucleares franceses, cujo fim imediato volta a ser pedido.

PEDIDO DE AUXÍLIO

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu apresentaram esta semana, na sessão plenária de Estrasburgo, um pedido de auxílio de emergência à Comissão Europeia destinado a ajudar a reparação de prejuízos provocados pelo temporal que tem assolado Portugal.

No documento, os eurodeputados manifestam a sua solidariedade para com as populações afectadas e as famílias das vítimas e fazem um primeiro levantamento da situação, particularmente gravosa nas regiões do litoral atlântico e bacias hidrográficas dos rios Douro, Vouga e Tejo. Os eurodeputados comunistas insistem ainda na necessidade da tomada urgente de medidas globais, logísticas e técnicas e de dotação dos serviços e estruturas vocacionadas para a prevenção e socorro de situações de emergência com os meios necessários por forma a que se possa prevenir eficazmente, evitar ou reduzir as consequências deste tipo de ocorrências.

PESSIMISMO

O pessimismo está a tomar conta da União Europeia. Segundo um inquérito realizado nos 15 Estados-membros no último trimestre de 1995, cerca de 40 por cento dos cidadãos da UE acreditam que as condições de vida nos seus países se vão agravar ao longo deste ano. O estudo revela que apenas 19 por cento dos inquiridos espera uma evolução positiva da situação económica, sendo os mais optimistas os suecos, finlandeses, holandeses e irlandeses. Pelo contrário, belgas e franceses contam-se entre os que antevêm o futuro mais negro.

A comissão que desenvolveu o estudo considera os resultados alcançados «pessimistas».

QUESTÃO DE RITMO

O facto de continuarem sem reconhecimento comunitário diversas denominações de origem de produtos tradicionais portugueses (queijos, enchidos, etc.) deve-se ao «ritmo» a que se processam as decisões no respectivo Comité de regulamentação. Esta a conclusão que se pode retirar da resposta da Comissão a uma pergunta sobre a matéria apresentada pelo deputado Joaquim Miranda. Fazendo notar que no Comité, em que estão representados todos os Estados-membros, «as discussões prosseguem ao ritmo de duas por mês», a Comissão considera que «o problema fundamental para certos Estados-membros é o de considerarem certas denominações, incluídas no projecto de regulamento, como denominações que se tornaram genéricas - as quais não são objecto de registo na aceção do regulamento» que preside às decisões. Embora anunciando que o Comité «deverá emitir um parecer num futuro próximo», é de temer que, ao ritmo a que se registam as discussões, os produtos tradicionais portugueses ainda tenham muito que esperar.

LIXOS DA EXPO

A situação criada pela deslocação e depósito de lixos tóxicos da Expo 98 numa pedreira de Ourém (Fátima) está totalmente normalizada, garante a Comissão Europeia em resposta a uma pergunta do eurodeputado Sérgio Ribeiro sobre o assunto. De acordo com a Comissão, na sequência de diligências junto das autoridades portuguesas apurou-se que as autoridades «reconhecem a existência de uma infracção» no respeitante à utilização da pedreira de Ourém, pelo que foram tomadas as medidas necessárias junto do Ministério Público para que seja «intentada uma acção penal contra o proprietário do terreno em Ourém», bem como para a transferência dos resíduos para local adequado e descontaminação dos solos.

Segundo as informações prestadas pelas autoridades nacionais à Comissão, os resíduos foram transportados «para um local da Expo 98 aprovado pelos serviços do Ministério do Ambiente e da Direcção Regional da Indústria e Energia da Região de Lisboa e Vale do Tejo», de onde deverão ser posteriormente transferidos para um depósito controlado da Expo 98. A Comissão garante ainda que «os solos contaminados foram tratados, tendo sido efectuadas análises que permitiram concluir não ter havido contaminação das águas subterrâneas».

PESCA E FORMAÇÃO

O comissário Flynn, em nome da Comissão, informou o deputado do PCP no Parlamento Europeu, Honório Novo, que o co-financiamento comunitário para a formação profissional no sector da pesca durante o período 1989/1993 (primeiro Quadro Comunitário de Apoio/QCA) se elevou a 40 milhões de ecus, ou seja, cerca de 7.800 milhões de escudos. Quanto ao II QCA (1994/1999), o montante utilizado em 1994 elevou-se a 2,9 milhões de ecus (500 milhões de escudos), sendo as previsões para o período de 1995/1999 da ordem dos 50,4 milhões de ecus (10.600 milhões de escudos). Neste montante, refere o comissário, incluem-se «as acções a desenvolver no âmbito do subprograma «Pesca» do programa operacional «Modernização do tecido económico», do programa operacional «Formação profissional e emprego» e da iniciativa comunitária «Pesca»». Também a comissária Emma Bonino, em resposta a uma questão de Honório Novo sobre o conteúdo dos novos aspectos do acordo comercial entre a União Europeia e Marrocos, fez saber que «será aplicado um conjunto de medidas com vista a reforçar o apoio comunitário da sardinha e, nomeadamente, ao sector conserveiro português». O montante orçamental previsto, de 2,2 milhões de ecus (430 mil contos), destina-se, segundo a comissária, «a cobrir, durante um prazo máximo de seis meses, os custos de congelação e armazenagem da produção retirada do mercado aquando de desembarques maciços que provocam a queda dos preços para o nível do preço de retirada». Essa ajuda é financiada pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (secção garantia) e não tem limite temporal, dado estar prevista no âmbito da organização comum de mercado dos produtos de pesca.

Moeda única

Motor alemão engasgado

Sendo os critérios de Maastricht a «pedra de toque» da União Europeia, o sextante que determina o rumo das políticas económicas de todos os Estados-membros, a notícia de que a Alemanha não teria cumprido o critério central, nuclear, do défice orçamental, deveria ter sido uma verdadeira «bomba».

Em 1991, em Maastricht, decidiu-se que todos os países ou, na pior das hipóteses, uma maioria deles, estariam em condições para passar à 3ª fase da UEM, ou à moeda única, até final de 1997; no caso de isso não acontecer, ou seja, excepcionalmente, essa 3ª fase teria início em 1999, com os Estados-membros que «satisfizerem as condições necessárias para a adopção de uma moeda única».

Ora, e limitando-nos ao critério do défice orçamental, em 91, seis dos doze Estados-membros estavam abaixo da fasquia mítica dos 3 por cento e a Alemanha tinha

um valor tão próximo (3,3 por cento) que, logo no ano seguinte, se incluiria no grupo. Tratava-se, tão-só, de levar ao redil os tresmalhados Bélgica, Grécia, Espanha, Itália e Portugal, até porque, então, os candidatos que se vieram a tornar Estados-membros (Áustria, Finlândia e Suécia) «satisfaziam as condições».

Passou (pouco) tempo e, em vez de se percorrer o caminho proposto e decidido, foi o inverso que aconteceu. Em 94, e restringindo-nos sempre ao único critério do défice, dos 15 Estados-membros, apenas o Luxemburgo, a Irlanda e a Alemanha estavam «em condições».

Apesar da evolução, causada pela intrínseca natureza contraditória e especulativa do capitalismo, as afirmações responsáveis (?) foram sempre de que os critérios eram para cumprir tal-e-qual, quer quanto a metas, quer quanto a prazos!

Por isso, a notícia de que a Ale-

manha chegara ao fim de 95 com um défice orçamental que a excluía do grupo dos países «em condições», e de que apenas o Luxemburgo está nesse «grupo», deveria ter sido a «bomba» que não foi, perdida no noticiário banal.

Na verdade, olhando para os indicadores que avaliam esses critérios, só o Luxemburgo está, hoje, «em condições» de passar à 3ª fase da UEM e de ter moeda única. Luxemburgo que, curiosamente, é o mais pequeno - para não dizer minúsculo - Estado-membro, e tem já uma «moeda única» com um outro Estado-membro, a Bélgica, que está muito longe de cumprir os critérios.

Mas os números, se são crus ou crus -, também são manipuláveis. No *supplément A de Economie Européenne*, de Abril/Maio, previa-se que o défice orçamental alemão fosse, em 95, de -2,1 por cento, e de -2,4 por cento em 96, mas já a mesma

França

A central sindical francesa CGT apelou aos trabalhadores para que preparem uma movimentação de "grande amplitude" o mais rapidamente possível, talvez para o fim de Janeiro, em defesa das suas reivindicações. Numa declaração da Comissão Executiva, a CGT francesa aponta, como reivindicações centrais desse movimento de protesto, melhores salários e protecção social, reformas por inteiro ao fim de 37 anos e meio com cálculo pelos 10 melhores anos, retirada definitiva do "plano Juppé", mais emprego e melhores condições de trabalho. A CGT propõe aos trabalhadores que se reúnam sem demora em assembleias gerais nas empresas, escritórios e serviços para elaborar e decidir as reivindicações, debater o reforço dos sindicatos e decidir a acção.

A CGT recorda que já estão marcadas diversas movimentações sectoriais ou regionais para os dias 23 e 25 de Janeiro.

OMS

Os 32 países do Conselho Executivo da OMS reuniram-se em Genebra, num momento da vida da instituição considerado "dramático" do ponto de vista financeiro. De facto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu em 1995 apenas 228 dos 405 milhões de dólares a que tinha direito, por parte dos Estados membros da instituição, ou seja, 56,31 por cento dessas verbas. Esta 97.ª reunião da Organização, presidida pelo ministro da Saúde da China e que se prolonga até ao dia 24, assinala o não recebimento dos donativos devidos por 78 dos Estados-membros, tendo 96 pago integralmente as suas contribuições e 13 apenas parte. Entre os países de expressão portuguesa, Portugal, Moçambique e São Tomé e Príncipe pagaram integralmente as suas contribuições, facto que a OMS destacou relativamente a este último país lusófono. Brasil, Estados Unidos da América e países da ex-União Soviética devem no total várias dezenas de milhões de dólares. A OMS aproveitará ainda a reunião do conselho executivo para proceder à adaptação da organização a novas estratégias de saúde e à reforma orçamental.

Turquia

A Amnistia Internacional exigiu o fim imediato de todos os fornecimentos de helicópteros à Turquia, afirmando que estes aparelhos eram utilizados em flagrante violação dos direitos humanos. A organização de defesa dos Direitos do Homem, com sede em Londres, afirmou-se preocupada com vários relatórios segundo os quais os soldados e os agentes

Genebra

Minas em debate Uma proibição sempre adiada

A conferência das Nações Unidas sobre as minas terrestres antipessoal, das quais 110 milhões infestam o planeta, reiniciou os seus trabalhos, em Genebra. Trata-se de lançar as bases de uma nova legislação. O actual debate entre peritos deverá abrir caminho à discussão política, prevista para 23 de Abril, também em Genebra.

A proibição total das minas antipessoal, reclamada pelo secretário-geral da ONU, Butros Ghali, apoiada por 16 Estados, o Parlamento Europeu, a Organização de Unida-

de Africana e 250 organizações não governamentais, parece, no entanto, não ser ainda concretizável.

A vigorar desde Dezembro de 1993, a convenção actualmente em vigor proíbe especificamente o emprego de armas desumanas que causem "males desnecessários e que tenham efeitos indiscriminados".

Entretanto, não se aplica aos conflitos armados internos, embora seja neste quadro que estas minas são mais utilizadas.

Por outro lado, não deter-

mina claramente quem é responsável pela sua retirada, não proíbe o emprego de minas não detectáveis e tem apenas algumas recomendações quanto a minas despolegadas por controlo remoto. Não prevê regime de controlo quanto às transferências tecnológicas e às exportações e não dispõe de mecanismos de aplicação e controlo da sua aplicação.

Cem mil (existem 25 tipos) foram retiradas em 1995, mas ao mesmo tempo dois milhões foram colocadas.

Cento e dez milhões de minas antipessoal encontram-se espalhadas em 64 países, prontas a explodir, e há outras tantas de reserva no mundo inteiro.

Matam e mutilam duas mil pessoas todos os meses e impedem o desenvolvimento

agrícola, agravando a miséria e o êxodo. Os estados mais afectados são: Angola, Eritreia, Moçambique, Somália, Sudão, Afeganistão, Camboja, Bósnia e Iraque (Curdistão).

Em Angola as minas impedem o acesso a vastas extensões de terras boas para cultivo.

Na Somália centenas de milhares de minas impedem o acesso aos pastos.

Na Líbia, 27 por cento das superfícies cultiváveis estão infestadas por minas datando da segunda guerra mundial.

Este ano o regresso de um grande número de refugiados às regiões rurais do Afeganistão duplicou o número de vítimas.

Em Moçambique, na província de Manica, um em cada 120 habitantes foi morto ou ficou ferido por uma mina,

número que duplica no distrito de Metuchira, na província de Sofala.

Algumas cidades tchetchenas e campos do sul do país estão repletos de minas.

O preço de uma mina varia entre três e 30 dólares (entre 450 e 4.500 escudos) mas são necessários entre 300 e 1.000 dólares (entre 450 e mil contos) para a descobrir e neutralizar. Por cada 5.000 minas retiradas, um especialista em desminagem morre e dois ficam feridos.

Calcula-se em 33 milhões de dólares o custo das operações para libertar o planeta das minas activas que o cobrem.

Seriam necessários, ao ritmo actual de desminagem e se nenhuma nova mina fosse colocada, cerca de 11 séculos para desminar a Terra.

Encontro em Chiapas pelos direitos dos índios

Em vésperas do reinício do diálogo entre o governo mexicano e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 10 de Janeiro, o dirigente zapatista, comandante Marcos, apareceu em San Cristobal de Las Casas, para participar na preparação colectiva desta nova fase de negociações com o governo.

O comandante Marcos juntou-se assim aos 24 comandantes (20 homens e 4 mulheres), delegados pelo Comité clandestino revolucionário ao Encontro nacional dos direitos dos índios, organizado pelo EZLN, entre 3 e 8 de Janeiro, em San Cristobal, com a participação de organizações índias de todo o país.

Um primeiro ponto em debate neste Encontro, foi a preparação desta nova etapa negociada, com base nas rei-

vindicações expressas pelas diversas etnias do México.

O Encontro teve igualmente como objectivo a elaboração de um caderno reivindicativo, à escala nacional, envolvendo alterações constitucionais, ou mesmo a elaboração de uma nova Constituição.

Cerca de 500 participantes, metade dos quais representando 32 dos 56 grupos étnicos do país, abordaram neste encontro questões como a autonomia, a justiça, a participação na vida política, a situação das mulheres índias e os seus direitos, a defesa da cultura e do acesso aos meios de comunicação por parte das comunidades índias.

O encontro decorreu num ambiente de forte tensão, pois o exército mexicano aumentou a sua presença por todo o lado.



François Mitterrand foi a enterrar, no passado dia 11, no cemitério de Jarnac, a sua terra natal. No mesmo momento, decorria uma homenagem oficial, na catedral de Notre-Dame, em Paris, com a presença de numerosos chefes de Estado e de governo do mundo inteiro, nomeadamente Yasser Arafat, Shimon Peres, Fidel Castro, Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos, Boris Ieltsine, Helmut Kohl, Robert Hue, secretário-geral do PCF, lembrou, na sua mensagem de condolências, as relações dos comunistas franceses com Mitterrand, relações "feitas de batalhas comuns mas também de claras oposições". Na foto, a família de Mitterrand

África em Notícias

África do Sul

O Presidente sul-africano, Nelson Mandela, afirmou durante um encontro de jovens afrikaners (brancos descendentes dos colonos holandeses) que para se reconstruir o país será necessário que os homens e mulheres ultrapassem as questões étnicas.

Mandela, que lamentou que a organização do encontro insista em celebrá-lo à porta fechada, acrescentou que negros e brancos sul-africanos devem deixar de pensar como grupos raciais e étnicos.

Mandela sublinhou a importância do seu protagonismo para se encontrar o delicado equilíbrio entre ser sul-africano e ser afrikaner.

A nova geração de dirigentes afrika-

ners tem de mostrar coragem suficiente para deixar claro às gerações anteriores que os seus interesses reais não podem fomentar-se através de meios exclusivos e limitados, adiantou Mandela.

O presidente sul-africano desafiou os jovens a distanciarem-se das declarações e projectos que mostram os afrikaners como uma comunidade apenas interessada em preservar os privilégios do passado.

Angola

As delegações militares do Governo angolano e da Unita chegaram a um entendimento sobre o número de efectivos das tropas desta organização a integrar no exército nacional único.

O exército nacional único será constituído por 74 mil homens, sendo 47.700 do governo e 26.300 da Unita.

Entretanto a Unita vai retomar o aquartelamento das suas tropas em Vila Nova, Londuimbali, Negage e Quitexe; segundo anunciou, em Luanda, o representante especial do secretário-geral da ONU em Angola.

Argélia

Argel conheceu a semana passada um dos atentados mais mortíferos desde 16 de Novembro, data das eleições presidenciais, com a explosão de um carro armadilhado em Ain Naadja, subúrbio sudeste de Argel, que se saldou por 15 mortos e 35 feridos.

Desde o início do ano, e nomeadamente durante o Verão passado, os grupos islâmicos armados recorreram frequentemente a esta forma de acção terrorista.

O atentado mais mortífero ocorreu a 30 de Janeiro passado e foi perpetrado contra o Comissariado Central da Polícia, situado no Boulevard Amirouche, centro de Argel, por um camião kamikaze, provocando 42 mortos e 286 feridos e foi reivindicado pelo Grupo Islâmico Armado (GIA).

Com a acção da semana passada, realizada contra um café num bairro popular habitacional, os atentados com viaturas armadilhadas fizeram até agora na Argélia em 1995, 120 mortos e 750 feridos, segundo um balanço da imprensa baseada nos dados oficiais.

Tchetchénia

Ieltsin aposta na força

O assalto de comandos russos às posições ocupadas por independentistas tchetchenos, que retinham consigo mais de uma centena de reféns, na aldeia de Pervomaiskaia, na fronteira do Daguestão com a Tchetchénia, constitui mais um sangrento episódio de um processo que se arrasta desde a declaração de independência da Tchetchénia, em Novembro de 1991. Processo que sofreu um brusco agravamento em Dezembro de 1994, com a ofensiva armada russa e o bombardeamento de Grozni, a capital tchetchena.

Desde então calcula-se que já morreram trinta mil pessoas. Um acordo de paz que não chegou a ser aplicado de facto e a imposição de eleições à Tchetchénia, em Dezembro passado, em nada contribuíram para dar solução à crise.

Agora, e uma vez mais, a aposta de Ieltsin foi na força.

Terça-feira da semana passada um comando independentista tchetcheno fez mais de dois mil reféns no hospital local da cidade daguestanesa de Kizliar, libertando depois a maior parte em troca de camiões para poder regressar à Tchetchénia. O comando exigia entretanto negociações, com a participação do pri-

meiro-ministro Victor Tchernomyrdine, que em Julho passado, numa situação idêntica em Budennovsk, tinha contribuído para encontrar uma saída para a crise.

Após sucessivos ultimatos, Ieltsin ordenou que os camiões que transportavam o comando tchetcheno e os reféns fossem parados na fronteira, na aldeia de Pervomaiskaia.

Na perspectiva do presidente russo, uma forma de resolução da crise.

De momento, e independentemente das evoluções imediatas, nomeadamente no plano militar - nada fica naturalmente resolvido, e os



Reféns num dos camiões de transporte dos comandos tchetchenos

comunistas russos alertam mesmo para o perigo do conflito alastrar a todo o Cáucaso. A multiplicação de acções como a desencadeada uma vez mais pelos independentistas tchetchenos - e em que as vítimas são sempre civis, alvo quer dos comandos tchetchenos quer dos russos - não é de excluir.

Considerados como um dos povos mais antigos do

Cáucaso, os tchetchenos são actualmente cerca de um milhão, de que apenas cerca de metade vive na Tchetchénia.

Tiveram um percurso histórico atribulado e frequentemente dramático. Múltiplas serão as razões da guerra que hoje se vive no seu território, e que possivelmente englobarão também factores como os numerosos

oleodutos e gasodutos que atravessam o país, cujo controlo Moscovo pretenderia garantir.

De salientar, nesta guerra sangrenta, em que uma vez mais a população civil é a mais brutalmente atingida, o profundo silêncio internacional, que dá cobertura objectiva à política de força em que o presidente Ieltsin tem vindo a apostar.

policiais turcos são transportados nestes helicópteros para zonas remotas da Turquia onde torturam e matam civis. Estes aparelhos são ainda utilizados em ataques contra vilas e cidades que se recusam a aceitar o sistema de guardas municipais, uma milícia que, de acordo com a Amnistia, é armada e financiada pelo Governo de Ancara para combater o Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

Brasil

A maioria dos brasileiros tem uma imagem negativa da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que se tem expandido em cerca de 50 países, e pretende que os seus dirigentes sejam castigados pelos delitos de que são acusados. Segundo resultados de uma sondagem realizada pela Data-Folha, 74 por cento dos brasileiros tem uma imagem negativa da IURD e 90 por cento quer que a Polícia Federal acuse formalmente o seus líderes dos delitos de curandeirismo, abuso económico e enriquecimento ilícito. A seita, fundada em 1977 pelo "bispo" Edir Macedo no Rio de Janeiro, tem protagonizado uma grande polémica devido a vários pastores dissidentes que acusam os seus ex-chefes de se aproveitarem da ingenuidade dos fiéis para enriquecerem ilegalmente e de desviar esses recursos para um "paraíso fiscal". A seita evangélica que, de acordo com as denúncias, depositou 150 milhões de dólares num banco nas Bahamas, é também acusada de receber dinheiro de narcotraficantes colombianos para comprar uma rede de televisão no Brasil.

Sida

A Itália, com 29.030 doentes de SIDA registados desde 1982 até 30 de Junho de 1995, é o terceiro país da Europa com maior número de contágios, apenas ultrapassado pela França e Espanha. Segundo um relatório do Ministério da Saúde italiano apresentado ao parlamento, o número actual de habitantes com SIDA é de 8.000, tendo os restantes morrido, e há ainda 95.000 seropositivos. De Janeiro a Setembro de 1995, 4.627 novos casos foram registados pelos serviços de saúde italianos. As previsões oficiais apontam para o surgimento de 7.500 novos casos até 1997. A transmissão da doença regista-se maioritariamente em áreas de risco, nomeadamente entre toxicodependentes, devido ao uso de seringas infectadas (65 por cento). As relações homossexuais, segundo as estatísticas, são responsáveis por 18 por cento das contaminações e as heterossexuais por 7,8 por cento.

Rússia

Comunistas dominantes na nova Duma

A nova Duma estatal, câmara Baixa do Parlamento russo, iniciou oficialmente os trabalhos terça-feira passada, com uma composição renovada, em que domina o grupo parlamentar do Partido Comunista da Federação Russa, com 159 lugares, mais de 30 por cento dos 450 lugares do Parlamento.

Para além do Partido Comunista da Federação Russa, os outros três partidos que superaram a barreira dos cinco por cento e têm número suficiente de depu-

tados para constituir grupo parlamentar, são o Rússia-Nossa Casa (55 deputados), o Partido Liberal Democrático do ultranacionalista Jirinovski (51) e o Iabloko (46).

No seu conjunto, a esquerda dispõe de 42% dos lugares do novo Parlamento. A esta nova composição da Duma não corresponde, entretanto, idêntico impacto na vida política do país, pois o presidente detém de facto muito mais

poder que o Parlamento. O que não significa, naturalmente, que os reflexos não se façam sentir, tanto mais que Ieltsin só parece poder contar com um apoio claro - o da organização de direita de Jirinovski.

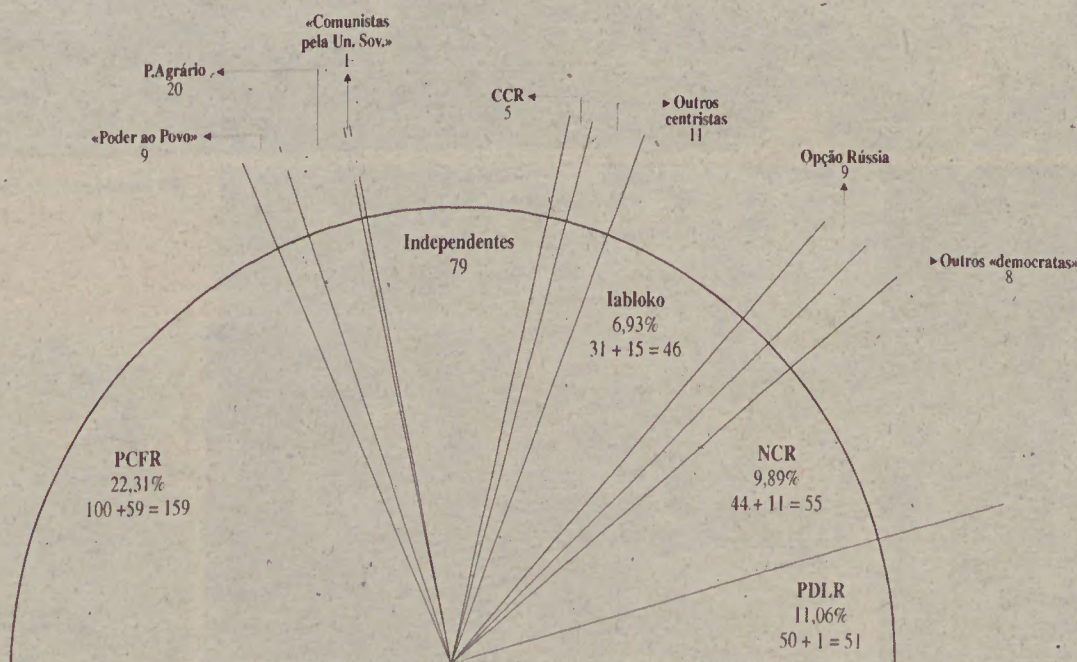
Na reabertura dos trabalhos parlamentares perfilam-se duas questões centrais - a questão social, particularmente sentida num país em que sectores importantes da população vivem hoje no limiar da pobreza, e o arrastar da guerra na Tchetchénia.

Em comunicado divulgado antes da abertura dos trabalhos da Duma, o Comité Central do Partido Comunista da Federação Russa apelou a "todas as forças patrióticas" para "unirem esforços e afastarem do poder todos os que arrastaram o país para a guerra e não conseguem acabar com ela". Os comunistas russos sublinham mesmo o perigo de uma guerra generalizada no Cáucaso.

Como pano de fundo da actual realidade política na Rússia, salienta-se a perspectiva das eleições presidenciais, previstas para 16 de Junho, e que poderão abrir caminho a alterações significativas na orientação da vida do país, nas suas várias vertentes.

Composição da DUMA - Eleições 17/12/95

225 proporcional + 225 uninominal = 450



Fontes: Informação do PCFR e «Pravda Rossii» de 28/12/95.
PCFR sozinho tem 33,3% dos lugares. PCFR, mais «Poder ao Povo», Partido Agrário e Comunistas pela União Soviética, têm 42%.
Os Independentes são muito variados, desde esquerda a direita, e só se definem e integram no decorrer do funcionamento da DUMA.

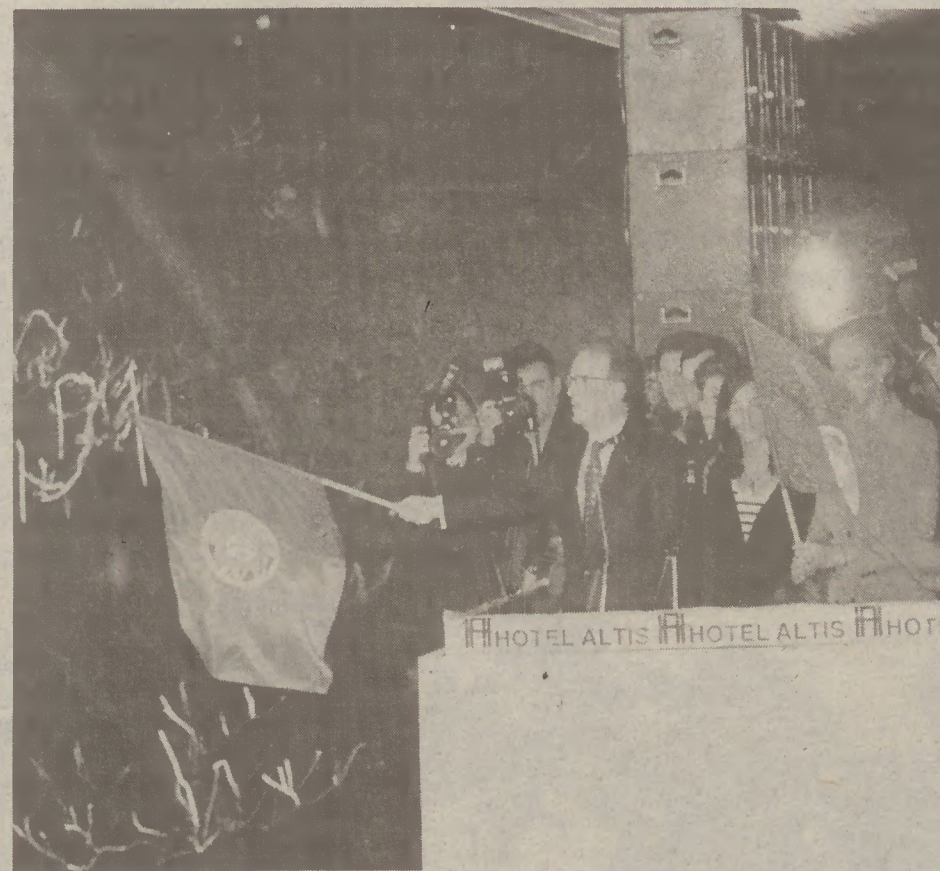
A festa democrática



A esperança na vitória democrática mobilizou a juventude durante a campanha



A vitória transformou-se em festa para todos os que contribuíram para derrotar a direita



Eleito, Sampaio saúda apolantes



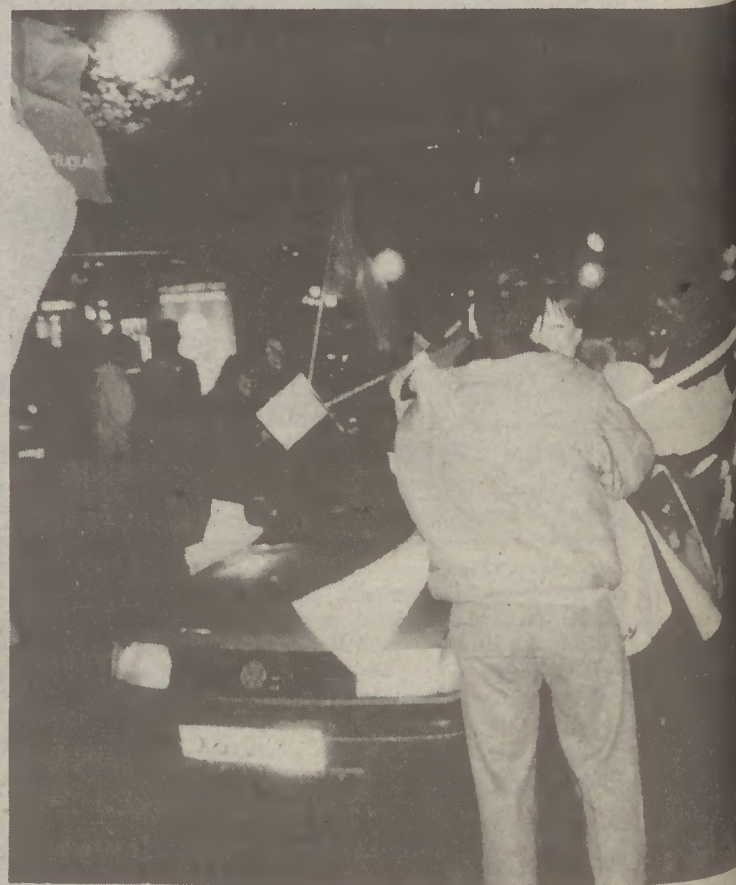
Satisfação e regozijo do PCP

Ainda não eram oito e meia da noite de domingo, quando o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, se dirigiu aos jornalistas, na sala de imprensa da Soeiro Pereira Gomes, para, em nome do Partido, manifestar a «satisfação e regozijo» dos comunistas pela vitória de Jorge Sampaio, a quem endereçou felicitações, revelando que acabara de o fazer pessoalmente ao candidato eleito.

As indicações existentes no momento permitiam já assegurar a vitória de Sampaio e verificar a «significativa derrota de Cavaco Silva, o que é mais uma importante manifestação do eleitorado no sentido da mudança e da necessidade de uma nova política», conforme referiu o dirigente comunista, que adiantou:

«Congratulamo-nos por, com a nossa candidatura, com a mobilização do nosso eleitorado e com os seus votos, termos dado uma importante contribuição para a derrota do candidato da direita, que é também a derrota de uma política, a derrota do anti-comunismo, a derrota do desforrismo e dos que quiseram dividir os portugueses através da religião.

«Resolvida a eleição presidencial em termos favoráveis à forte aspiração nacional de mudança, urge agora concentrar todas as atenções e esforços na exigência e na luta por uma nova política que, rompendo efectivamente com as orientações impostas durante dez anos pelo PSD, permita enfrentar com eficácia os grandes problemas da sociedade portuguesa, do desenvolvimento do País e da resposta às mais prementes aspirações dos trabalhadores e do povo.»



A Juventude saudou, nas ruas, a vitória democrática



A contribuição dos comunistas e dos seus votos foi determinante. Aspectos do comício de quinta-feira passada, no Pavilhão Carlos Lopes

As bandeiras do PCP celebraram a vitória



Os comunistas votaram para a vitória. Nas fotos, os momentos das votações de Álvaro Cunhal e de Carlos Carvalhas

Cavaco, horas antes de ser embriagado na onda



Bósnia-Herzegovina

■ João Amaral

Na hora da partida

Na edição de 17 de Dezembro passado, o jornalista José Manuel Fernandes, enviado especial do «Público» à ex-Jugoslávia, escrevia a sua primeira crónica, depois de entrar na Bósnia pelo Sul, e de ter chegado a Mostar. Acabava de passar por centenas de casas queimadas e destelhadas, sinais de uma zona onde ocorreu uma limpeza étnica (é assim que o jornalista intitula esta parte da sua crónica). E explica: «As casas que foram deitadas abaixo até aos alicerces eram de sérvios; as que arderam ou aquelas que falta o telhado eram de muçulmanos; isto aqui é a Herzegovina croata.»

É então que o jornalista do «Público», o jornal português que mais alimentou a tese da diabolização dos sérvios e mais defendeu a intervenção militar na ex-Jugoslávia (fundamentalmente contra os sérvios, para os derrotar militarmente), tem esta frase surpreendente e exemplar: «Ainda não chegámos a Mostar e já nos surgem os primeiros sinais de que fazer a paz e aplicar os acordos de Dayton pode ser muito mais difícil do que se espera.» Não dá para acreditar, tanta ingenuidade escarrapachada neste jornal de iluminados sobre o conflito da ex-Jugoslávia. Só agora é que descobriram que se há sérvios que acalentam a ideia da Grande Sérvia, as autoridades da Croácia já puseram em execução a ideia da Grande Croácia?

Se os croatas puderam tomar para o seu controlo (sob a ficção da federação croata-muçulmana) uma enorme fatia da Bósnia-Herzegovina, foi porque para tal foram armados e mandatados por grandes potências. Em primeiro lugar, pela Alemanha, quando fez o reconhecimento unilateral da Croácia e da Eslovénia, em 1991, e quando armou e financiou a Croácia, para um conflito militar que desde então ainda

não parou. Mais tarde, são os americanos a apoiar descaradamente a Croácia, designadamente na ofensiva militar deste Verão, contra a Krajina, território integrado na Croácia mas onde há séculos dominavam os sérvios, para ali trazidos e apoiados pelos imperadores austríacos para combaterem o invasor otomano. A ofensiva croata sobre a Krajina (depois sobre Knin), apoiada com raides da aviação americana, provocou o êxodo de 200 mil sérvios, uma das mais brutais acções de limpeza étnica. Não se viu uma única lágrima nestes campeões anti-sérvios. No bloco de notas de Bernard-Henry Levy, amorosamente publicado na edição dominical do «Público», nem uma referência para juntar as copiosas lágrimas que o «intelectual» francês derrama todas as semanas por causa dos massacres da responsabilidade dos sérvios.

Alemães e americanos não brincam em serviço. O que os move na região são as relações de poder nos Balcãs. O derrube da Jugoslávia formada no post-guerra e o combate sem tréguas aos sérvios fora das fronteiras da Sérvia, particularmente aos sérvios da Bósnia-Herzegovina, tem a ver com o controlo dos Balcãs. Os sérvios, com a sua religião ortodoxa e as suas ligações ao mundo eslavo, foram erigidos em «inimigo». Os croatas, católicos e vivendo sempre do «lado de cá» da fronteira dos impérios austríaco e austro-húngaro, são os «aliados». Foi assim historicamente muitas vezes, incluindo na II Grande Guerra, quando os alemães apoiaram a criação de um estado independente da Croácia (pela primeira vez na história), dirigido pela fascista Ustachi, e tendo por líder Ante Pavelic. O número de sérvios mortos por este artificial Estado Croata foi nesses anos de guerra de cerca de 700 mil.

É esta mesma crua lógica de luta pelo poder que leva à atitude face aos muçulmanos. Protegidos pela poderosa OCl, a organização dos países de religião muçulmana, os bósnios muçulmanos são os directamente beneficiados pela primeira e mais surpreendente medida tomada logo a seguir aos acordos de Dayton. De facto, surpreendente é o mínimo que se pode dizer da decisão tomada para aplicar uns acordos ditos de paz, de onde logo, um dia depois da rubrica dos acordos, de ser... levantado o embargo de armas! Como croatas e sérvios não tiveram quaisquer problemas em se armarem, a decisão, reverte forçosamente em benefício dos bósnios muçulmanos, e da intenção de criar em Sarajevo uma zona tampão com uma força fortemente armada (em futuro

Estado muçulmano, a suceder à Federação Croata-Muçulmana?) capaz de impor respeito ao inimigo escolhido, isto é, aos sérvios.

A «diplomacia militar»

A intervenção da NATO na Bósnia constitui um descarado diktat da «diplomacia militar» dos Estados Unidos. Depois de boicotarem sucessivos planos de paz desenhados para a zona, os Estados Unidos concretizam com esta operação militar em território europeu a «demonstração» prática da sua supremacia sobre os seus aliados europeus. Foi em Dayton, uma base militar americana, que os três chefes reconhecidos da ex-Jugoslávia são aquartelados. É sob a batuta americana que assinam a «paz» (assi-

combatente, como o comprovam numerosas declarações, desde logo dos próprios chefes militares norte-americanos. Ela serve também para teste da capacidade militar da nova NATO, uma espécie de exercícios com fogos reais, inimigos e cadáveres à mistura.

É neste vespeiro que o Governo português, por decisão e vontade próprias, decidiu envolver as Forças Armadas Portuguesas. O Governo podia ter tomado a decisão contrária. Nada no Tratado constitutivo da NATO ou na Carta da ONU obriga Portugal a concretizar esta participação na IFOR. Nenhuma decisão ou compromisso do anterior governo vinculava o actual Governo. Se as Forças Armadas Portuguesas integram a IFOR é porque o Governo quis e assumiu essa responsabilidade.

Mas o Governo sabe perfeitamente quais são as razões e contornos da operação. Sabe que não é uma operação de paz, mas sim uma operação combatente. Sabe o significado político que envolve esta actuação da NATO, liderada pelos Estados Unidos.

Participação desproporcionada

O Governo sabe que Portugal vai ter uma participação que é claramente desproporcionada: basta comparar os 911 militares portugueses com a situação da Espanha, que, com umas Forças Armadas que são 4 vezes maiores que a nossa, envia um contingente de 1200 homens. Como sabe que o Batalhão português vai integrar uma Brigada italiana, que por sua vez integra uma divisão sob comando francês, e que assim as Forças Armadas ficam sob uma cadeia de comando internacionalizada e fora do controlo nacional: acima um italiano, depois um francês, no topo o comandante americano da IFOR.

Portugal é um País de escassos recursos. Nesta operação de alto risco, vão ser postas em perigo as vidas e a integridade física de portugueses e vão ser gastos 13 milhões de contos. Tudo para quê? Para satisfazer a ambição de meia dúzia, que entendem que Portugal só fica «bem visto» se disser amens à NATO e ao Presidente Clinton?

O que é particularmente grave é que, quando decidiu a participação, o Governo sabia perfeitamente que Portugal não tem envolvido na questão nenhum interesse nacional. Não há nenhuma envolvente histórica ou política que ligue Portugal aos Balcãs. São uma zona com a qual não tivemos praticamente nenhuns contactos. Nada sabemos da sua história. A sua geografia física e humana é-nos completamente estranha, como o é a língua (o servo-croata), os costumes, os problemas.

Sabe-se hoje que as Forças Armadas portuguesas vão actuar no corredor de Sarajevo a Goradze. No livro de Carlos Santos Pereira «da Jugoslávia à Jugoslávia», há um capítulo com 25 densas páginas intitulado «o inferno de Goradze». Creio que o Governo acabará por classificá-lo como material secreto, para que não chegue ao conhecimento de ninguém o que é a zona para onde vai operar o batalhão português.

A missão parece ir ser (parece, não há a certeza, porque são os comandos francês e italiano quem faz a definição em última instância da missão) a de proteger a circulação na principal ligação de Sarajevo a Goradze. É uma estrada de quase 100 quilómetros, correndo entre montanhas, uma zona povoada por sérvios. É uma região muito fria e agreste. Perigosa. Ninguém sabe explicar porque vão soldados portugueses para ali.

O País viu-os, na televisão, São jovens, cheios de vida. Ouviu um na TSF a explicar que gostava de ir: «é uma aventura». Outro falava na Pátria. «Que vais fazer?», perguntava o jornalista. «Defender... defender a pátria.» A resposta ainda teve uma hesitação.

Defender a pátria nos Balcãs? Defender a pátria às ordens de um oficial italiano, que está às ordens de um oficial francês, por sua vez às ordens de um general americano?

A pergunta que se tem de fazer a quem ordenou a ida é muito simples e continua por responder: **Se as coisas correm mal, como é que se sai de lá?**

Ali mesmo junto a Sarajevo, nos bairros sérvios que os acordos de Dayton entregaram à administração muçulmana, corre o medo de perder a pátria. Uma reportagem do «Jornal de Notícias» de 7 de Janeiro, conta-nos: «Ilidza é uma pequena vila a Oeste de Sarajevo. Sérvia há séculos: depois, vieram os acordos de Dayton; as gentes de Ilidza não foram consultadas, mas alguém decidiu que a área deveria passar para a administração muçulmana; a população ainda protestou; mas ninguém tem ilusões: os Estados Unidos já dividiram a Bósnia e entenderam que, séculos depois, Ilidza deixaria de ser sérvia; na perspectiva destas gentes, a alternativa é a fuga ou a morte: lentamente a população abandona Ilidza.»

Não é uma aventura ir para a Bósnia. Nada desejamos mais ardentemente ao nosso Batalhão do que regressem todos, e bem. Mas, se infelizmente assim não suceder, o País tem tudo o direito de pedir contas.



FENPROF apresenta ao Governo O que é urgente para os professores

A Federação Nacional dos Professores - FENPROF - entregou no passado dia 10 ao Ministério da Educação um «Dossier com Questões de Resolução Urgente». Trata-se de um Dossier «contendo as propostas da FENPROF para a satisfação de reivindicações e correcções de injustiças, referentes a questões que se têm vindo a arrastar desde os últimos anos da governação de Cavaco Silva», como assinalou em conferência de Imprensa Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF. «De todas as questões» injustas, lê-se no documento agora entregue ao Ministério, «a que se mantém sem solução há mais tempo é a do completamento de habilitações dos docentes não portadores de habilitação própria (desde 1979)», a que se juntam outras mais recentes decorrentes da aplicação do Estatuto da Carreira Docente, que a FENPROF quer ver revisto. O Ministério da Educação comprometeu-se a dar, até ao final do mês, uma primeira resposta às questões apresentadas neste Dossier.

Apresentando as razões deste Dossier, o seu preâmbulo explica que «ao longo dos últimos anos», particularmente desde a aprovação em 1989/90 do Estatuto da Carreira Docente, «têm sido inúmeros os problemas com que os docentes se têm debatido, normalmente questões do foro legal que, se existisse vontade política, facilmente teriam encontrado uma solução satisfatória».

De todas as questões, «a que se mantém sem solução há mais tempo é a do completamento de habilitações dos docentes não portadores de habilitação própria (desde 1979)», a que se somam outras mais recentes, «como as que decorrem da aplicação do Estatuto da Carreira Docente», que a FENPROF quer ver revisto.

Assinala-se também que, face aos compromissos assumidos pelo Ministério da Educação em 20 de Dezembro de 1995, «foram retirados dois dos temas de abertura do presente Dossier: a revogação da candidatura de acesso ao 8º Escalão e a publicação das Portarias de criação dos Jardins de Infância, ainda sob a alçada das autarquias».

E adverte-se, «A manutenção dos problemas agora apresentados sem que seja procurada uma solução, tem contribuído para aprofundar a insatisfação e o mal-estar profissional dos docentes, que se têm tornado mais visíveis nos últimos anos».

Deste modo, o Dossier agora apresentado pela FENPROF aos responsáveis do Ministério da Educação «não tem por objectivo enumerar os assuntos que carecem de uma negociação aturada, nem pretende referir-se às matérias de fundo do sistema educativo», esclarece o Preâmbulo do documento, acrescentando que «as exigências negociais da Federação Nacional dos Professores, se é certo que passam pela resolução destes problemas, estão todavia longe de neles se esgotar».

Entre as matérias de fundo do sistema educativo que «carecem de uma negociação aturada» é destacada a revisão do Estatuto da Carreira Docente e da legislação sobre Quadros e Concursos, Habilitações, Gestão das Escolas, Formação de Professores (Inicial e Contínua).

Este Dossier - sublinha finalmente a FENPROF - mais não pretende, no imediato, que «enumerar os problemas com vista à sua resolução», apresentando à actual equipa do Ministério da Educação «um conjunto de situações para as quais se exige uma resolução urgente, num quadro de criação de condições plenas de estabilidade nas escolas, visando um desempenho ainda mais positivo, por parte dos professores».

Em conclusão, o preâmbulo do Dossier destaca que a FENPROF se disponibiliza, desde já, para «reunir com os responsáveis do Ministério da Educação, no sentido de explicitar as suas propostas e de serem encontradas as soluções adequadas para as situações em causa, no respeito pelo quadro legal vigente ou, em alguns casos, encontrando novos caminhos».

As questões do 8º Escalão...

As duas questões «à cabeça» nas reivindicações dos professores são a já anunciada abolição da prova de candidatura de acesso ao 8º Escalão e a reivindicada revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Em relação ao primeiro caso, a FENPROF entende que «com a abolição da candidatura, anunciada oficialmente em 20 de Dezembro último, urge definir um quadro de transição que permita aos professores progredir ao 8º escalão, e seguintes, sem qualquer penalização decorrente da nova situação».

Até à aprovação de um novo modelo de avaliação, a FENPROF considera que deverá ser fixado, em regime de transição, «uma solução alternativa à candidatura, a adoptar por parte de quantos entenderem não se apresentar perante os júris, tenham ou não entregue o seu processo, seja ou não a sua primeira tentativa de acederem ao escalão superior».

Segundo a FENPROF, tal regime transitório deverá consagrar algumas coisas.

vés do sistema de candidatura, em momento posterior à perfeição desse tempo.

... e do Estatuto da Carreira Docente

Para a FENPROF, «falar no novo modelo de Avaliação do Desempenho dos Docentes implica falar num novo Estatuto da Carreira Docente (ECD)», que «estabelece o quadro regulador da actividade profissional dos professores enquanto protagonistas do desenvolvimento do sistema educativo».

Após sublinhar que «a função social da profissão docente torna urgente a negociação de um novo ECD, que crie as condições e os mecanismos necessários para a sua valorização material e social, pondo-se assim termo a um ciclo de desvalorização ao longo dos últimos anos», a FENPROF entende que «a definição de um novo modelo de avaliação do desempenho, da nova estrutura da carreira docente, do regime de trabalho, entre outros aspectos estruturantes de um novo ECD, deve ser feita de forma global e à luz de princípios orientadores que se dispõe, desde já, a negociar com o Ministério da Educação».

A FENPROF manifestou-se «disponível para calendarizar, definindo prazos e prioridades negociais, a revisão do ECD», mas adiantou entender que «a sua aprovação definitiva deverá ser global, evitando-se que este se transforme numa imensa manta de retalhos, prejudicando a sua coerência interna».

A Federação Nacional dos Professores assinala, entretanto, que «as propostas do Ministério evidenciam a ausência de uma

concepção de profissão e de escola, acrescida da insuficiente explicitação de alguns princípios apresentados».

Por isso, «para lá do necessário enquadramento das propostas a apresentar em princípios gerais orientadores para a revisão do ECD, pode-se afirmar que só as propostas que vierem posteriormente a concretizar os princípios apresentados pelo Ministério da Educação permitirão aquilatar da sua verdadeira dimensão e das intenções do Ministério nessa matéria», sublinha a Federação.

«Respeitando um compromisso assumido pela FENPROF em 20 de Dezembro último, e reservando propostas mais detalhadas para o processo negocial referente à revisão do ECD», a Federação Nacional dos Professores apresen-

tou ao Ministério alguns princípios «que deverão ser respeitados na definição de um modelo de Avaliação do Desempenho, nomeadamente:

- o carácter formativo da avaliação, visando a valorização do conceito de avaliação como processo participado de recolha de elementos, de reflexão individual e colectiva sobre esses elementos e de eventual reformulação das práticas educativas no sentido da correcção de comportamentos e da melhoria de competências profissionais;

- o carácter globalizante da avaliação, o qual pressupõe a avaliação como apreciação do sistema educativo nas suas diferenciadas dimensões e nos seus diferentes patamares, donde resulta uma concepção de avaliação contextualizada que tenha em conta as condições de desempenho profissional;

- a consagração de um modelo de avaliação do desempenho comum a todos os escalões da carreira, assente exclusivamente no conceito de progressão;

- uma avaliação centrada no espaço privilegiado do exercício da actividade profissional dos professores que é a escola;

- uma avaliação que respeite a especificidade própria da profissão docente e a sua autonomia e que consagre um regime de participação e cooperação dos professores em todo o seu processo;

- uma avaliação que considere todo o tempo de serviço prestado pelos docentes.



Uma delas é «o enquadramento de todos os professores retidos no 7º Escalão, no Escalão correspondente ao seu tempo de serviço, independentemente de avaliação do desempenho ou processo de candidatura e a consideração de todo o tempo já prestado para efeitos de acesso e progressão aos escalões seguintes». Outra, é «a dispensa de avaliação para todos os docentes que já fizeram candidatura ou, tendo-a apresentado, não foram convocados em tempo útil».

A par da concretização deste regime transitório, a FENPROF considera necessária a satisfação de algumas exigências, nomeadamente:

- Cessação definitiva da actividade dos júris de apreciação das candidaturas a partir do mês de Abril, data em que expiram os prazos legalmente estabelecidos para serem convocados os candidatos que apresentaram o seu processo em Julho de 1995, já que em Março de 1996 não haverá lugar à apresentação de novas candidaturas.

- Alteração da pensão dos professores aposentados que perfizeram o tempo necessário para acesso ao 8º Escalão ou seguintes, antes do ingresso na situação de aposentação, de acordo com o Escalão em que deveriam estar integrados.

- Pagamento de vencimentos retroactivos aos docentes que se encontram no 7º Escalão e que deveriam ter acedido a Escalões superiores desde a data em que perfizeram o tempo necessário para o efeito, assim como aos que acederam ao 8º escalão, atra-

«Concertação social de curto prazo»

Ponto por ponto

A proposta do Governo e a apreciação da CGTP

Para amanhã está convocada mais uma reunião da Comissão Permanente da Concertação Social, onde deverá ser clarificada a posição dos parceiros face à proposta de acordo de curto prazo apresentada pelo Governo no passado dia 10.

O executivo prevê, neste documento, um cenário macroeconómico para 1996 e adianta orientações e medidas respeitantes a quatro áreas: política salarial, de emprego e relações laborais; Segurança Social; política fiscal; horários e apoios ao comércio. A CGTP-IN, que logo após a reunião da semana passada fez uma primeira avaliação da proposta governamental, convocou para anteontem uma reunião

do seu Conselho Nacional onde esta matéria ia ser apreciada. A par das 40 horas (ver pág. 9), as questões da concertação iam também ser analisadas no plenário nacional de sindicatos que ontem teve lugar em Lisboa.

Como contributo para a discussão, a que se iriam juntar as opiniões resultantes da discussão nos sectores e regiões, os organismos executivos da central elaboraram uma apreciação crítica onde é comentada, ponto por ponto, a proposta do Governo. É desse documento que aqui divulgamos alguns excertos.

O cenário macroeconómico

O Governo efectua neste ponto considerações sobre a política macroeconómica e apresenta estimativas relevantes para a política de rendimentos e preços.

Sobre a política macroeconómica, a tónica é colocada na «credibilidade da política de convergência nominal». Não é feita qualquer referência aos custos já verificados desta política e agravados nos próximos anos em resultado de um maior rigor, imposto sob a invocação da criação da moeda única a partir de 1999. Em particular, não são referidos os custos resultantes de um forte rigor orçamental.

A estimativa apresentada para 1996 sobre a inflação (3,5%) é considerada um objectivo difícil de alcançar e ambicioso em termos comunitários. A redução prevista nestes países é de apenas 0,1% e nalguns deles está mesmo admitido um aumento da inflação, nomeadamente na Alemanha, França, Reino Unido, Bélgica.

Sobre a produtividade, não é credível um aumento de 3%, quando em 1995 foi superior a 2%, a não ser que o Governo admita uma forte quebra da eficiência da economia este ano. **Do que se trata é de procurar fixar, por estas vias, expectativas baixas de crescimento dos salários.**

Duração do trabalho e adaptabilidade

O Governo fundamenta a proposta de consagração legal da redução de trabalho, conexas com a adaptabilidade do tempo de trabalho, no facto de a negociação colectiva se ter mostrado «ineficiente» para efectivar o Acordo Económico e Social de 1990, parecendo concluir, abusivamente, que a redução da duração do trabalho teria de ser obrigatoriamente acompanhada da adaptação do tempo de trabalho.

A CGTP-IN discorda de tal proposta e respectiva fundamentação, pelas seguintes razões:

a) a existência de variadíssimas convenções colectivas de trabalho, outorgadas após a assinatura do AES, prevendo reduções de horário de trabalho sem conexão a qualquer forma de adaptabilidade dos tempos de trabalho contraria a interpretação do Governo;

b) não consubstancia o AES de 1990, na medida em que: ultrapassa largamente os prazos de calendarização de redução horária semanal nele previstos; altera o período de referência de 3 para 4 meses; faz depender a redução dos limites actuais de duração semanal do trabalho, da implementação de formas de adaptação do tempo de trabalho.

1. Redução do horário de trabalho

A proposta do Governo de calendarização da fixação legal das durações máximas semanais de trabalho, que ficam muito aquém das promessas eleitorais do PS, concretiza-se nas seguintes datas:

- a) Em 1/1/97 – 42 horas;
- b) Em 1/1/98 – 40 horas.

A proposta prevê ainda que as reduções horárias, convencionais ou legais, contemplem apenas períodos de trabalho efectivo, dele excluindo todas as interrupções regulares de actividade e que impliquem a paragem do posto de trabalho ou a substituição do trabalhador.

A CGTP-IN discorda da necessidade de consagração legal de tal regra e, sobretudo, da sua sobreposição às próprias disposições convencionais.

A CGTP-IN entende que o regime das pausas ou intervalos, criados por acordo das

Salários

O documento do Governo aponta para a fixação de um referencial que não está quantificado, mas que se pretende venha a constituir o valor médio para a contratação colectiva. Esse valor pode variar em função da produtividade e da situação económica e financeira dos sectores e empresas. Na prática, trata-se de **um tecto salarial definido em termos médios**. Esta formulação contraria a posição defendida pela CGTP-IN, de fixar princípios orientadores, através de critérios (inflação, produtividade, aproximação à média comunitária e outros), alguns dos quais seriam quantificados. O Governo chegou a aceitar esta proposta, mas veio depois a abandoná-la.

Na proposta apresentada, o único critério quantificado é o da inflação esperada (3,5%), havendo recusa em fazer o mesmo para a produtividade, que em 1995 ultrapassou os 3%. Mantém-se também a recusa de incluir outros critérios, como a aproximação à média comunitária e a recuperação de perdas salariais em anos anteriores.

O Governo não dá resposta às propostas da CGTP-IN de institucionalizar na lei o direito ao subsídio de Natal, nem de eliminar a redução do salário mínimo para os jovens entre os 18 e os 25 anos.

partes e no interesse de ambas, correspondem a necessidades impostas pelo funcionamento dos respectivos sectores, pelo que só às partes caberá a sua eventual alteração.

2. Regras de adaptação horária

Mais importante que o conteúdo, propriamente dito, das regras de adaptação horária, é a consagração legal e obrigatória do seu princípio.

Com efeito, enquanto a legislação em vigor prevê apenas a possibilidade de, em sede de negociação colectiva, se convencionar a flexibilização horária, a proposta do Governo, caso viesse a ter consagração legal, impor a obrigatoriedade de flexibilização horária, substituindo, neste domínio, o disposto nas convenções colectivas de trabalho que a não previssem.

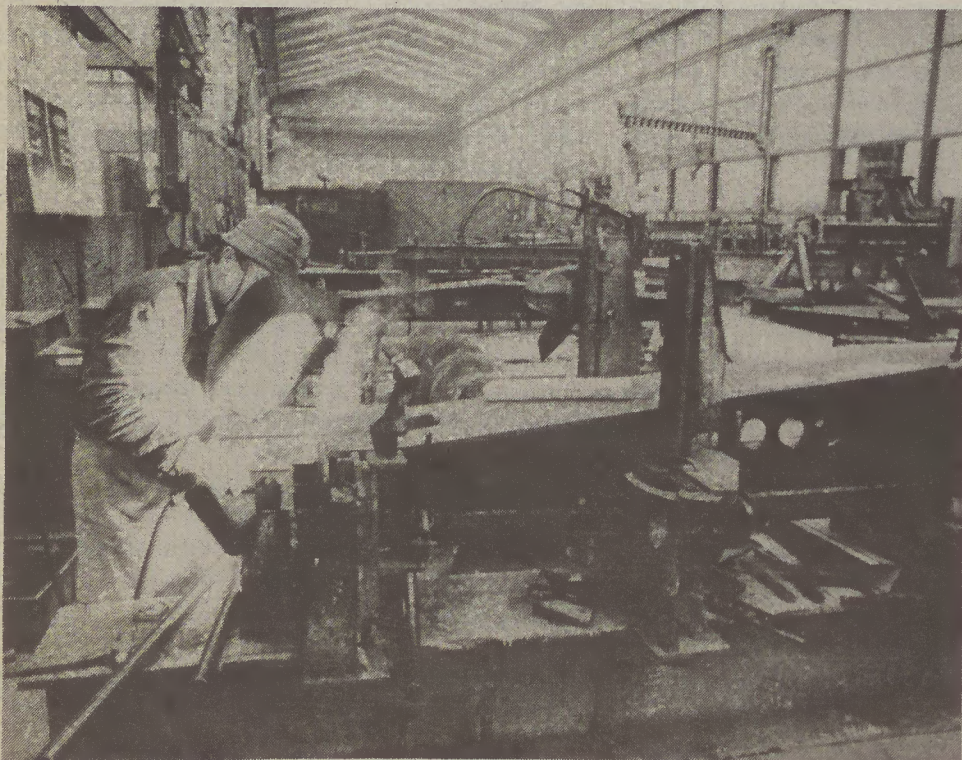
As regras de flexibilização propostas, de aplicação subsidiária para o futuro, mas sobrepondo-se às eventuais cláusulas convencionais de flexibilização existentes, traduzem um regime nalguns aspectos mais desfavorável para os trabalhadores, que as contidas no DL 398/91.

3. Polivalência

É no que respeita à caracterização da polivalência, que a proposta do Governo merece maior contestação por parte da CGTP-IN.

É preocupante a substituição da referência a categoria profissional pela referência a posto de trabalho.

Com efeito, enquanto o conteúdo funcional das categorias profissionais estão definidas, sectorialmente, nos Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho, as funções de um posto de trabalho são definidas unilateralmente pelas entidades empregadoras, no uso dos seus poderes de gestão e organização empresarial, variando de empresa para empresa, e podendo agregar funções de várias categorias profissionais, de conteúdos e graus funcionais muito diversificados.



Emprego

As medidas incluídas respeitam à dinamização dos centros de emprego, à revisão legal dos apoios à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração; ao lançamento de um programa experimental da promoção do mercado de emprego; à promoção do emprego a tempo parcial e o combate ao emprego ilegal e ao trabalho infantil.

Numa apreciação genérica pode-se dizer que: a) algumas são positivas, como a dinamização dos centros de emprego e o combate ao trabalho ilegal; b) outras dependem de acções futuras, como a revisão de apoios à contratação; c) existem medidas contestáveis, como a promoção do emprego a tempo parcial. Dois aspectos merecem ser destacados:

- a **promoção do emprego a tempo parcial**. Esta medida já fora proposta pelo Governo PSD em 1994, tendo sido contestada pela CGTP-IN. O que se visa é atribuir apoios ao patronato para facilitar a admissão ou a passagem a tempo parcial. Trata-se de uma medida discriminatória dos trabalhadores a tempo inteiro e que promove uma maior precariedade e segmentação do emprego, particularmente das mulheres. Não se diz quais serão os incentivos, mas trata-se normalmente da redução de contribuições para a Segurança Social, o que, a ser assim, terá consequências financeiras negativas;

- a **não resposta a reivindicações apresentadas pela CGTP-IN**, particularmente as que respeitam aos contratos a prazo.



Contratação colectiva e condições do diálogo

A CGTP-IN repudia frontalmente o desprezo pela contratação colectiva manifestado pelo Governo, ao prever que a consagração legal das regras contidas na sua proposta (adaptabilidade e polivalência) sejam só supletivas em relação à contratação posterior à sua consagração legal, isto é: não só revoga as cláusulas convencionais actualmente em vigor, como torna obrigatórios os regimes de adaptabilidade do tempo de trabalho e polivalência nos sectores, cujas convenções os não prevêm.

(...)

A CGTP-IN considera positivas as intenções de dinamização de acções específicas da **Inspecção Geral de Trabalho** na fiscalização do cumprimento das normas que regulam o exercício dos direitos sindicais, mas entende que, para a sua efectiva prossecução, a IGT deverá ser dotada de uma estrutura orgânica que lhe assegure condições de real autonomia e independência.

Quanto ao exercício do **direito de greve**, omissa na proposta governamental, a CGTP-IN sublinha a necessidade de o Governo se abster de práticas limitativas, nomeadamente na fixação de serviços mínimos, os quais se deverão limitar a assegurar a satisfação das necessidades sociais impreteríveis, de cuja não satisfação ime-

diata possam resultar danos irreparáveis para a vida, a saúde ou a segurança dos cidadãos, e não a garantir o funcionamento regular das empresas em que decorre o conflito.

Considera-se positiva a intenção manifestada pelo Governo de os serviços de conciliação assumirem uma posição propositiva, com vista à resolução dos conflitos colectivos de trabalho.

Porém, no que se refere à **arbitragem obrigatória**, a CGTP-IN entende que, embora importantes, os honorários dos árbitros presidentes não esgotam as suas preocupações quanto à implantação deste instituto. Com efeito, considera-se fundamental, para a sua institucionalização, a existência de mecanismos que garantam:

- a independência dos indivíduos que vierem a integrar a lista de árbitros;
- a utilização da lista de árbitros apenas como recurso para suprir a falta de árbitro-presidente;
- a necessidade de acordo expresso das partes, quanto à indicação do árbitro-presidente;
- o recurso à arbitragem obrigatória só para dirimir conflitos sobre matérias pecuniárias.

Segurança Social

Em relação às propostas apresentadas pelo Governo são salientados três aspectos:

a) **medidas positivas que correspondem, ainda que insuficientemente, a reivindicações apresentadas pela CGTP-IN**. A mais importante é do prolongamento do subsídio social de desemprego. No entanto, o número de desempregados que o Governo admite abranger é muito pequeno. O Governo abandonou também a ideia da selectividade do abono de família, pelo menos este ano. Propõe-se a avaliação urgente de medidas de incentivos ao emprego, através de reduções de contribuições para a segurança social. A revisão das pensões degradadas a partir de 1996 é positiva, mas é necessário prevenir, no futuro, a formação destas pensões;

b) **redução de contribuições (patronais) para a Segurança Social**, o que tem consequências financeiras negativas e se afigura incongruente com avaliação de regimes de incentivos já referidos;

c) a **intenção polémica de restringir a protecção na doença, através de «um controlo rigoroso das baixas»**. O Governo pretende legislar sem indicar concretamente o que pretende fazer e procura que a participação dos parceiros sociais seja de simples audição. Trata-se de uma matéria profundamente sensível, até porque é sabido que parte dos chamados abusos estão relacionados com situações de crise nas empresas. Recorde-se que, em 1984, um diploma legal com o mesmo objectivo teve uma profunda contestação social, que obrigou o Governo a recuar.

Não há resposta às reivindicações apresentadas pela CGTP-IN sobre a revisão dos aumentos efectuados para as pensões e sobre a reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais. Numa reunião, o Governo admitiu a injustiça da actual situação, mas defendeu que se tratava de uma questão de médio prazo. Isso não invalidaria, no entanto, que fosse consagrada de imediato, pelo menos, a intenção de no futuro rever esta legislação.

Também nada se diz sobre a adopção de um plano para a aplicação do acordo de higiene e segurança social, medida que, à partida, se julgaria pacífica.

Política fiscal

O Governo mantém no essencial as posições anteriores e não responde satisfatoriamente às propostas sindicais.

Assim, não actualiza os escalões do IRS numa percentagem superior à inflação verificada, mas apenas numa percentagem superior à inflação prevista; não deduz nos rendimentos do trabalho um valor equivalente ao montante do salário mínimo nacional, mas apenas actualiza o valor de 440 contos ao nível da inflação esperada; e, não reduz a taxa de IVA que incide sobre os medicamentos e outro produtos de primeira necessidade.

As matérias do interesse dos trabalhadores em que houve alguma evolução positiva referem-se à alteração do quociente conjugal (de 1,85 para 1,95, em 1996, e para 2,0, em 1997) e à autonomização do abatimento da quota sindical e correspondente variação deste factor de 1,2 para 1,5.

Os interesses do patronato que mereceram o acolhimento do Governo referem-se a maiores deduções das despesas com viaturas no IRC, a concessão de crédito fiscal ao investimento, a diminuição das taxas de juro de mora e a prorrogação do regime de isenção de tributação à actividade agrícola concedida pelos anteriores Governos. Por outro lado, o Governo propõe o desagravamento fiscal para os veículos de cilindrada superior a 1500 cc, viabilizando desta forma uma redução da progressividade dos impostos.

A proposta do Governo sobre a política fiscal fica aquém das justas expectativas dos trabalhadores. De facto, por um lado, recusa quaisquer medidas de aligeiramento da carga fiscal que incide sobre o factor trabalho e, por outro, prorroga regimes concedidos por anteriores Governos que beneficiaram o patronato ou propõe o desagravamento fiscal em matérias que beneficiam, sobretudo, os estratos mais privilegiados e acabam, efectivamente, por reduzir a progressividade dos impostos.



Nos bastidores da «Nova Reconquista» (2)

■ Jorge André

Em recente número, a revista católica francesa GOLIAS procurou isolar alguns dos métodos tipicamente utilizados pela igreja institucional na expansão da sua reconquista da Europa. Em França, regista-se um número crescente de dioceses católicas que o Vaticano vai entregando a bispos tradicionais, como é o caso dos bispados de Gap, Blois, Beauvais, Paris, Autun, Metz, etc. A publicação católica preferiu, no entanto, analisar a actual situação que se vive na diocese de Belley-Ars, departamento situado na fronteira suíça, não longe de Évreux, a cidade de onde Jacques Gaillot foi expulso por João Paulo II.

Observe-se que, na introdução ao tema, pode ler-se uma definição de «fundamentalista» que, pela sua simplicidade deve ficar registada. Fundamentalista é todo aquele que, face às dificuldades que a solução dos problemas sociais apresentam, decide alhear-se de tudo e regressar ao plano dos fundamentos teológicos de qualquer sistema religioso. Aí, solidamente enquadrado pelos valores eclesiais e convicto que a salvação das dificuldades só pode ser de origem divina, sente-se seguro. Tudo o mais — leis da economia, desemprego, injustiça social, fome, doença, guerra, etc. — deixa de fazer sentido. O fundamentalista representa, normalmente, o «produto» natural de uma educação religiosa conservadora.

A diocese de Ars retirava a sua importância apenas do facto de representar um centro de peregrinação, entre as dezenas de outros locais semelhantes existentes em França. Mas, em 1987, João Paulo II interveio pessoalmente, após ter visitado Ars, no decurso de uma das suas múltiplas viagens. Passando por sobre as prerrogativas da conferência episcopal francesa, o Papa fez então nomear um novo bispo para a diocese, Mons. Guy Bagnard, um notório fundamentalista.

Filho de um humilde mineiro não-qualificado, Monsenhor Bagnard, a quem os observadores ligam abertamente à Opus Dei, instalou-se firmemente na sua nova diocese e, em pouco tempo, transformou-a por completo. A «nova igreja» de João Paulo II tinha chegado a Ars.

O bispo começou por lançar as bases da sua acção futura e estabeleceu uma rede miúda de indispensáveis alianças.

Alianças económicas locais, principalmente com os grandes «caciques» da terra, a família Lejeune, poderoso agregado tradicionalista ligado à Opus Dei através de alguns dos seus membros com lugares de destaque na Academia Pontifícia e na Universidade de Pamplona, o maior «forum» intelectual da Obra de Escrivá.

Alianças com as camadas superiores da hierarquia do Vaticano, estreitando contactos com individualidades do Colégio de Cardeais, como monsenhores Lustiger, Lagrange, Madec, Dubignon, Raffin, Seguy, Guillaume, Brincard, Trujillo (Colômbia), Moreira das Neves (Brasil), Thiandoum (Senegal), Caffara, etc.

Alianças bilaterais com vultos destacados da vida pública, a exemplo dos bons entendimentos mantidos directamente com o próprio João Paulo II ou com André Frossard e Jean Guittou (escritores), Maurice Schumann (ex-primeiro-ministro francês «reconstrutor da Europa»), general Delaunay (presidente do grupo de pressão «France Valeurs»), Olivier Lecerf (presidente da «holding» Lafarge), bem como com outras poderosas individualidades bem conhecidas.

Alianças com a imprensa católica francesa, com destaque para publicações com grandes tiragens, como a «Famille Chrétienne», «Le Temps de L'Église», «France Catholique», «L'Homme Nouveau», etc.

Alianças com grupos católicos conservadores, tais como com os «Escuteiros da Europa» ou o «Exército Azul de Fátima», formações que depois vieram a revelar-se factores importantes na rede de financiamentos do projecto de mons. Bagnard. Outros movimentos têm-se confirmado como presença fundamental em toda esta movimentação, nomeadamente as associações familiares católicas, as associações em defesa da vida e dos direitos do homem, os movimentos de entajuda, as comunidades eclesiais «Lumen Gentium» e muitas outras obras da igreja. O minucioso sistema de alianças começou imediatamente a dar os seus frutos. A velha diocese de Ars, conservadora e provinciana, acordou da sua proverbial apatia. Recebe a visita anual de uma multidão calculada em cerca de 500 mil peregrinos, franceses e estrangeiros. Próximo da capital diocesana encontra-se em fase de conclusão um imenso complexo sacerdotal destinado a tornar-se o berço fundamentalista dos padres de todo o mundo. Cobre uma superfície pró-

xima dos 8 mil metros de construção e compreende uma gigantesca biblioteca dotada com mais de 50 mil volumes. Na perspectiva optimista de mons. Bagnard, é ali que contingentes maciços de sacerdotes vindos de todo o mundo irão, futuramente, realizar a sua permanente reciclagem fundamentalista.

Que razões poderão ter estado na base dos êxitos fulgurantes obtidos pelo novo bispo de Ars? Uma resposta, ainda que breve, a esta ques-

tão poderá contribuir para lançar alguma luz sobre métodos que as mesmas forças que apoiam mons. Bagnard vão utilizando, sistematicamente, noutros locais e noutros países.

Quando Bagnard chegou a Ars levava a sua lição bem estudada.

Primeiro, o dinheiro. Naquela diocese tradicionalista e provinciana, os bens materiais de que a igreja local dispunha não eram para desprezar. Ars já era, como fora largamente comprovado, um lugar privilegiado de turismo religioso, com o prestígio de que o seu santuário gozava, a sua basílica, um seminário moderno, igrejas, casas de acolhimento, conventos, escolas católicas, etc. Numa fase inicial de arranque do projecto, estas potencialidades não se poderiam desprezar. E o novo bispo não hesitou.

Através de sucessivas

operações que seria fastidioso detalhar aqui, mons. Bagnard assumiu a direcção efectiva de uma associação de gestão dos bens da diocese, já existente mas totalmente paralisada. Deste modo, assumiu, aliás tal como o direito canónico previa, as funções de gestor da igreja local. Podia comprar, vender ou realizar novos investimentos.

Depois, fundou a sua própria sociedade eclesial para formação de sacerdotes, nos moldes empresariais correntes, com o objectivo mais imediato de efectuar os trabalhos de construção de um imenso complexo já orçamentado em 1,2 milhões de contos. A igreja de Ars, através da sua sociedade de gestão, participava na composição do capital da nova sociedade eclesial.

A nova empresa começou, desde logo, a adquirir terrenos, numa extensão tal que, em pouco tempo, se transformou na

maior proprietária urbana do departamento de Ars. Mons. Bagnard participou activamente na campanha de aquisição de terrenos, acelerando as doações feitas por agricultores da comunidade crente e convencendo pequenos proprietários rurais a aceitarem vender as suas quintas à sociedade sacerdotal, a preços irrisórios que chegaram a atingir os 100 escudos por metro quadrado.



Finalmente, mons. Bagnard completou a terceira fase da sua operação e transformou a sua sociedade em congregação sacerdotal autónoma, o que lhe permitiu obter do Estado francês privilégios fiscais e capacidades jurídicas particularmente importantes. Nessa altura, mons. Bagnard não era já apenas um bispo poderoso mas desempenhava, também, com mão de ferro, os lugares de presidente da associação de gestão da diocese de Ars, da congregação sacerdotal e da sociedade eclesial que

ele próprio fundara. Em todas estas organizações, os respectivos regulamentos convergem no sentido de colocarem todos os poderes deliberativos e executivos essencialmente nas mãos dos seus presidentes. A «nova igreja» de Ars cresceu tão fulminantemente que quase toda a capacidade de decisão municipal desapareceu. «Temos aqui um monarca eclesiástico!» — desabafou publicamente o presidente do vizinho município de Fareins — «E eu que pensava que eles já tivessem desaparecido...».

Enquanto estes acontecimentos decorriam a ritmo acelerado, o novo bispo recolhia, através da sua rede de alianças pessoais, torrentes de dinheiro constituídas, essencialmente, por legados importantes, franceses e estrangeiros, por investimentos eclesiásticos e governamentais ou por transferências bancárias promovidas por grupos patrocinadores. Mons. Bagnard declara que já conta com mais de mil contribuintes deste tipo e cita, como exemplos característicos dessas ofertas, o legado deixado por um padre russo de Rostov, a subscrição promovida por estudantes parisienses para ajuda com as despesas da compra da «cruz peitoral» do novo bispo ou a contribuição «voluntária» de 16 milhões de francos enviada pela associação de gestão de Ars da qual, como já foi dito, mons. Bagnard é indiscutido administrador. Há quem diga, porém, que todo este dinheiro tem outras proveniências...

Quanto mais aumentava o poder pessoal do bispo, mais se acentuava o seu autoritarismo. Todos os padres diocesanos existentes em Ars, à data da nomeação de mons. Bagnard, foram deslocados dos seus lugares. As estruturas paroquiais intermédias, criadas ou desenvolvidas a partir do Vaticano II, deixaram de funcionar. As redações da imprensa católica local, até então autónomas, passaram a ser directamente controladas pelo próprio bispo. Até mesmo o vigário-geral de Ars foi recentemente destituído das suas funções apenas porque, ousadamente, formulou algumas críticas às orientações económicas de mons. Bagnard.

Esta imagem de uma igreja que surge inesperadamente e se alimenta dos recursos da velha instituição que a gerou, tornada já inerte, contém apontamentos preciosos.

Reconquista e nova igreja

Ninguém conseguirá entender o que se passa na milenar instituição católica caso, ingenuamente, se obstine em pretender que nas actuais relações eclesiásticas existe um quadro predominante regido por princípios de fraternidade, de reconciliação e de harmonia. A verdade é que, do interior do universo católico e das profundezas do seu clero fundamentalista irromperam, logo a seguir ao Vaticano II, forças poderosas dotadas de minuciosos planos de acção e de projecções ideológicas avulsas, não sistematizadas mas com bases escriturais.

Estas combativas formações, rigorosamente enquadradas pelas gerações educadas pela Opus Dei, constituem as «jóias da coroa» do pontificado de João Paulo II. Na sua luta pela conquista do poder utilizam tácticas que diferem entre si, adequam-se às características nacionais ou regionais existentes mas que, invariavelmente, visam a instalação de uma «nova igreja», precursora de uma Nova Ordem Mundial futura.

A este conjunto de operações, sempre ofensivas, destinadas a dominar os sistemas sociais chama João Paulo II «Nova Reconquista». É uma batalha ciclópica, com laivos de tragédia wagneriana, travada em duas frentes: no mundo laico, a nova igreja procura subverter sistemas e regimes para, depois, dominar as suas fontes de lucro e de poder; no mundo católico, as forças que Escrivá de Balaguer gerou avançam implacavelmente por sobre os escombros da velha instituição evangélica, enredada em preconceitos morais e incapaz de responder aos desafios do tempo.

É, deste modo, que causa espanto a quem observe pouco atentamente os acontecimentos eclesiais, que o actual Papa pareça subestimar problemas que, até há pouco eram considerados da maior gravidade para a vida institucional da igreja: a crise de vocações, o envelhecimento da classe sacerdotal, as reivindicações dos leigos, dos jovens e das mulheres, a liber-

dade de expressão dentro da própria igreja, etc. Todos estes problemas foram levantados e debatidos no Concílio Vaticano II para logo a seguir, com João Paulo II, recaírem na mais espessa indiferença.

Retomemos, por momentos, o fio dos textos já citados. Eis, por exemplo, o que pensa mons. Bagnard, arauto da Lumen Gentium e da Opus Dei, acerca das características exigíveis à formação de novos sacerdotes católicos: «Os jovens padres visam a unidade de Igreja. Já sofreram demasiado com as divisões dos cristãos... Amam o Papa; amam os cardeais; com uns e com outros, desejam trabalhar em estreita colaboração. A atitude de respeito filial já lhes é quase que familiar... Aceitam passar longo tempo a estudar... Amam a liturgia e a beleza das celebrações... Amam a Oração. Nada os horroriza mais do que pensarem que, uma vez ordenados, serão devorados pelas exigências do Ministério, a ponto de já não poderem fazer uma paragem silenciosa, ao longo do dia, nos degraus do altar da Eucaristia... Para eles, o testemunho visível do modo de vestir representa um instrumento ao serviço da missão e é, em si mesmo, como que um anúncio silencioso da mensagem evangélica» (Homilia de mons. Bagnard, jornal «L'Église des Pays de l'Ain», 10/5/93).

O bispo também se refere com grande clareza ao papel que atribui aos leigos católicos: «No que respeita aos leigos, digolhes que são chamados a trabalhar na vinha. Mas que não esperem que os venham buscar! Proponham-se, eles próprios, para o trabalho. Ofereçam a sua generosidade e o seu saber. Será normal que, quando um padre morre numa paróquia, ninguém seja capaz de tocar os sinos ou de ligar a instalação sonora? Será aceitável que a catequese se desorganize, a ponto de deixar de funcionar? Será admissível que o serviço de doentes, o trabalho junto da juventude ou a contabilidade paroquial entrem em completa letargia, como se a responsabilidade dos crentes cessasse automaticamente após o falecimento do padre?» («L'Église des Pays de l'Ain», 28/5/93).

A chamada «nova igreja» não cede sequer uma polegada às reivindicações de mais liberdades e melhor partilha de poderes, em tempos já apresentadas pelos leigos católicos. Agora, as vozes dissonantes parece terem silenciado. Quando o padre, o religioso ou o leigo, tentam emitir uma opinião própria, logo o Vaticano os procura e destrói. Quem voltou a escutar, recentemente, intervenções dos irmãos Boff, de Gaillet, Casaldaliga, Arns, Drewermann, Ruiz, Sandoval, Gutierrez, ou de tantos outros padres e teólogos que os fundamentalistas isolaram, perseguiram e marginalizaram da igreja institucional? Com que frequência a actual hierarquia recorda os grandes documentos conciliares, a «opção preferencial pelos pobres», o voto de alienação dos bens supérfluos da igreja ou, inclusivamente, a própria doutrina social católica, simples peça de museu que a muitos bispos merece um sorriso mal disfarçado?

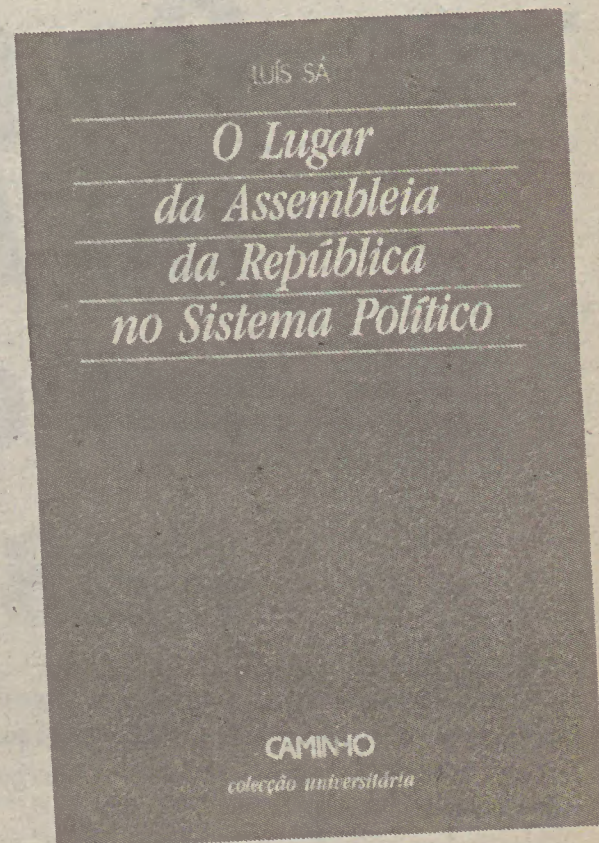
Nas palavras de mons. Bagnard revela-se a essência da «nova igreja» de João Paulo II. O Papa no topo. Um clero inteiramente obediente, despojado de toda a consciência social. Um corpo de leigos formado por meros executores da vontade do clero. A unidade da igreja alcançada à custa da cega aceitação do princípio de que «obedecer é ser livre!».

É certo que a igreja católica nos habituou a mudanças bruscas de cenário.

Tradicionalista durante muitos séculos pareceu converter-se depois, inesperadamente, às teses progressistas do Vaticano II. Em seguida, num brusco salto à retaguarda, regressou a posições ainda mais conservadoras que as da igreja pré-conciliar. E não se vislumbra agora que, a curto prazo, os movimentos reformadores da igreja venham a recuperar o ímpeto e a abnegação que os caracterizaram outrora. Este quadro de sinais alarmantes deveria ser devidamente ponderado pelo mundo católico. Só a ele compete enfrentar os problemas internos da igreja.

Mas as sociedades laicas também são parte interessada em todo este processo. É que boa parte das manobras maquiavélicas concebidas no Vaticano vive à custa do reforço e manutenção do poder de forças autoritárias e antiprogressistas. Noutros casos, as transformações sociais sofrem atrasos e são enfraquecidas pela presença camuflada de agentes do fundamentalismo católico nas estruturas do poder.

(continua)



A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro **O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político**, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA,
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

■ Miguel Urbano Rodrigues

Os gregos no Afeganistão no caminhar das civilizações



No regresso da minha primeira viagem pelo Afeganistão, há quinze anos, escrevi que aquele era talvez o país sobre o qual os *mass media* mentiam mais. Hoje mentem menos sobre o tema porque desapareceu a motivação.

Quando, raramente, leio nos jornais alguma referência ao Afeganistão, ela não me leva, agora, a pensar no presente, ou seja, na destruição de Kabul pelos bandos de mujahedines, sunitas ou xiitas, cujos dirigentes afirmavam lutar por Deus e pela liberdade. Penso sobretudo noutra faceta da desinformação, ou, mais exactamente, no desinteresse que a Comunicação Social portuguesa sempre manifestou pelo passado de uma região que foi, nos últimos 25 séculos, cenário de acontecimentos que pesaram muito na evolução da humanidade.

Não perdi a esperança de voltar um dia às planuras do norte da Bactriana e ir até às ruínas da cidade mítica e real de Ai Kanum que em 86 não pude visitar porque a província estava ocupada na época por bandos fanáticos da Hebe-i-Islami, do chefe fundamentalista Gulbudin Hekmatyar.

Real e mítica porque a cidade existiu, mas a memória histórica não lhe guardou sequer o nome grego. Ai Kanum significa em turco usbeque *Dama da Lua*. Durante quase dois mil anos esteve esquecida. Sabia-se por textos de Estrabão e Ptolomeu, e através de relatos de monges chineses, que a sul do Oxus (o actual Amudária) algumas cidades do Reino Greco-Bactriano fundado por Diodoto tinham alcançado grande desenvolvimento e elevado nível de prosperidade. Eram encontradas com frequência peças belíssimas (sobretudo colecções de moedas) que testemunhavam a prolongada presença grega nas duas vertentes do Hindu Kuch. Mas historiadores e arqueólogos já desesperavam de localizar no Afeganistão estruturas de

uma antiga cidade da época helenística quando a missão francesa do prof. Schlumberger, em 1963, identificou na confluência do Amudária com o Kokcha o sítio que escondia as ruínas de Ai Kanum.

Os arqueólogos ficaram fascinados. Aquilo ia além da imaginação. Ai Kanum trouxe respostas não esperadas a questões que suscitavam polémica há mais de um milénio.

Emergindo da estepe arenosa, frente ao Oxus, aquela cidade envolvida em atmosfera de mistério, veio confirmar antigas teses sobre a pujança da implantação grega nas planuras que findam no Pamir.

Somente pude contemplar painéis fotográficos do fantasmático campo arqueológico. O suficiente para um choque emocional. Ai Kanum foi sede de uma polis helénica entre muitas que os veteranos do exército macedónio semearam no território do actual Afeganistão durante os três anos da presença de Alexandre. Não seria, aliás, das maiores, pois só Alexandrias houve três (nas áreas de Herat, Kandahar e Charicar).

A imaginação é empurrada pelo silêncio da história; esfor-

ça-se por adivinhar o mundo fechado das cidades do reino greco-bactriano. Não muito longe do que é hoje o Sinkiang chinês, então predominantemente habitado por povos indo-europeus, Ai Kanum deve ter funcionado como pólo comercial de uma rica zona agrícola servida por uma vasta rede de canais de irrigação. O que sobrou dos seus templos, do ginásio, do teatro (5000 lugares), dos edifícios administrativos, permite entrever uma intensidade de vida e uma dimensão cultural comparáveis às das cidades contemporâneas da Síria helenizada dos Seleucidas.

Há quase 18 anos que as escavações foram interrompidas no campo arqueológico de Ai Kanum. Tudo indica que o subsolo da cidade morta encerra ainda revelações importantes para a ciência. Mas aquilo que ele já ofereceu, somado aos chamados tesouros de Kunduz e Begram e ao que saiu da terra em Surkh Kotal e na província de Nangrahar, é suficiente para justificar a tese de Daniel Schlumberger segundo a qual, na perspectiva da história da civilização, o actual Afeganistão se apresenta como um díptico em que duas ver-

ção com os outros homens. No Irão, fecundado por uma grande cultura que conheciam mal, aprenderam muito sem por isso deixarem de levar a pátria consigo onde quer que se fixassem para ficar.

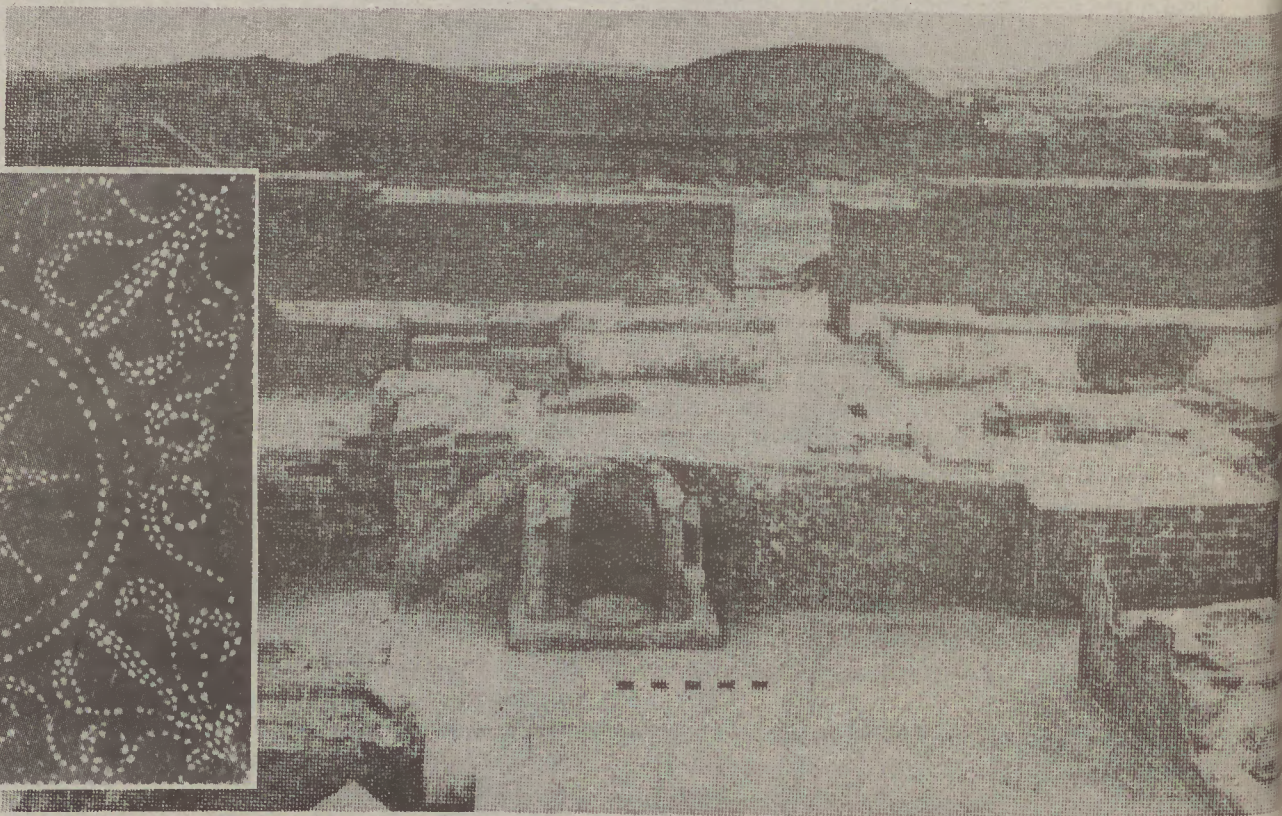
Fizeram história profunda. Politicamente, as últimas polis greco-bactrianas a Norte do Hindu Kuch terão desaparecido trinta anos antes da nossa era, ou seja pouco antes da proclamação do Império Romano. Três séculos que mudaram a vida na Ásia Central tinham transcorrido entre a morte de Alexandre e a de César.

Os gregos da Bactriana e da Sogdiana não podiam, ilhados, resistir pelo tempo afora. Subumbiram finalmente às ondas invasoras de nómadas das estepes que atravessavam o Oxus. Mas a cultura helenística, essa, garantiu a sua continuidade até ao furo árabe, ao fundir-se com a de uma nação vencedora – os Kuchans – pólo de um império efémero que foi o intermediário privilegiado entre a China e a Roma dos Antoninos.

Pouco conhecemos, quase nada, das relações que os gregos da Bactriana mantiveram com os Mauryas vindos da Índia, a dinastia cujo grande rei Ashoka desempenhou um papel decisivo na difusão do budismo. Mas a implantação helénica no sul do actual Afeganistão era suficientemente importante para justificar o uso do grego em éditos imperiais gravados em marcos



Pormenor de mosaico, na residência



Ai Kanum – bairro administrativo; residência

tentes se destacam de todas as outras, no passado, pela sua influência: a islâmica e a helénica.

A chegada no século VII dos árabes, logo após a conquista do Irão Sassânida, foi o acontecimento decisivo que modelou a história da região a partir desse momento de ruptura. Na escala dos fenómenos civilizacionais, o helenismo situa-se no lugar imediato.

Separados definitivamente – pela cunha do Reino dos Partos – das cidades helenizadas da Síria, da Fenícia e do Egipto, os gregos da Bactriana criaram, apesar do isolamento, uma cultura que manteve viva a sua língua no coração da Ásia Central, e com ela os grandes valores da sua remota pátria de origem.

Essa permanência da arte e do pensamento gregos em territórios limítrofes das fronteiras ocidentais do Império da China e dos estados do Noroeste da Índia continua a surpreender os historiadores como fenómeno civilizacional atípico.

De certa maneira, a expedição de Alexandre contra a Pérsia tinha sido uma segunda guerra de Tróia que acabou por alterar profundamente a concepção que os gregos tinham da sua rela-

de pedra. O mais famoso foi encontrado em Kandahar, a antiga Alexandria Arachosia, a qual, segundo o escritor cristão Isidoro de Xarax, que a visitou, era ainda no século I da nossa Era, uma cidade onde predominaram os moradores gregos.

A língua grega tinha numa vasta área raízes tão fortes que o Estado Kuchan, muito depois, lhe manteve o estatuto de primeiro idioma no relacionamento com outros povos. No tempo de Kanisha (séc. II da Nossa Era), soberano de um império que ia da Sordiana (actual Usbequistão) ao Ganges e do Korassan persa aos oásis do Turquestão chinês, desenvolveu-se no espaço Krushan uma arte original – a da chamada Escola de Gandhara – que nos aparece hoje, sobretudo no domínio da escultura, como exemplo único da interação da arte grega clássica e da arte hindu de inspiração budista. Foi no território do Afeganistão que essa arte surgiu. Nenhuma dúvida subsiste já sobre a sua origem greco-bactriana. O enraizamento tornou-se tão forte que resistiu a uma cadeia de invasões. Sobreviveu à passagem de múltiplas hordas tribais vindas do Norte; sobreviveu à própria destruição do império Kushan, ao vendaval



A maior escultura no mundo de Buda.
As mutilações foram praticadas pelos muçulmanos

provocado pelos hunos heftalistas, à pujança assimiladora da civilização sassânida, dinamizadora do renascimento persa.

Escavações recentes provam que no século VIII, quando os árabes atravessaram o Hindu Kush, rumo à Índia, e chegaram pela primeira vez até ao Indo, a estatuária que decorava os monumentos funerários budistas era ainda decisivamente influenciada pelas técnicas gregas da Escola de Gandhara.

Não esqueço a emoção sentida quando tive a oportunidade de contemplar, em terras afegãs, budas que pareciam trabalhados por discípulos de Praxíteles ou Lisipo. Foi, aliás, em vales perdidos naquelas montanhas que, algumas

Orelha do Buda
- a foto dá ideia da escala monumental da figura esculpida



Ai Kanum - mausoléu; escadaria de acesso



Ai Kanum - capitel jónico do mausoléu

décadas antes do início da Nossa Era, foi dado um passo de grande significado: Buda passou a ser apresentado sob figura humana por iniciativa da nova escola de Mayhana, em ruptura com a ortodoxia.

Os dois gigantes Budas de Bamyán, no actual Hazarajat, escavados na falésia rochosa, em cenário que lembra o da mágica Shangri-La ideada por Hilton, são conjuntos escultóricos únicos. Por si só constituem demonstração convincente da vitalidade do sincretismo cultural greco-hindu.

Entre as muitas explicações para a tenaz permanência dos gregos nas solidões da Ásia Central (os romanos não conseguiram ir além do Tigre e logo recuaram) pesa a tolerância religiosa e a vocação miscigenadora com os povos autóctones. Na ausência de proselitismo, foram mestres ao adoptar sempre os deuses asiáticos, dando-lhe uma interpretação grega.

Neste findar do século XX, quando guerras irracionais continuam a destruir velhas culturas e quando uma perigosa contracultura ideada pelo sistema imperial norte-americano alastra pelo Planeta - é comovedor recordar o exemplo de convivência cultural plasmado na colina sagrada onde se ergue, não muito longe de Kabul, o templo greco-bactriano de Surkh Kital, edificado por ordem de reis Kushans, budistas, que utilizaram o alfabeto grego para, pela primeira vez, exprimirem ideias na língua local.

*

* *

Em Ai Kanum apenas foram até hoje encontradas duas inscrições, não datadas, ambas redigidas em grego. A mais impor-

tante figura no túmulo de um tal Kineas, talvez o fundador da cidade.

Sobre o fim de Ai Kanum pouco se sabe. Adivinha-se que a cidade foi abandonada após um incêndio, na sequência do assalto vitorioso de tribos vindas da estepe sogdiana. Da sua grandeza são, porém, testemunhas salientes e enorme necrópole, os bairros residenciais e o que resta das 118 colunas do pórtico do antigo palácio...

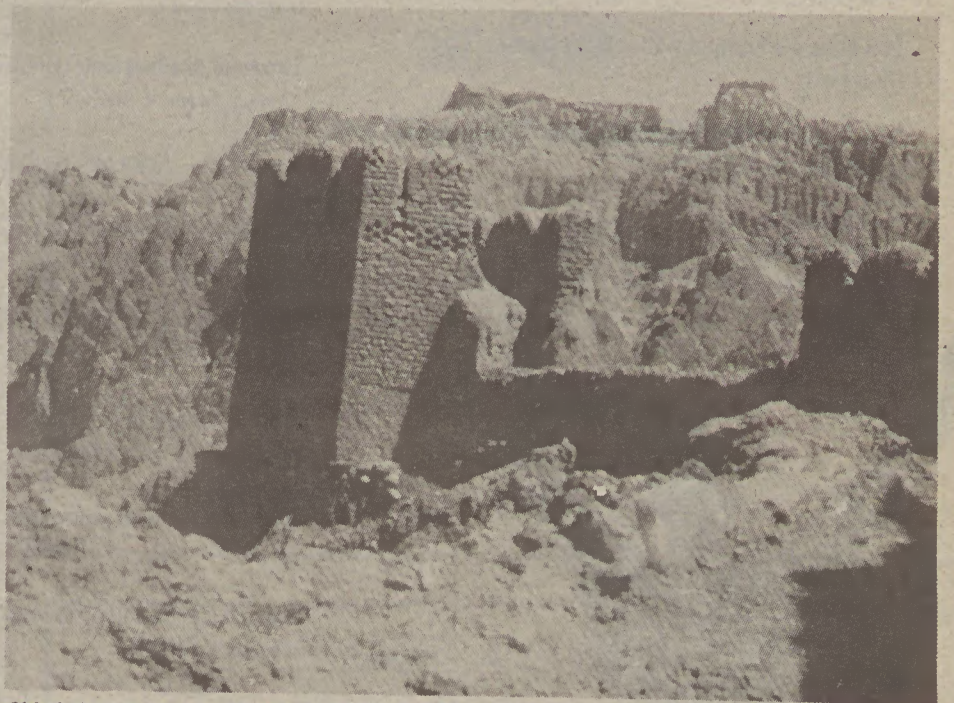
Um monge chinês que por ali passou (128 antes da Nossa Era) em missão imperial, Chang Kien, permite, com o seu relato, imaginar o que seria a Bactriana helenizada. Fala-nos de uma agricultura avançada em terras povoadas por um milhão de pessoas. Permanecem incontáveis interrogações sobre a vida nessas cidades mortas. Mas não é sem argumentos fortes que o prof. Schlumberge afirma: «Esses greco-bactrianos cumpriram, suspeitamos, um imenso papel histórico: na Índia que conquistaram parcialmente, e na Ásia Central, sobre parte da qual reinaram; e mais tarde numa acção, que me permito qualificar de póstuma, e da qual a arte greco-budista é para nós o sinal visível, exercida sobre um território imenso, que ia até à China, à Coreia, ao Japão» (1).

Hoje, Ai Kanum é a excepção. Ignoramos inclusive os lugares de implatação dos setenta campos militares de que nasceram, segundo os cronistas macedónios, as polis criadas pelos descendentes dos veteranos de Alexandre.

Sabemos, contudo, que durante séculos, todos os invasores foram helenizados. O processo de helenização dos Citas da Sogdiana, dos Bactrianos, dos Kuchans e mesmo dos Partos pode ser comparado ao da islamização dos Turcos pelos Árabes e dos Mongóis pelos Turcos e Iranianos.

Esperemos que um dia novas escavações possam, no gigantesco e maravilhoso campo arqueológico semi-útil que é ainda o Afeganistão, contribuir para desvendar os segredos culturais ocultos naquelas montanhas e desertos, semeados de ruínas e tesouros de arte.

Desconhecemos ainda, como foi sublinhado, o nome que os fundadores deram à cidade grega a que chamamos Ai Kanum. Mas conhecemos sobre a grande aventura grega na Ásia Central o suficiente para uma certeza: ela gerou um grandioso acontecimento civilizacional. Isso foi possível pelo encontro de mundividades diferentes que, ao confrontarem-se, por vezes com violência, favoreceram a confluência de culturas e a fusão criadora. O choque do paganismo mitológico grego com o ascetismo religioso budista, o diálogo sempre difícil



Cidade Vermelha, chama-se hoje a estas ruínas, em memória das destruições sangrentas praticadas pela conquista mongol do Hindu Kush

entre a eterna busca da perfeição formal e da beleza perseguida pelos helenos e a insaciável fome de espiritualidade dos hindus levaram, afinal, a um harmonioso compromisso, à síntese que no Oriente produziu uma prodigiosa renovação na arquitectura, na escultura e em todas as formas de existência humana. O objecto principal dessas mudanças criadoras, revolucionárias, e hoje quase esquecidas, foi o conjunto de povos diferentes que passaram pelo território do Afeganistão ao longo dos mil anos que medeiam entre a invasão de Alexandre e a chegada do primeiro exército árabe enviado de Damasco pelo Califa Omeiada.

A herança cultural não visível que o Islão recebeu era tão importante que, quatro séculos transcorridos, uma cidade a sudoeste do Hindu Kush, à beira do deserto, foi capital de um sultanato mágico, o de Ghazni, onde viveram e criaram saber e beleza alguns dos mais geniais pensadores, artistas e cientistas do mundo muçulmano.

(1) in «Afghanistan», vol XX, nº 3, ed. Historical Society of Afghanistan, p. 78, Kabul, 1967.

«Noite das facas longas» - I

Como se esperava, a «noite das facas longas» no PSD começou logo a seguir às primeiras projecções dos resultados da eleições presidenciais no passado domingo, embora geralmente em versão *soft*, talvez porque o trauma feriu duro e fundo entre os notáveis da agremiação. O mais *hard* foi o ex-ministro da Indústria, Mira Amaral, que não se conteve e declarou, curto e grosso, que o PSD necessitava

de um congresso extraordinário de imediato, exigindo o afastamento de toda a actual direcção. «Contemporizou» apenas com a continuação de Fernando Nogueira à frente do partido, embora subordinando-a à tal exigência do afastamento da restante direcção. Tão amigos que eles foram... e tão democraticamente solidários que são. Todos.

«Noite das facas longas» - II

Obviamente que o ritmo *soft* não está na natureza do

PONTOS CARDEAIS

baronato laranja, sobretudo quando acerta contas entre si. Se a generalidade ficou demasiado quebrantada na noite das eleições para imitar Mira Amaral e deitar as unhas de fora à vista de toda a gente, não foi preciso esperar muito tempo para que o exemplo fosse seguido por outros contendores. É o caso de Ângelo Correia - um dos vários «barões» a quem o

cavaquismo conduziu a uma quarentena forçada no seu consulado de 10 anos - que já saiu à estacada para dizer que «é cedo para novas etapas», ao mesmo tempo que avança os nomes de Leonor Beleza e Miguel Cadilhe para assumirem a direcção do PSD. Com tal voracidade, é capaz de ser um bocado tarde para fingir que é cedo...

Conversas funéreas...

Entretanto António Pinto Leite - um dos membros da Comissão Política do PSD que Mira Amaral quer ver expulso de cena - afirmava misteriosamente à Antena 1 que «é exagerado falar-se em enterro do cavaquismo», embora não se dispensasse de dizer logo a seguir que «parece-me inevitável que se faça um congresso em 1996, ou no final da Primavera ou em Outubro», manifestando preferência pela última data porque «permite que se dê resposta à nova situação e permite ao partido ter tempo para pensar e, simultaneamente, para preparar as autárquicas». Ou preparar a «exumação»?!... Caso contrário, o enterro do cavaquismo é capaz de não ser um exagero assim tão grande. Sobretudo com tantos coveiros na «família».

...e o grande funâmbulo

Com tão grande engarramento na meia laranja, inevitável seria a intervenção do Grande Citrino, o guru Pacheco Pereira. Transportando para o burburinho pêpêdê os seus talentos dramáticos, Pacheco já disse que quer mandar na Distrital de Lisboa. Para um grande malabarista, trata-se de uma corda de respeito. Vamos lá a ver quem é que cai dela abaixo.

O regresso do «botas»?

Entre as lamúrias de direita, com muitas lágrimas de crocodilo à mistura, avultam os queixumes do «Diabo», que Vera Lagoa dirige, molhando de pena logo a primeira página. A páginas tantas, surge a palavra de Nuno Rogeiro, para nos contar, ao correr da escrita, o choro da sua filhinha do meio ao saber da derrota de Cavaco. Valoroso, Rogeiro, que confessa ter vocação para votar em vencidos, aproveita para falar do seu próprio percurso heróico, revelando que hoje, passada a juventude, de herói trágico a fugir ao COPCON, se transformou no herói pragmático do quotidiano. Foi a essa experiência, certamente, que foi buscar a coragem para desenterrar Cavaco da derrota que o submergiu e proclamar-lhe a ressurreição. Fiquem sabendo que o homem pode vir a ser ainda primeiro-ministro, recandidato a Belém ou fundador de um «espaço próprio». Eis a profissão de fé de um comentador que confessa ter votado Cavaco, «a favor de um projecto que pensei ter voltado a calçar as botas». As botas de um defunto?

PONTOS NATURAIS

Palavras que ficaram no ouvido

Anda tudo a encostar-se ao poder especialmente aqueles que mais beneficiaram com o poder nos últimos dez anos.

(Responsável do PSD algarvio)

Cavaco mandou outros perder em lugar dele.

(Fernando Rosas, sobre as legislativas)

Cavaco Silva é um homem de características normais.

(Vasco Graça Moura)

Portugal, país de católicos, deve ter um presidente católico.

(Freira apoiante de Cavaco)

Recebido por verdadeiras multidões, Cavaco estava eufórico.

(Fátima Campos Ferreira)

Uma oferta para Cavaco: a N.ª S.ª da Nazaré.

(Telejornal)

Pra mim, é o Sampaio. O outro, valha-me Deus!

(Telejornal)

Não gosto que me chamem Presidente. Dá-me azar.

(J. Sampaio, Jornal da SIC)

A minha vida é estudar, não é política.

(Estudante em Coimbra, Telejornal)

Se depois do apoio de Paulo Portas, Cavaco não ganhar, é porque o PSD está muito mal.

(Manuel Monteiro, Telejornal)

Os que estão zangados com Cavaco, esqueçam isso nas urnas.

(Proença de Carvalho, Campanha eleitoral)

Multidão — Sampaio a Belém!

Sampaio — O Sampaio agora o que quer é ir à Avenida da República...

(Canal 1)

Eu não estava a disputar essas eleições...

(Cavaco sobre as legislativas, Telejornal)

Estamos à espera que Sampaio fale. Entretanto, um copito.

(Comício, Canal 1)

Era bom que houvesse comícios todos os dias.

(Dono de um bar, no Algarve)

Repórter — Acha que vai facturar?

Vendedeira. Acho que sim. Isto é malta de capital.

(Comício de Cavaco, TVI)

Água a entrar por cima e a sair por baixo.

(Sampaio à chuva, TVI)

Abaixo o Partido Comunista!

(Comício do PSD nos Restauradores, SIC)

É disto que o meu povo gosta!

(Jorge Perestrelo, comício do PSD, Restauradores)

Cavaco é para deitar no lume

(Popular, em Viseu)

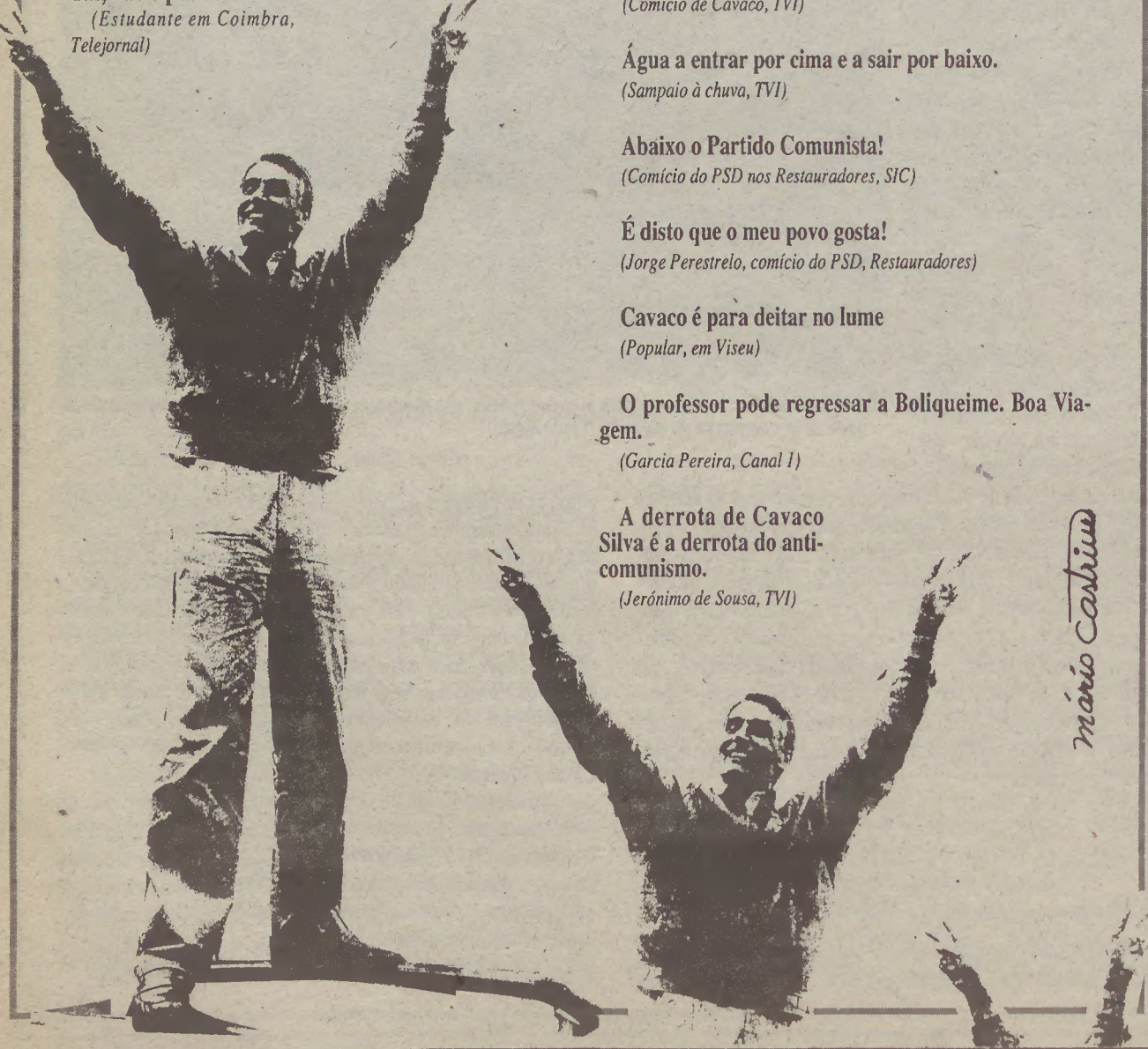
O professor pode regressar a Boliqueime. Boa Viagem.

(Garcia Pereira, Canal 1)

A derrota de Cavaco Silva é a derrota do anti-comunismo.

(Jerónimo de Sousa, TVI)

Mário Carrius



FRASES da SEMANA

«A UEM começará mesmo que (hipótese teórica) só com dois países... embora se saiba que com dois países não seria possível fazer grande coisa.»

«(Alexandre Lamfalussy, Presidente do Instituto Monetário Europeu - «Expresso-Economia», 12.01.96)

«Estou convencido de que dentro de um ano (ou um ano e meio) teremos definido a relação entre os que estarão no primeiro grupo e os que lá não estarão.»

«(idem)

«Disseram de mim o que Maomé não disse do toucinho»

«(Jorge Sampaio, candidato à PR - «Expresso», 12.01.96)

«Uma vitória de Sampaio, concentrando todos os poderes na esquerda, pode potenciar este fenómeno (sinais de intolerância) - fazendo voltar o país a um clima de radicalismo e perseguição política que fará lembrar o que se viveu nos anos seguintes ao 25 de Abril - salvaguardando as devidas diferenças, evidentemente.»

«(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 12.01.96)

«Para refrear os eventuais apetites de uma desforra da esquerda (...) penso que seria preferível a vitória, no próximo domingo, do candidato Cavaco Silva.»

«(idem)

«O povo português não se vai deixar enganar.»

«(Jerónimo de Sousa - «Jornal de Notícias», 08.01.96)

«Sampaio 53,83% Cavaco 46,17%»

«(título - «Público», 15.01.96)

«Esta foi também a derrota do anticomunismo.»

«(Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa - «Especial Presidenciais», Canal 1, 14.01.96)

«Xau Cavaco, leva o Portas e o Nogueira e um adeus p'ra vida inteira.»

«(cartaz transportado por anónimo nas ruas do Porto - «Especial Presidenciais», Canal 1, 14.01.96)

«É a ele (Cavaco Silva) que cabe decidir o seu futuro. Não é a mim.»

«(Fernando Nogueira - «Especial Presidenciais», TVI, 14.01.96)

«(...) decidi não me recandidatar à liderança do PSD (...) é a minha convicção que chegou a hora de sair. Por isso saio.»

«(Fernando Nogueira, em conferência de imprensa - «Telejornal/Canal 1», 16.01.96)

«Eu só tenho um conselho a dar aos muitos militantes (do PSD) que tenho ouvido nestas últimas 48 horas: é que se cale!»

«(Luís Filipe Menezes - «Noticiários/Antena 1», 17.01.96)

«Se me disserem: vamos trabalhar (chame-se AD, chame-se aquilo que quiserem) para unir a Direita e o Centro em Portugal e vamos trabalhar com o PP, não numa perspectiva de esmagamento, mas numa perspectiva de reconstrução nacional (...) eu para isso estou disponível.»

«(Manuel Monteiro - «Crossfire/SIC», 16.01.96)

«Peço perdão a todos os que em mim confiaram. (...) Espero que me deem mais uma oportunidade.»

«(idem)

«A Liberdade é a melhor vingança»

«(cartaz transportado por anónimo nas ruas do Porto - «Especial Presidenciais», Canal 1, 14.01.96)

«Podem contar comigo, todos.»

«(Jorge Sampaio, PR eleito - «Especial Presidenciais», Canal 1, 14.01.96)



4º Encontro Distrital de Setúbal da JCP

sob o lema

«Romper a Indiferença, Lutar por Ideais»

Domingo, 21, a partir das 10h30
Clube Recreativo da Cruz de Pau (Seixal)
com a participação do camarada

Álvaro Cunhal



ENCONTRO DE QUADROS DO ALENTEJO DO PCP

Santiago do Cacém - Pavilhão da Feira e Exposições

Sábado, 20, a partir das 10h30

com a participação dos camaradas

José Soeiro, Luís Sá, Blanqui Teixeira e
CARLOS CARVALHAS

que intervirá na sessão de encerramento, às 17h30

Plenários de militantes

• ALMADA

Plenário da célula da Lisnave para análise da situação na empresa e perspectivas de actuação: hoje, quinta-feira, às 17h, no Centro de Trabalho concelhio.

• CASCAIS

Plenário dos militantes da Alcatel sobre a situação social e reactivação da Comissão de Trabalhadores da empresa: hoje, quinta-feira, às 17h30, no CT de Cascais.

• LISBOA

Plenário de militantes da Zona Centro de Lisboa (Bairro Alto, Bica, Alfama, Castelo, Mouraria, Baixa, Avenida): sábado, dia 20, às 15h30, no CT Vitória, com a participação do camarada Arménio Carlos.

Plenário de militantes da freguesia de Benfica, com a participação do camarada Luís Fernandes: sábado, dia 20, às 15h, no CT de Benfica.

• SINTRA

Plenário de militantes da freguesia de Terrugem: sexta-feira, 19, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

• VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes de A-dos-Loucos, para discussão da situação política decorrente das eleições presidenciais: sexta-feira, 19, às 21.30, no CT de A-dos-Loucos.

Plenário de militantes da freguesia de Vila Franca de Xira com idêntica Ordem de Trabalhos: sábado, às 16h, no CT de Vila Franca.

QUELUZ

Ciclo de colóquios
integrado no

75.º Aniversário do PCP

1. INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Moderador: Joaquim Miranda, deputado do PE
No CT do PCP, dia 26, às 21h

QUELUZ

Visita CDU à freguesia

No próximo sábado, a partir das 10 horas, eleitos CDU nos órgãos da Freguesia, na Câmara e Assembleia Municipal e outros activistas participam numa visita de trabalho, aberta a todos os interessados, a alguns locais da freguesia, segundo itinerário a propor pouco antes do início da visita no CT local do PCP, R. Pedro Andrade Caminha, 6-A.

Novo Centro de Trabalho Regional em FARO

R. de Portugal, 44 (junto ao Teatro Lethes)

Inauguração:

Domingo, 21, às 12h

com a participação de

Carlos Carvalhas

segundo-se

almoço-volante e tarde de convívio

SAMORA CORREIA

4ª Assembleia da Organização

Sábado, 20, às 21h, no CT de Samora Correia

com a participação do camarada

Octávio Teixeira

Debate em AVEIRO

“Portugueses na Bósnia”

Promovido pela DORAV e Com. Concelhia de Aveiro
com a participação de João Amaral

Sexta-feira, dia 19, às 21h30,

no Centro de Cultura e Congressos

(ex-Fábrica Campos)

ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA

Núcleo de Setúbal

Aniversário da Revolução Cubana

Almoço comemorativo na Cooperativa do Faralhão "Benvida a Liberdade" com a participação de Gen. Vasco Gonçalves Alm. Rosa Coutinho Miguel Urbano Rodrigues Dir. Nac. da Assoc. de Amizade e Embaixador da República de Cuba Animação cultural com Helena Guerra e Grupo Musical Cubano

Inscrições: tels. (065) 7936834 ou (065) 522478

TEATRO

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AQUI!**, de Michael Frayn, encenação de Alfredo Brissos

ESTRELA 60

Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **MÃO CHEIA DE NADA**, de Irene Lisboa, encenação de João Brites.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O ENSAIO**, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **AMAR LISBOA** (revista à portuguesa)

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **SPLENDID'S**, de Jean Genet, encenação de Luís Miguel Cintra.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17h. **PARABENS A VOCÊ**, texto e encenação de Helder Costa, por A Barraca; De 5ª a sáb. às 23h. **MARLY - A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queirós Teles, encenação e interpretação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **UMA LIÇÃO DE ALOÉS**, de Athol Fugard, encenação de José Peixoto (*Estreia hoje, quinta-feira*)

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00. **SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA**, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu. - Sábados, domingos e feriados, às 16.00: **ALIBABA E OS QUARENTA LADROES**, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. Dias 4, 5, 6 e 11, 12, 13. **GUERREIRO**, de João Garcia Miguel, pelo Grupo O Olho.

TEATRO MUNICIPAL SA DE MIRANDA

Viana do Castelo, R. Sá de Miranda. Tel. 823259. De 3ª a sáb. às 21.30. **A ILUSTRE CASA DE RAMIRES**, de António Torrado, inspirado no romance de Eça de Queirós, encenação de Jorge Castro Guedes, pelo Teatro do Nordeste (*Estreia sexta-feira, dia 5*)

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. A 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. **UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS**, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O CAMINHO PARA MECA**, de Athol Fugard, encenação de João Lourenço.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 4ª a sáb. às 19.15. **CHUVA**, adaptação de um texto de Somerset Maugham, encenação de Carlos Piecho

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	■														
2		■													
3			■												
4				■											
5					■										
6						■									
7							■								
8								■							
9									■						
10										■					
11											■				
12												■			
13													■		

HORIZONTAIS: 1 - Cidade algarvia; tábuas. 2 - Nome de Mulher; pequena embarcação. 3 - Existe; pref. neg.; com saúde; plantio de oliveiras. 4 - Prep.; invocação; encoraja. 5 - Círio; agita; base aérea (pl.). 6 - Começo da Europa; Bário (s.q.); exala-se; atmosfera. 7 - Opinião pública; ave de rapina diurna; 8 - Citada; art. árabe; imediatamente. 9 - A mim; sobrecarregava; aplicar. 10 - Nome de letra; anuira; amarre; 11 - Caule; rio europeu (invertido); Sódio (s.q.); nesse lugar. 12 - Atasca; estás; dança popular. 13 - Peixes muito vorazes semelhantes às enguias; seguros com os dentes.

VERTICAIS: 1 - Cidade transmontana; causam a morte a. 2 - Ímpio; ribeiro. 3 - Campeão; art. espanhol; devoção; impulso. 4 - Apresenta-se; agasalho; interj. ouvida nas touradas. 5 - Soror; aprazível; nesse lugar. 6 - Rádio (s.q.); forma redutiva de rapaz; palmeira de cujo fruto se extrai o catechu. 7 - Vedação de ramos; nome de mulher no plural. 8 - Infortúnios públicos. 9 - Basta; panela; pássaros. 10 - Anel; mulher muito pequena; brisa; sexto. 11 - Fosso extenso; morção da carne de porco; azul. 12 - Ovelhum; remoinho de água; altar. 13 - Labitat (pop.); Deus dos rebanhos; nesse lugar. 14 - Cordão para guarnecer o vestuário; nada, (ant.). 15 - Salvas de metal; sova.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Épico; ervanário. 2 - Rama; uma; rimar. 3 - Ozone; ais; Cós; 4 - Liam; aotos; Cs.. 5 - Sal; oc; mês; meã. 6 - Tem; orai; fá. 7 - Ir; transmontano; 8 - Oya; Orão; Zê. 9 - Oca; al; era; luz. 10 - Além; âmago; mi. 11 - Adros; ola; ara. 12 - Note; ato; appear. 13 - Ocaso; arameiros.

VERTICAIS: 1 - Eros; tio; fano. 2 - Paz; servo; doc. 3 - Imolam; acarta; 4 - Canil; aloes. 5 - Ea; oro; es. 6 - Moraram. 7 - Ema; casal; Ota. 8 - Raia; imo; alor. 9 - Som; Ema. 10 - Ar; temura; a.m.. 11 - Nicos; ágape. 12 - Amos; faz; orei. 13 - Rás; Manel; Aar; 14 Ir; Ce.; um; ró. 15 - Usam; azia.

XADREZ

DXLV - 18 DE JANEIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996X003

Por: SAMUEL LOYD [SAM LOYD] American Chess Nuts, 1868

Pr.: [5]: Ps. b2, b3-Bb1-Ta4-Ra1
Br.: [5]: Ph3-Ts5, é1-Dg1-Rh1

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1996X004
Por: JINDRICH FRITZ Revista Romina de Sah, 1939

Pr.: [3]: Cç7-Bç8-Rh7
Br.: [3]: Pb2-Ta2-Rf7

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLV

Nº 1996X003 [S. L.]: 1. Dg8!, Ta6; 2. Dg6...
Se: 1...., Ta7/Ta5; 2. Dh7/Dg6... #
Nº 1996X004 [J.F.]: 1. Ta1!, Bb7; 2. Ta7, Cb5; 3. T:b7!, Cd6+; 4. R67, C:b7; 5. b4 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DXLV - 18 DE JANEIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996D003

Por: HENRI CHILAND França, 1968

Pr.: [4]: 28-31-35-(47)
Br.: [5]: 39-40-43-(44)-48

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1996D004
GOLPE Nº 154
Por: Dr. Orlando Augusto Lopes Lisboa, 1955

Fonte: Enciclopédia Damista, Fafe
1. 12-15, 21-18; 2. 10-14, 25-21; 3. 5-10, 23-19; 4. 14-23, 28-12; 5. 8-15, 21-27; 6. 10-14, 18-13; 7. 9-18, 22-13; 8. 14-19, 32-28; 9. 1-5, 27-22; 10. 5-10, 30-27; 11. 11-14, 27-23 Diagrama
(Pr. [9]: 13-17-22-23-24-26-28-29-31; Br. [9]: 2-3-4-6-7-10-14-15-19 Br. +)

8									
7									
6									
5									
4									
3									
2									
1									
	A	B	C	D	E	F	G	H	

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLV

Nº 1996D003 [H. Ch.]: 1. 44-50!, (35X33); 2. 43-38, (33X42); 3. 50X36+
Nº 1996D004 [Dr. O.A.L.]: 12. 14-18!, 23:5; 13. 18-27, 31:22; 14. 2:27+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 18

As Vozes da Ira

«Talk Radio» (EUA/1988). Real.: Oliver Stone. Int.: Eric Bogosian, Alec Baldwin, Ellen Greene, Leslie Hope, John C. McGinley. Cor, 103 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

Lua Negra

«Black Moon» (Fr./1975). Real.: Louis Malle. Int.: Cathryn Harrison, Thérèse Giehse, Alexandra Stewart, Joe Dallesandro. Cor, 96 min. Ver Destaque. (22.50, TV2)

O Candidato

«The Candidate» (EUA/1972). Real.: Michael Ritchie. Int.: Robert Redford, Peter Boyle, Don Porter, Allen Garfield, Karen Carlson, Melvyn Douglas. Cor, 106 min. Ver Destaque. (23.50, Canal 1)

SEXTA, 19

Rapa Nui, O Centro do Mundo

«Rapa Nui» (EUA/1993). Real.: Kevin Reynolds. Int.: Jason Scott Lee, Esai Morales, Sandrine Holt, Zac Wallace, George Henare. Cor, 102 min. Aventuras. (22.00, TVI)

Schpountz... O Anjinho

«Le Schpountz» (Fr./1937). Real.: Marcel Pagnol. Int.: Fernandel, Orane Demazis, Fernand Charpin, Léon Belières, Robert Cattier, Odette Roger. P/B, 154 min. Comédia Dramática. (00.00, TV2)

Anjos em Queda

«Descending Angel» (EUA/1990). Real.: Jeremy Kagan. Int.: George C. Scott, Diane Lane, Eric Roberts, Jene Rubes, Mark Margolis. Cor, 100 min. Telefilme / «Thriller». (00.35, Canal 1)

Um Amor Impossível

«Angela» (Can./1977). Real.: Boris Sagal. Int.: Sophia Loren, Steve Railsback, John Huston, John Vernon, Michelle Rossignol. Cor, 87 min. Drama. (01.00, TVI)

Morri Mil Vezes

«I Died A Thousand Times» (EUA/1955). Real.: Stuart Heisler. Int.: Jack Palance, Shelley Winters, Lori Nelson, Lee Marvin, Lon Chaney, Jr. Cor, 105 min. Policial. (02.15, Canal 1)

SÁBADO, 20

A Arma Secreta

«The Incredible Mr. Limpet» (EUA/1963). Real.: Arthur Lubin. Int.: Don Knotts, Carole Cook, Jack Weston, Andrew Duggan, Larry Keating. Cor, 89 min. Fantasia / Animação. (16.35, Canal 1)

A Armadilha do Diamante

«The Diamond Trap» (EUA/1988). Real.: Don Taylor. Int.: Howard Hesseman, Brooke Shields, Daren McGavin, Ed Marinaro, Twiggy. Cor, 93 min. Telefilme Policial. (17.30, TVI)

Zeppelin

«Zeppelin» (Gr.Br./1971). Real.: Étienne Périer. Int.: Michael York, Elke Sommer, Peter Carsten, Marius Goring, Anton Diffring, Andrew Keir. Cor, 97 min. Ver Destaque. (19.00, TV2)

Reféns do Imperador

«Guest of the Emperor» (EUA/1992). Real.: Anthony Page. Int.: Gena Rowlands, Annabeth Gish, Chloe Webb, Phylli Logan, Gail Strickland. Cor, 98 min. Drama / Guerra. (20.10, TVI)

Chamada Para a Morte

«Dial M For Murders» (EUA/1954). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Ray Milland, Grace Kelly, Robert Cummings, John William, Anthony Dawson. Cor, 101 min. Ver Destaque. (00.45, TV2)

Sangue na Arena

«The Brave Bulls» (EUA/1951). Real.: Robert Rossen. Int.: Mel Ferrer, Anthony Quinn, Miroslava, Eugene Iglesias. P/B, 103 min. Ver Destaque. (01.05, TVI)

Um Feitiço de Morte

«Cast a Deadly Spell» (EUA/1992). Real.: Martin Campbell. Int.: Fred Ward, Julianne Moore, Clancy Brown, David Warner. Cor, 92 min. Telefilme Policial. (01.30, Canal 1)

Escola de Verão

«Summer School» (EUA/1987). Real.: Carl Reiner. Int.: Mark Harmon, Kirstie Alley, Robin Thomas, Dean Cameron, Gary Riley. Cor, 90 min. Comédia. (01.35, SIC)

A Prostituta

«Whore» (EUA/1991). Real.: Ken Russell. Int.: Theresa Russell, Benjamin Mouton, Antonio Fargas, Sanjay, Elizabeth Morehead. Cor, 83 min. Drama. (03.05, Canal 1)

DOMINGO, 21

Rei Sem Coroa

«His Majesty O'Keefe» (EUA/1953). Real.: Bryon Haskin. Int.: Burt Lancaster, Joan Rice, Andre Morell, Abraham Sofaer, Archie Savage. Cor, 86 min. Aventuras. (17.45, TVI)

007, Ordem Para Matar

«From Russia With Love» (Gr.Br./1963). Real.: Terence Young. Int.: Sean Connery, Daniela Bianchi, Lotte Lenya, Robert Shaw, Pedro Armendariz. Ver Destaque. (18.00, SIC)

Fumos de Ambição

«Bright Leaf» (EUA/1950). Real.: Michael Curtiz. Int.: Gary Cooper, Lauren Bacall, Patricia Neal, Donald Crisp, Jack Carson, Clady George. P/B, 106 min. Ver Destaque. (19.25, TV2)

A Casa Suspeita

«The House on Carroll Street» (EUA/1988). Real.: Peter Yates. Int.: Kelly McGillis, Jeff Daniels, Mandy Patinkin, Christopher Rhode. Cor, 96 min. Ver Destaque. (22.50, SIC)

Conspiração

«The Plot Against Harry» (EUA/1969). Real.: Michael Roemer. Int.: Martin Priest, Ben Lang, Maxine Woods, Henry Nemo, Jacques Taylor. P/B, 77 min. Ver Destaque. (00.30, TV2)

SEGUNDA, 22

Crime no Paraíso

«Murder in Paradise» (EUA/1990). Real.: Fred Walton. Int.: Kevin Kilner, Barbara Carrera, Maggie Han, John Pleshette, James Pax. Cor, 91 min. Telefilme Policial. (22.00, TVI)

Máquinas de Guerra

«Universal Soldier» (EUA/1992). Real.: Roland Emmerich. Int.: Jean-Claude Van Damme, Dolph Lundgren, Ally Walker, Ed O'Ross, Jerry Orbach. Cor, 100 min. Acção. (22.50, SIC)

Noites do Crime

(EUA/1989). Real.: William Webb. Int.: Robert Forster, Duncan Regehr, Shanna Reed, Jeff Conaway. Cor. (00.45, Canal 1)

TERÇA, 23

Há Dias de Sorte

«Lucky Day» (

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 18

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
18.00 Pantanal

Sexta, 19

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.00 Pantanal

Sábado, 20

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.15 Jornal Jovem
14.45 Polícias do Futuro
15.25 Uma História Amarga
16.35 A Arma Secreta
(ver «Filmes na TV»)
18.15 Pantanal
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telegol
20.45 Futebol: Benfica-Tirsense
22.45 Parabéns
00.55 24 Horas

Domingo, 21

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
14.10 86-60-86
14.50 A Lei de Burke
16.35 Chefe, mas Pouco
17.05 Malta Gira
18.20 Robocop
19.05 Casa Cheia
20.00 Telegol
20.45 Futebol: Boavista-Sporting
22.45 Marco Paulo com Música no Coração
23.50 O Renegado
00.35 24 Horas
01.10 Paixões
02.00 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Histórias de Cá e Lá
11.50 Regiões
12.50 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Jornada Desportiva
19.00 O Homem e a Cidade
19.25 Fumos de Ambição
(ver «Filmes na TV»)
21.10 Os Mistérios da Bíblia
22.00 TV2 Jornal
22.35 Os Malucos do Ar
23.00 Domingo Desportivo
00.30 Conspiração contra Harry
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buérré
13.00 Vida Selvagem
14.00 Internacional Sic
14.30 Dupla Traição
15.30 As Aventuras de Bruce Lee
16.00 O Guarda-Costas
17.00 Walker, o Ranger do Texas
18.00 007, Ordem para Matar
(ver «Filmes na TV»)
20.00 Os Imigrantes
20.45 História de Amor
21.45 Chuva de Estrelas
22.50 Casa Suspeita
(ver «Filmes na TV»)

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.00 O 8º Dia
12.00 Missa
13.30 Portugal Português

Segunda, 22

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telegol
20.45 Roseira Brava
21.45 Noite de Reis
23.15 Série Dramática
00.15 24 Horas
00.30 Remate
00.45 Noites do Crime
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.20 As Grandes Batalhas da 2ª Guerra Mundial
20.15 Condorcut
21.00 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - Beat Special V

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Máquinas de Guerra
(ver «Filmes na TV»)
01.05 Último Jornal
01.20 Flash Back

TVI

10.00 Novos Ventos
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiceiro
21.45 Fora de Jogo
22.00 Crime no Paraíso
(ver «Filmes na TV»)
23.45 TVI Jornal + Primeira Fila
00.50 Portugal Português

Terça, 23

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telegol
20.45 Roseira Brava
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.15 A Fábrica das Loucuras
(ver «Filmes na TV»)
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 O Espantalho
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.40 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Terra X
20.00 Programa Discovery
21.15 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Ópera: "Rusland and Lyudmila"
00.45 A Par e Passo

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.30 Camilo & Filhos, Lda.
21.00 Explode Coração
21.50 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 No Fim do Mundo

TVI

10.00 Animais em Acção
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 O Justiceiro
21.45 Fora de Jogo
22.00 Há Dias de Sorte
(ver «Filmes na TV»)
23.55 TVI Jornal
00.25 Jornal de Negócios
01.00 Rua Jump, 21

Quarta, 24

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Táxi
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telegol
20.45 Roseira Brava
21.30 Nico d' Obra
22.15 Prova Oral
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.25 O Supermágico
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Longa Metragem

TV 2

16.30 Rua Sésamo
17.00 Um, Dó, Li, Tá
18.00 Desafios
18.35 Desporto - Andebol
20.15 Irei para Longe
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Mundo de Audubon
23.45 Marginalidades

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 Explode Coração
22.25 Casos de Polícia
23.30 Minas e Armadilhas
00.45 Último Jornal
01.00 Toda a Verdade

TVI

10.00 O 8º Dia
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
18.35 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiceiro
21.45 Fora de Jogo
22.00 Os Troféus da Moda
23.50 TVI Jornal
00.20 Jornal do Mundo
00.50 Rua Jump, 21



A última parte de uma série notável sobre os 100 anos do cinema europeu: amanhã na TV2

19.30 Golo!
20.00 Telegol
20.50 Roseira Brava
21.40 Tudo pelos Outros
22.30 Murphy Brown
23.00 24 Horas
23.30 Remate
23.50 O Candidato
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

15.30 Desporto - Ténis
16.35 Rua Sésamo
17.05 Um, Dó, Li, Tá
18.05 Batman
18.35 Noite da Raposa
19.50 Dinheiro em Caixa
20.15 Desporto - Basquetebol
21.05 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Lua Negra
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ver Artes

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.20 A Próxima Vítima + Explode Coração
22.30 Surprise Show
23.30 A Noite da Má Língua
00.45 Último Jornal
01.00 No Fim do Mundo

TVI

10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.00 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiceiro
22.00 As Vozes da Ira
(ver «Filmes na TV»)
23.55 TVI Jornal
00.25 Rua Jump, 21

19.30 Golo!
20.00 Telegol
20.50 Roseira Brava
21.40 Isto É Agildo
22.35 Quem É o Que?
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 Anjos em Queda
(ver «Filmes na TV»)
02.15 Morri Mil Vezes
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Desporto - Ténis
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Artes em Imagens
19.10 Artes e Letras: «Cinema Europe: The Other Hollywood» (VI)
20.25 Irmãs
21.15 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual - Reportagem
24.00 Schpountz... O Anjinho
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buérré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima + Explode Coração
22.45 Parque Mayer
24.00 Os Donos da Bola
01.20 Último Jornal
01.35 Playboy

TVI

10.00 Caixa de Perguntas
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
18.30 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Babylon 5
21.45 Fora de Jogo
22.00 Rapa-Nui, o Centro do Mundo
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Grande Plano
00.25 TVI Jornal
01.00 Ângela, o Amor Impossível
(ver «Filmes na TV»)

01.30 Um Fetiche de Morte
(ver «Filmes na TV»)
03.05 A Prostituta (ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Jornada Desportiva
19.00 Zeppelin (ver «Filmes na TV»)
20.50 Trio de Quatro
22.00 TV2 Jornal
22.35 Concerto: «Pedro Burmester e Mário Laginha»
23.30 Remate
23.45 Jogo Falado
00.15 Tribunal de Polícia



A música de Glinka para o libreto inspirado num poema de Pushkine, o Ballet e a Ópera de Kirov com os seus fabulosos cantores (entre os quais Galina Gorchakova) e uma encenação brilhante fazem de «Ruslan e Lyudmila» o espectáculo obrigatório da próxima terça-feira na TV2

00.45 Chamada para a Morte
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buérré
12.30 Portugal Radical
13.00 National Geographic
14.00 Top Sic
15.30 Dra. Quinn
16.30 Cosby Show
17.00 Luna Parque
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
01.20 Último Jornal
01.35 Escola de Verão
(ver «Filmes na TV»)

TVI

10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 A Hora do Recreio
16.00 A Grande Aposta
17.30 A Armadilha do Diamante
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegol
20.10 Reféns do Imperador
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
01.05 Sangue na Arena
(ver «Filmes na TV»)

15.00 Jornal do País
15.40 Olhá Popular
17.45 Rei Sem Coroa
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telegol
20.00 Jogo do Ganso
22.50 Últimas Notícias
23.05 Irmãos de Sangue



«Murphy Brown» agora em horário decente: às 22.30 no Canal 1, hoje

Por isto e por aquilo...

As Vozes da Ira (Quinta, 22.00, TVI)

Este filme já foi transmitido nas nossas televisões, pelo menos, em quatro ocasiões anteriores, com primazia para a TVI que já nele insiste pela terceira vez. Não pode, portanto, ser muito diferente a opinião (porventura drástica ou polémica) já aqui manifestada sobre esta obra de Oliver Stone. Adiante-se, assim, mais uma vez, a ideia de que *As Vozes da Ira* é um filme simultaneamente repelente e fascinante, porque contraditório na sua mensagem por vezes altamente reaccionária e também porque realizado com mão firme e engenhosa e interpretado com incedível brilho por Eric Bogosian, autor da peça de que foi extraído o argumento, uma história que tem como pano de fundo as contradições entre a complexa vida privada de um apresentador de *talkshows* e a arrogância e auto-suficiência da sua postura radiofónica face aos ouvintes...

Lua Negra (Quinta, 22.50, TV2)

«Este filme não se dirige ao vosso sentido de lógica. Descreve-vos um outro mundo a um tempo familiar e diferente, como são os vossos sonhos. Entrai nesse mundo, com a vossa emoção e os vossos sentidos. Deixai-vos levar. É uma viagem, aquilo que vos proponho.» Estas boas palavras e intenções, escritas por Louis Malle, o realizador desta obra, à época da sua estreia não têm ao que se diz inteira correspondência com o resultado final daquele que é um dos mais irregulares filmes do cineasta, aqui contando-nos uma história que, partindo de uma imaginária e encarnizada guerra civil que opõe os homens às mulheres, se aventura pelo mundo do sonho e da fantasia.

O Candidato (Quinta, 23.50, Canal 1)

Aproveitando-se das facilidades que lhe são proporcionadas pelo facto de o seu pai ter sido governador do Estado da Califórnia, *Bill McKay* propõe-se



Uma cena de «Chamada Para a Morte», de Alfred Hitchcock, com Ray Milland, Robert Cummings, Grace Kelly e John Williams

conquistar um lugar no Senado dos EUA. Uma história linearmente simples e típica de um *cinema liberal* americano habitualmente preocupado com a denúncia, por vezes até satírica e feroz, das vicissitudes e da corrupção de um «sistema» - que, entretanto, nos é contada de uma forma cinematográfica escurra e eficaz, com uma boa interpretação de Robert Redford, bem adequado ao desempenho da personagem de um «inocente idealista».

Zeppelin (Sábado, 19.00, TV 2)

Esta mescla de *melodrama* e *aventura* que se desenrola em plena I Guerra Mundial, bem como a escolha do elenco com um Michael York sempre à vontade em personagens de mais ou menos sublinhado «toque germânico», funciona às mil maravilhas para nos dar a cinematização de uma história em que um aviador britânico de origem alemã se divide entre o cumprimento do dever e o apego às suas origens.

Chamada Para a Morte (Sábado, 00.45, TV 2)

Um célebre *thriller* de Hitchcock, inicialmente pensado para ser projectado em três dimensões - e, daí, alguns efeitos de visualização e planificação perderem, a duas dimensões, algum do seu sentido inicial - mas que, ao contar-nos o episódio da vingança de um marido enganado sobre a sua mulher, através do braço assassino de um antigo companheiro previamente submetido à chantagem, resulta num verdadeiro espectáculo de *suspense*, como é todo o desenrolar da sequência da tentativa de assassinato ou a descoberta das contradições relativas à chave do apartamento. Como sempre, a não perder.

Sangue na Arena

(Sábado, 01.05, TVI)

Mais um interessante filme de Robert Rossen neste ciclo que Lauro António lhe está dedicando na TVI. Um pouco na mesma linha de *Corpo e Alma* - por si também realizado em 1947 (mas passado no mundo do boxe) - *Sangue na Arena* foca igualmente o problema da dignidade face ao poder de atracção do dinheiro e à necessidade de reconhecimento social. Tocado pelo



Ellen Greene, Eric Bogosian e Alec Baldwin, intérpretes principais de «As Vozes da Ira», um filme de Oliver Stone

medo, Luis Bello, um matador de toiros mexicano, torna-se um toureiro frassado que, entretanto, aceita participar com um seu irmão numa corrida numa terra da província e acaba por vingar a morte daquele na destemida estocada final. Uma boa realização, apenas manchada (como é típico, mesmo no melhor cinema americano) por uma visão demasiado exótica e folclórica de certos aspectos de uma realidade que não se conhece.

007, Ordem Para Matar

(Domingo, 18.00, SIC)

Trata-se do segundo filme da série *James Bond* realizado por Terence Young e com Sean Connery no protagonista. Dizer-se que



Daniela Bianchi e Sean Connery, em «007 - Ordem Para Matar», de Terence Young

foi, seguramente, um dos melhores, não significa mais do que reconhecer que ele está habilmente executado, com todos os previsíveis *clichés* e ingredientes do «género» a funcionar às maravilhas - entre os quais se destaca uma longa e eficaz sequência de pancadaria e perseguição num comboio. Desta vez, o agente secreto de Sua Majestade envolve-se em aventuras com espões vindos do frio moscovita! E, neste aspecto, além dos habituais *charme* e desenvoltura de Connery, a insólita curiosidade vai para Lotte Lenya (viúva de Kurt Weil) na pele de uma espia...

Fumos de Ambição (Domingo, 19.25, TV 2)

Regressado à cidade de Klingsmont, de onde fora anos atrás escorçado pelo «rei do tabaco» Singleton (por ter cortejado a sua filha Margaret), Brant Royle vinga-se, levando o magnata à falência porque passou a servir-se de uma



Martin Priest e Ben Lang, numa cena do filme «Conspiração contra Harry», um excelente filme de Michael Roemer, em estrela televisiva na TV 2

maquinaria revolucionária. Para salvar o pai da completa desgraça, Margaret acede a casar com Brant mas o velho acaba por suicidar-se e, como vingança, Margaret provoca a queda do marido na bancarrota. Mas este também se vinga por sua vez na pessoa da mulher, lançando depois fogo à exploração e partindo para sempre... Assim contado, o filme não parece mais do que um tenebroso *melodrama*! Mas o brilhantismo da encenação de Michael Curtiz e as excelentes interpretações de Gary Cooper e Patricia Neal são capazes de tudo superar.

A Casa Suspeita

(Domingo, 22.50, SIC)

Durante o processo da «caça às bruxas» - esse período negro do pós-guerra nos EUA - *Emily Crane*, uma jornalista da *Life*, é atirada para o desemprego, passando a ser perseguida por agentes do FBI. Conse-

guindo, entretanto, subsistir como acompanhante de uma senhora idosa, *Emily* descobre por acaso uma rede clandestina que se ocupava em fazer entrar ilegalmente criminosos de guerra em território americano, acabando por seu ajudada nas suas investigações por um dos agentes que a vigiava. Mas, após a prisão dos nazis, este é obrigado a calar-se... Encenada com a habitual desenvoltura por Peter Yates, mas rejeitando os *tiques* industriais a que a inflação de *thrillers* nos habituou no cinema dos anos 80, esta história de fortes conotações políticas desenrola-se em meio de uma brilhante recriação dos anos 50, embora as referências apontem que, em termos de criação de *suspense*, o filme falha onde precisamente Hitchcock era mestre... Não se pode ter tudo!

Conspiração Contra Harry

(Domingo, 00.30, TV 2)

Rodado precisamente no ano em que Woody Allen dava os primeiros passos na realização cinematográfica (1969), *Conspiração Contra Harry* é

uma sátira mordaz que nos dá a ver o percurso de um velho *gangster* a partir do momento em que, libertado da prisão, retorna ao mundo do crime. A referência a Woody Allen não é, entretanto, descabida já que tem sido referido que, sendo o nosso *gangster* de origem judaica, também a história em que está envolvido de algum modo reflecte a ironia tão habitual naquele cineasta, bem como um semelhante espírito de auto-observação de um importante sector da sociedade nova-iorquina - embora libertado de qualquer toque «neurótico». Mas uma outra diferença essencial reside no orçamento extremamente reduzido em que esta obra se apoiou e também, sobretudo, no facto de o filme apenas ter sido «descoberto» vinte anos mais tarde, em 1989, no Festival de Cannes desse ano, sendo então distinguido com os maiores elogios da crítica e saindo finalmente da «poeira» do esquecimento para a distribuição comercial. Um filme realizado por Michael Roemer um destacado professor de cinema da Universidade de Yale e um reputado (embora não muito badalado) realizador de documentários e de outras produções de ficção, designadamente para a televisão pública norte americana. Uma curiosidade.

O Espantinho (Terça, 00.50, Canal 1)

Dois homens conhecem-se, por acaso, quando pedem boleia à beira de uma auto-estrada. Um deles acabara de sair de uma pena de seis anos de prisão. O outro estivera cinco anos alistado na Marinha para escapar às responsabilidades da paternidade de um filho. No meio das aventuras e desventuras que vivem nas suas deambulações de cidade em cidade, ambos sonham um futuro diferente: o primeiro em ser proprietário de uma bomba de gasolina, o segundo em conhecer finalmente o seu filho. Este «filme de estrada», admiravelmente realizado por Jerzy Schatzberg e interpretado por Gene Hackman e Al Pacino, debruça-se sobre duas «solidões» que se encontram e que tentam reconfortar-se mas, ao contrário da temática clássica de tantos outros filmes do género realizados nos anos 70, não estamos aqui em presença da recusa de uma dada sociedade mas sim perante os esforços de dois homens para a integração nessa sociedade, que temporariamente haviam abandonado.

A SIC goleada

■ Correia da Fonseca

De todas as imagens que as três estações portuguesas de TV nos trouxeram ao longo da cobertura que fizeram das presidenciais 96, a que me pareceu mais significativa, porventura mais importante e também mais bem conseguida, foi a do dr. Durão Barroso quando, já conhecida a derrota de Cavaco e até divulgada a informação de que o resultado final podia ser-lhe devastador, foi surpreendido num piscar-de-olho gaitero, indiscutivelmente bem disposto, dirigido a alguém que a câmara não enquadrava. Depressa o dr. Durão se recompôs e compôs, ao aperceber-se de que estava «no ar», mas já o momento ficara registado, fora transmitido para o eleitorado inteiro. Eu, por mim, se fosse à SIC, guardava cuidadosamente aquele pedacinho de reportagem. Pode ser muito esclarecedor a médio, se não a curto prazo.

Isto porque, como bem se compreende, sou dos que pensam que o dr. Barroso vai passar à ofensiva um dia destes e tentar arrebatá-lo ao dr. Nogueira a herança do politicamente defunto dr. Cavaco. Não só ele, é certo: também, provavelmente, o dr.

infelicidades e fragorosos falhanços que é caso para suspeitar de praga lançada contra a estação da dupla Balsemão/Rangel, se não de castigo dos céus pelas muitas e reiteradas maldades que a SIC se permitiu durante as campanhas e pré-campanha eleitorais. E, contudo, ao iniciar-se a emissão tudo prometia ir correr bem, até melhor do que seria de esperar. Ao contrário do que quase todos aguardavam, a SIC não avançara por volta das 18 e 30 com a previsão de resultados com que ameaçara a legalidade, e assim desferia o notável golpe duplo de manter a audiência em expectativa, batendo a concorrência, e contudo não infringir a lei, o que tendia a reforçar-lhe a credibilidade e a dourar-lhe a imagem desgastada. Era hábil, eficaz e, pasme-se!, relativamente honesto. Ceddo, porém, o vozeirão de Carneiro Jacinto, aparentemente mais fadado para os papéis de baixo em espectáculos de ópera que para primeira figura de telejornalismo, veio destruir-nos as ilusões: segundo ele, que devia estar optimamente informado, o inteligente comportamento da SIC havia sido adoptado contra vontade, sob pressões diversas entre

longe, a mais errada. A SIC enganara-se, e muito, o País fora por ela involuntariamente enganado, muitas argutas considerações assentes nos números avançados revelavam-se inadequadas, construídas sobre aquela areia movediça. Segundo golo sofrido.

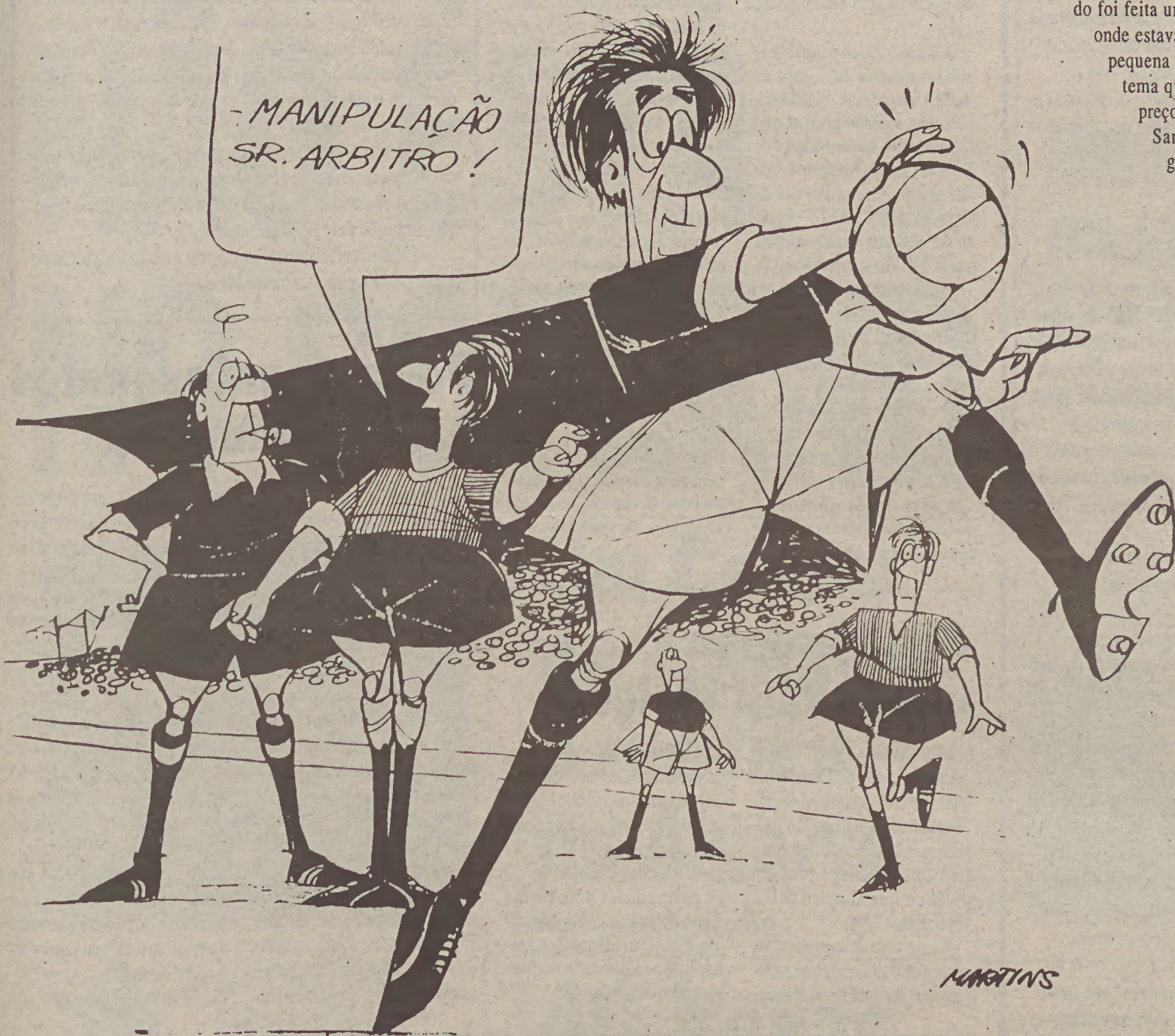
Erros seus, má-fortuna, sectarismo

Ao longo da noite, a conversa foi-se arrastando sem nenhum interesse especial. Naquilo que parecia ser a mesa de honra sentavam-se Santana Lopes, António Barreto, Proença de Carvalho e Fernando Rosas, isto é, não estava ninguém da área do PCP. Também no estúdio, Luís de Sá havia sido arrumado numa espécie de banco de suplentes que para ali estava. O interrogatório, para ele sempre especialmente apertado e agreste, não seria confiado ao correcto profissionalismo de José Alberto de Carvalho mas sim à dupla Marante/Sousa Tavares, batidíssima na agressividade anticomunista que é o principal ornamento do seu currículo. E estavam as coisas assim quando foi feita uma ligação à Soeiro Pereira Gomes, onde estava uma repórter da SIC. Mais tarde a pequena reapareceria, e iria repetir o mesmo tema que parecia fasciná-la: «Qual foi o preço que o PCP cobrou pelo apoio a Jorge Sampaio?»; «A sua desistência» (dirigindo-se a Jerónimo de Sousa) «teve algum preço?». A pequena parecia obcecada pelo confessado fascínio de Margarida Marante perante as leis do mercado, mas batera à porta errada e fazia pública exibição de uma estreiteza que inevitavelmente recaía sobre a própria SIC, já de cadastro tão pesado. Excesso de zelo ou inabilidade, de qualquer modo azar. O infortúnio marcava terceiro golo contra a SIC.

Lá mais para o fim da noite, já Cavaco viera exhibir o seu devastado sorriso amarelo, veio finalmente Sampaio, presidente eleito, falar aos portugueses a partir de uma sala do Hotel Altis. Lá dentro, desde o princípio da declaração, estavam as câmaras e os microfones da RTP e da TVI. Cá fora, na rua, parecia que inexplicavelmente, estavam a SIC e os telespectadores que tinham caído na asneira de a sintonizar. Mais tarde veio a saber-se que tinha havido dificuldades de ordem técnica, isto é, que voltara a haver pouca sorte. Mas o facto era que o infortúnio marcara de novo: ia o resultado em quatro a um, pelo menos, não contando as bolas na trave.

Quando a reportagem da SIC conseguiu, enfim, entrar na sala onde Jorge Sampaio falava, ia o

discurso do presidente eleito já no fim e avizinhava-se a fase de perguntas dos jornalistas. Era um falhanço do essencial, qualquer coisa capaz de perturbar mesmo um bom profissional. Foi o que aconteceu a José Alberto de Carvalho. E isto de tal modo que, quando pouco tempo depois a SIC transmitiu os resultados finais oficiais, faltando apenas a contagem de seis freguesias, o jornalista enganou-se. O quadro mostrava 53,7% para Sampaio e 46,3% para Cavaco. José Alberto de Carvalho informou-nos, em «off», que a diferença entre os dois candidatos «não chega a 7%». Não era verdade: era de 7,4% não atingia os 8%. Novo e último azar: Infortúnio, 5-SIC, 1. Pesada derrota. De tal modo que, impressionado, fiz como tantas vezes acontece nos campos de futebol, quando os espectadores abandonam os estádios mesmo antes dos jogos terminarem. Mesmo considerando todas as feias acções que a SIC tem cometido, aquela goleada bastava-me com sinal de uma justiça caída do céu aos trambolhões.



Menezes, o dr. Pacheco, até o dr. Santana apesar de desgastado pelo óbvio esfarelamento do mito Queiroz. Em todo o caso, o certo é que de todos estes, e porventura de mais alguns, o único que as câmaras surpreenderam a piscar o olho para um companheiro, quem sabe se para um cúmplice, decerto que para o futuro, foi o dr. Durão. Como parece claro que com a derrota de Cavaco e do cavaquismo o osso do poder interno no PSD se confirma como virtualmente vago e maduro para ser disputado, é fácil a leitura de que naquele instante aconteceu ao olho esquerdo de Durão. E tão precioso pormenor de esclarecimento político fica a dever-se à TV em geral, à SIC em especial, pelo que lhe é devido um sinal da gratidão de todos nós.

Na própria baliza

Aquele foi, de resto, o melhor momento da cobertura que a SIC fez do acto eleitoral de domingo, toda ela tão corroída de

as quais a da Comissão Nacional de Eleições. Era o que agora costuma designar-se por «um tiro no pé», mas Jacinto parecia encantado com o seu desabafo. O infortúnio marcava o seu primeiro golo contra a SIC. Ou melhor: a SIC, pela inabilidade de Jacinto, marcava-o na própria baliza.

Às 19 horas em ponto, avançava a SIC com as projecções resultantes da sondagem que encomendara à Metris, e divulgava-as mesmo ao ladinho de um relógio bem visível, para marcar o seu já inesperado acatamento da lei. As concorrentes, RTP e TVI, faziam o mesmo à mesma hora. Antes, José Alberto Carvalho já nos advertira de que a sondagem SIC/Metris era a melhor, a única realizada no próprio domingo, a que recolhera o maior número de inquiridos. A mais fiável, pois. Mas estas fiabilidades, como aliás muitas outras, têm desrazões que a razão desconhece, e ainda muito antes do fim da noite viria a descobrir-se que a previsão (59% para Sampaio, 41% para Cavaco, 18-pontos percentuais de distância) havia sido, e de

de FOICE

Sinal dos tempos

Espírito de sacrifício, dedicação à causa pública, consciência dos deveres cívicos, defesa dos interesses nacionais, luta pelo progresso, garantia da estabilidade democrática... Durante os últimos meses estas palavras e outras de idêntico teor foram repetidas até à exaustão por todo o país, encheram páginas de jornais em doutos artigos de opinião, animaram debates radiofónicos e televisivos. Nenhum português de boa-fé ou turista mais atento poderia deixar de concluir, perante tantas afirmações de entrega e empenhamento na defesa do bem comum, que Portugal é um país que se pode orgulhar dos seus políticos. As profissões de fé no sistema democrático, de tão insistentes e de tão reiterada sinceridade que a mínima dúvida logo se transformava em insulto a exigir públicas desculpas, levavam a crer que, passadas as eleições, no mais elementar respeito pela vontade expressa do eleitorado, políticos de todos os quadrantes haviam de ocupar os seus lugares na sociedade para prosseguir, com a modéstia e humildade própria dos espíritos elevados e com o desinteressado empenhamento dos que prezam o povo e o país, se necessário com o sacrifício dos seus particulares e mesquinhos interesses, na nobre causa do bem comum.

E afinal...

Ainda o processo das presidenciais não está oficialmente encerrado e já os ratos fogem do navio, os Pilatos lavam as mãos, as palavras dão lugar ao afiar das facas. De súbito, uma fatia dos políticos nacionais foi atacada pelo desejo imperioso de voltar às antigas profissões, como quem descobre, a velha máxima de que a sua política é o trabalho, e sentiu-se impelida a confessar publicamente insuspeitadas saudades da família, do curso, da docência, dos gabinetes jurídicos, das consultorias, dos conselhos de administração, das férias adiadas.

Os altruístas de ontem, os capazes dos maiores sacrifícios para servir o país, dão hoje à sola com ligeireza.

Hoje, os insubstituíveis remetem-se aos privados domínios, encolhendo os ombros e recomendando com displicência que o último a sair apague as luzes.

Hoje, os experientes guardam a experiência na gaveta e aconselham magnânimos que os "descomprometidos com o passado" tomem conta das vagas.

Hoje, os solidários limpam discretamente as unhas em punhais afiados enquanto esperam as costas mais desprevenidas.

Hoje, enfim, os portugueses de boa-fé não só podem verificar não ter motivos de orgulho destes políticos como, sobretudo, que foram (de novo) enganados.

O sentido do dever, em certas cartilhas, esgota-se no usufruto do poder. Perdido o poder, o dever tira férias. Não se pense contudo que desistem. Políticos destes há muito aprenderam os jogos de cintura para sair de cena enquanto cozinham novas estratégias que os trazem de novo à ribalta. A voz da direita mais radical ensaia já os seus cantos de sereia. Nalgumas igrejas da política os sinos começaram a tocar a rebate. As hostes derrotadas reagrupam-se à sombra do sonho revanchista.

As palavras - só palavras - perderam nomenclatureiramente o tom e o som, mas outras se preparam no caldeirão da demagogia.

Derrotada, a direita lambe as feridas e prepara-se para devorar as próprias crias para sobreviver. Não é nada de novo, mas é suficientemente perigoso e preocupante para não baixar a guarda.

Vivemos tempos de mudança. Necessário se torna que as coisas mudem sem que fique tudo na mesma.

■ AF

Para tratar lixos da AML Incineradora de S. João da Talha adjudicada a consórcio internacional

No início desta semana - mais exactamente na segunda-feira - a Valorsul realizou o acto público da adjudicação da central de incineração de resíduos sólidos urbanos a construir em S. João da Talha, no concelho de Loures, equipamento que irá servir a partir de 1998 os municípios de Lisboa, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira. A obra foi adjudicada a um consórcio liderado pela empresa norte-americana Foster Wheeler e custará cerca de 26 milhões de contos, no que será co-financiada pelo Fundo de Coesão e pelo Estado português.

A incineradora de resíduos sólidos urbanos de S. João da Talha é um projecto da Valorsul, empresa intermunicipal que integra, além dos municípios de Lisboa, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira, o Parque da Expo 98, a EDP e a EGF. A partir de 1998 esta incineradora irá tratar 650 mil toneladas/ano de resíduos sólidos urbanos produzidos pelos quatro municípios que fundaram a Valorsul, tendo capacidade para o fazer até, pelo menos, ao ano 2020.

O vereador Rui Godinho, administrador da Valorsul por parte da Câmara Municipal de Lisboa, pormenoriza afirmando que «o problema dos resíduos sólidos urbanos produzidos nos municípios de Lisboa, Loures,

Amadora e Vila Franca de Xira fica resolvido para os próximos 25 anos com uma solução integrada, de que fazem parte a central de incineração de S. João da Talha, agora adjudicada, os sistemas de reciclagem e reutilização dos quatro municípios, em desenvolvimento, bem como um sistema de valorização energética ligado à central de incineração, que permitirá produzir energia para alimentar uma cidade da dimensão da Amadora».

Explicando a opção por este equipamento, Rui Godinho esclarece que «esta solução é a melhor disponível, nas actuais circunstâncias, para a Área Metropolitana de Lisboa, tanto sob os pontos de vista tecnológico e ambiental como económico ou financeiro». E frisa: «Todos sabemos isso nos quatro municípios e na Valorsul, bem como as associações ambientalistas que mantêm connosco um diálogo permanente sobre este projecto, fazendo inclusivamente parte da comissão de acompanhamento de uma das componentes do projecto integrado, que é o Programa Operacional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos destes quatro municípios, onde a reciclagem adquire um papel destacado, por opção estratégica dos municípios e da Valorsul.»

«Os Verdes» comentam eleições

«Os Verdes» contratulam-se pela eleição de Jorge Sampaio para Presidente da República, candidato no qual o partido apelou ao voto como forma de «rejeitar o projecto político que Cavaco Silva simboliza».

Numa nota à imprensa, os ecologistas afirmam que esperam que, durante o seu manda-

to, o presidente eleito abra «caminho ao desenvolvimento do sistema democrático e aprofunde a consciência ecológica dos portugueses».

«Os Verdes» saúdam ainda os portugueses pela forma como participaram na campanha e no acto eleitoral, manifestando «maturidade política e espírito democrático».

CDU de Carcavelos contra PDM de Cascais

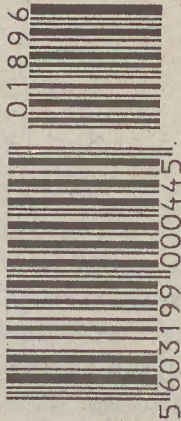
Os eleitos da CDU da Assembleia de Freguesia de Carcavelos, afirmando-se contra o Plano Director Municipal do Concelho de Cascais, lançaram à discussão a proposta de abertura de um concurso internacional de ideias para a ocupação lúdica, desportiva e científica da Quinta dos Ingleses. Com o seu solar, pinhal e o cabo submarino que assegurou a ligação de Portugal a outros continentes, este espaço cons-

titui grande parte do património ambiental da freguesia e foi edificado para as gerações vindouras, garantindo a qualidade de vida da população de Carcavelos e da sua área limítrofe.

Com o PDM, «o que resta do património edificado e natural de Carcavelos vai ser destruído e a freguesia será transformada numa imensa mancha de betão armado ao longo da orla marítima, reme-

tendo o centro e o norte para interiores desclassificados», afirma a CDU num comunicado. O plano prevê a construção de edifícios de seis pisos, de hotéis e de uma clínica privada, ignorando por completo a necessidade de infra-estruturas capazes de suportar o aumento demográfico que se tem verificado nos últimos anos nesta localidade, como é o caso do pavilhão coberto do Sportivo de Carcavelos.

A pedido dos eleitos do PS, que alegaram total desconhecimento do assunto, na reunião da passada sexta-feira, a Coligação acordou em retirar a sua proposta que visa o reforço do pedido de classificação integral da quinta junto do IPPAR. A proposta voltará a ser apresentada amanhã, possivelmente com a presença de um técnico camarário ligado a esta temática.



Jerónimo de Sousa comenta demissão de Nogueira

Solicitado a comentar a demissão de Fernando Nogueira da presidência do PSD, Jerónimo de Sousa divulgou na passada terça-feira a seguinte declaração:

«Não é nosso hábito comentar acontecimentos da vida interna de outros partidos. Nas circunstâncias presentes e sejam quais forem os objectivos finais que determinaram o Dr. Fernando Nogueira, a sua demissão não pode desligar-se da derrota da direita nas presidenciais do passado domingo e que já sucedeu à grande derrota do PSD nas legislativas de Outubro.

«Tal como tinha acontecido nas eleições autárquicas e nas europeias, estas derrotas sofridas pelo PSD traduzem o fracasso da política de direita que o PSD sustentou e a sua clara rejeição pelo povo português.

«Estes acontecimentos justificam a nossa convicção de que o país exige uma nova política.»

Por aumentos justos nas gasoleiras

Tem hoje lugar a sétima reunião de conciliação dos trabalhadores das gasoleiras e da ANAREC. Segundo uma nota da Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, aquela associação patronal não aceita negociar o aumento de salários com os sindicatos, apesar de actualmente os vencimentos do sector encontrarem-se já abaixo da média nacional em cerca de 40 por cento.

Argumentando com as baixas margens de comercialização que as distribuidoras lhe impõe, o patronato usa, de uma forma abusiva, a contratação de funcionários a termo certo e recusa reduzir o horário de tra-

balho semanal para 40 horas, bem como regulamentar os subsídios para falhas de caixa e para o regime de turnos.

Para agravar a situação, os trabalhadores encontram-se em permanente sobressalto, dada a falta de segurança existente nos postos de abastecimento de combustível espalhados por todo o país. A Polícia Judiciária aponta para 85 assaltos, em 1995, tendo-se registado danos físicos em alguns casos. E a Federação questiona: estes dados não serão insuficientes para o patronato considerar a necessidade de atribuir um seguro de risco e de vida aos seus funcionários?